

Banco Panamericano S.A.
Demonstrações Financeiras Consolidadas – Exercício 2012
IFRS

25 de Março de 2013

Demonstrações financeiras consolidadas adotando o padrão contábil internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – (“IASB”).

Relatório dos auditores independentes

Aos Administradores
Banco Panamericano S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Panamericano S.A. e suas controladas (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standard Boards - IASB” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa

opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Panamericano S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standard Boards - IASB”.

Ênfases

Limites Operacionais Regulatórios

Consoante apresentado na Nota 7.2.4, os limites operacionais regulatórios na data-base de 31 de dezembro de 2011 encontravam-se desenquadrados dos limites requeridos pelo Banco Central do Brasil. Dentre as medidas adotadas no exercício de 2012 para o referido enquadramento do Banco aos limites regulatórios foi efetuado aumento de capital no valor de R\$ 1.759 milhões. Em 31 de dezembro de 2012 tais limites encontram-se atendidos, conforme mencionado na nota 7.2.4. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Créditos tributários diferidos

Conforme descrito na Nota 16, existem em 31 de dezembro de 2012 créditos tributários ativos, no valor de aproximadamente R\$ 3 bilhões, reconhecidos com base em projeções financeiras e plano de negócios revistos para 31 de dezembro de 2012 e aprovados pelo Conselho de Administração, que incluem estudo da conjuntura atual e cenários futuros de premissas utilizadas nas referidas projeções. A realização desses créditos tributários registrados contabilmente depende da materialização dessas projeções e plano de negócios na forma como aprovadas pelos órgãos da Administração. Nossa opinião não está sendo ressalvada em função deste assunto.

São Paulo, 27 de março de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Balancos Patrimoniais Consolidados em 31/12/2012 e 31/12/2011
(Posição Financeira Consolidada)
Em milhares de reais

ATIVO	Nota explicativa	2012	2011
DISPONIBILIDADES	8	36.778	25.816
DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL		1.267	937
ATIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO VALOR JUSTO		2.204.749	1.268.608
ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO		565.037	80.476
Instrumentos de dívida	11	403.448	71.699
Derivativos	10	2.529	8.777
Recebíveis imobiliários	17	159.060	-
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO		204.703	119.410
Derivativos	10	204.703	119.410
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA		1.435.009	1.068.722
Instrumentos de dívida	11	1.435.009	1.068.722
ATIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO CUSTO AMORTIZADO		13.183.326	10.582.521
ATIVOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO		301.891	766
Instrumentos de dívida	11	301.891	766
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS		12.881.435	10.581.755
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	12	509.392	909.026
Empréstimos e adiantamentos a clientes	13	12.244.228	9.672.729
Outros empréstimos e recebíveis		4.036	-
Instrumentos de dívida	11	106.451	-
Benefício residual em operações securitizadas	18	17.328	-
ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA	15	42.832	36.189
IMPOSTOS	16	3.231.181	2.776.993
A compensar		147.780	61.962
Diferido		3.083.401	2.715.031
OUTROS ATIVOS	19	473.637	550.033
ATIVO TANGÍVEL	20	42.216	16.215
ATIVO INTANGÍVEL		243.946	9.028
Ágio	6	218.727	-
Outros ativos intangíveis	21	25.219	9.028
TOTAL DO ATIVO		19.459.932	15.266.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

Balancos Patrimoniais Consolidados em 31/12/2012 e 31/12/2011
(Posição Financeira Consolidada)
Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2012	2011
PASSIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO		4.519	533
Derivativos	10	4.519	533
OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO		1.799.955	1.894.835
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	26	612.588	924.107
Dívidas subordinadas	29	1.183.625	949.274
Derivativos	10	3.742	21.454
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		12.526.543	8.826.968
Depósitos de instituições financeiras	22	5.230.363	3.237.632
Depósitos de clientes	23	2.463.621	2.500.310
Recursos de emissão de títulos	25	2.952.170	304.603
Obrigações por Empréstimos e Repasses	24	445.019	-
Relações com correspondentes	27	152.362	312.425
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	28	1.283.008	2.471.998
PROVISÕES	30	938.406	840.443
Provisões para passivos contingentes		151.798	179.345
Provisões técnicas de seguros		143.946	115.722
Provisões para riscos fiscais		642.662	545.376
PASSIVOS FISCAIS	16	291.691	259.329
Correntes		84.119	28.348
Diferido		207.572	230.981
OUTROS PASSIVOS	31	1.532.839	2.471.638
TOTAL DO PASSIVO		17.093.953	14.293.746
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES	32	2.365.955	972.562
Capital Social		2.867.020	1.108.091
Capital social – País		2.469.731	1.020.586
Capital social – Exterior		397.289	87.505
Reserva de capital		-	172
Reserva de lucros		-	290.121
Ajustes de avaliação patrimonial		(978)	(34)
Prejuízos acumulados		(500.087)	(425.788)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS		24	32
PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		2.365.979	972.594
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		19.459.932	15.266.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração do Resultado Consolidada dos Exercícios Findos em 31/12/2012 e 31/12/2011
Em milhares de reais, exceto as informações de lucro por ação.

	Nota explicativa	2012	2011
Receitas com juros e similares		5.051.853	5.210.106
Despesas com juros e similares		(3.025.878)	(3.034.513)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	33	2.025.975	2.175.593
Perdas (líquidas de recuperações) no valor recuperável de ativos financeiros	14	(1.451.078)	(1.168.626)
RECEITAS LÍQUIDAS DE JUROS APÓS PERDAS POR REDUÇÃO NO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS FINANCEIROS		574.897	1.006.967
Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros		328.025	163.022
Resultado de instrumentos de patrimônio mantidos para negociação		6.247	13.257
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	10	321.778	149.765
Ganhos (perdas) líquidas com ativos financeiros disponíveis para venda		9.264	(20)
Receitas de tarifas e comissões	34	138.901	143.563
Despesas administrativas		(1.527.459)	(1.590.248)
Despesas com pessoal	35	(291.343)	(106.099)
Despesas tributárias	36	(139.952)	(149.109)
Outras despesas administrativas	37	(1.096.164)	(1.335.040)
Depreciações e amortizações		(9.988)	(5.372)
Provisões (líquidas)	39	(53.480)	(93.262)
Resultado líquido das operações de seguros	40	60.024	69.176
Outras receitas (despesas) operacionais	41	(64.045)	71.791
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda		(104.940)	(87.930)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		(648.801)	(322.313)
Imposto de renda e contribuição social	16e	284.199	553.381
(PREJUÍZO) / LUCRO LÍQUIDO		(364.602)	231.068
(Prejuízo)/ Lucro atribuível aos controladores		(364.592)	231.065
(Prejuízo)/ Lucro atribuível aos não controladores		(10)	3
(Prejuízo)/ Lucro básico e diluído por 1.000 ações (em reais - R\$)	32g	(1,31)	1,69

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas



Demonstração do Resultado Abrangente Consolidado dos Exercícios Findos em 31/12/2012 e 31/12/2011

Em milhares de reais

	2012	2011
(Prejuízo)/lucro líquido	(364.602)	231.068
Perdas não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda	(1.531)	(65)
Efeito tributário	587	26
Resultado abrangente total	(365.546)	231.029
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	(365.536)	231.026
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não-controladores	(10)	3

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31/12/2012 e 31/12/2011
Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Participação do acionista controlador	Participação dos acionistas não controladores	Total
			Legal	Para integridade do patrimônio líquido					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	1.108.091	172	-	-	5	(1.655.902)	(547.634)	1.702	(545.932)
Depósito de acionista (nota 32 e)	-	-	-	-	-	1.300.000	1.300.000	-	1.300.000
Reversão dos juros sobre o capital próprio do 1º semestre 2010	-	-	-	-	-	6.000	6.000	-	6.000
Lucro líquido	-	-	-	-	-	231.065	231.065	3	231.068
Perdas não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda líquida de efeitos fiscais	-	-	-	-	(39)	-	(39)	-	(39)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	(39)	231.065	231.026	3	231.029
Destinações:									
Reserva legal	-	-	3.012	-	-	(3.012)	-	-	-
Transferência de lucros acumulados para reserva de lucros	-	-	-	287.109	-	(287.109)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(16.830)	(16.830)	-	(16.830)
Redução de participação de acionistas não controladores (nota 32 f)	-	-	-	-	-	-	-	(1.673)	(1.673)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	1.108.091	172	3.012	287.109	(34)	(425.788)	972.562	32	972.594
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	1.108.091	172	3.012	287.109	(34)	(425.788)	972.562	32	972.594
Aumento de capital	1.758.929	-	-	-	-	-	1.758.929	-	1.758.929
Prejuízo	-	-	-	-	-	(364.592)	(364.592)	(10)	(364.602)
Perdas não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda líquida de efeitos fiscais	-	-	-	-	(944)	-	(944)	-	(944)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	(944)	(364.592)	(365.536)	(10)	(365.546)
Aumento de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Absorção de prejuízo	-	(172)	(3.012)	(287.109)	-	290.293	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	2.867.020	-	-	-	(978)	(500.087)	2.365.955	24	2.365.979

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2012 e 31/12/2011
Em milhares de reais

	2012	2011
PREJUÍZO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(648.801)	(322.313)
AJUSTES PARA RECONCILIAR O PREJUÍZO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS AO CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Depreciações e Amortizações	9.988	5.372
Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para venda	20.911	46.066
Prejuízo na venda de ativos não correntes mantidos para venda	82.623	111.866
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros	2.285	967
Perda/(ganho) na venda de imobilizado/investimento	1.003	(6.318)
Provisão para riscos de ações trabalhistas, cíveis e tributárias	53.155	127.819
Perdas no valor recuperável de ativos financeiros	1.451.078	1.168.626
Provisões técnicas de seguros e previdência	28.227	(14.046)
(Prejuízo)/lucro líquido ajustado	1.000.469	1.118.039
Variação de ativos e passivos:		
(Aumento) em depósitos compulsórios	(330)	(106)
(Redução) em instrumentos de patrimônio	-	19.128
(Aumento) em Instrumentos de dívida	(438.200)	(40.794)
(Aumento) em derivativos ativos	(79.046)	(119.460)
Redução/(Aumento) em empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	602.033	(455.427)
(Aumento)/Redução em empréstimos e adiantamentos a clientes	(4.401.821)	1.255.371
(Aumento) em outros ativos	(94.526)	(606.421)
Aumento/(Redução) em passivos financeiros para negociação	3.986	(430.926)
(Redução) em relações com correspondentes	(160.063)	(1.478.364)
Aumento em depósitos de instituições financeiras	1.992.731	2.304.238
(Redução) em depósitos de clientes	(36.689)	(2.268.635)
(Redução) em obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(1.188.990)	(1.835.133)
Aumento em passivos fiscais	32.362	54.340
Aumento em outros passivos	1.541.067	771.775
Imposto de renda e contribuição social pagos	(44.300)	(37.168)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.271.317)	(1.749.543)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Alienação do ativo tangível	2.258	30.290
Alienação de ativos não correntes mantidos para venda	88.643	143.689
Aquisição do ativo tangível	(28.398)	(5.951)
Aplicações do ativo intangível	(29.328)	(4.551)
Aquisição de subsidiárias, líquida de caixa e equivalentes de caixa pagos	(218.727)	-
Variação de ativos financeiros disponíveis para venda	(366.287)	(577.308)
Variação de ativos financeiros mantidos até o vencimento	(301.125)	14.904
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(852.964)	(398.927)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Emissão de letras financeiras	854.950	227.668
(Redução) em obrigações por títulos e valores mobiliários	(460.527)	(56.878)
(Redução) em dívidas subordinadas	(83.135)	(253.199)
Emissão/Resgate de letras de crédito do agronegócio	267.433	-
Juros sobre o capital próprio pagos	-	(16.831)
Aumento de capital e depósito de acionista	1.758.929	1.920.000
Variação nas participações minoritárias	(8)	(1.673)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2.337.642	1.819.087
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	213.361	(329.383)
Caixa e equivalentes a caixa no início do exercício	66.050	395.433
Caixa e equivalentes a caixa no final do exercício	279.411	66.050
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	213.361	(329.383)
TRANSAÇÕES NÃO DE CAIXA		
Transferência de ativos não correntes mantidos para venda	(198.820)	(256.005)
Ganhos/Perdas não realizados em títulos disponíveis para venda	(1.531)	(65)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD– IASB”
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Panamericano S.A. (“Banco” ou “Instituição”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo, atuando direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, crédito consignado, financiamento de veículos, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, financiamento a empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento imobiliário a pessoas físicas, aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de certificados de recebíveis imobiliários - CRIs, arrendamento mercantil de veículos e outros bens, seguros dos ramos, prestamista, de acidente pessoal coletivo, rendas de eventos aleatórios (seguro desemprego), de vida em grupo e danos pessoais – DPVAT, e consórcio de veículos e imóveis. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Ainda como estratégia de negócio e com vistas a manter a necessária linha de “*funding*” para as suas operações, o Banco adotou a política de proceder à cessão de créditos de sua carteira de crédito. As cessões são realizadas para outras instituições financeiras e para fundos de investimento em direitos creditórios (“FIDCs”) constituídos com essa finalidade. A cessão de crédito faz parte da estratégia operacional da Instituição.

Em 27/05/2011, o Banco BTG Pactual S.A. concluiu a aquisição da totalidade das ações de titularidade da Silvio Santos Participações S.A. e da BF Utilidades Domésticas Ltda., correspondentes a 67.259.328 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal do Banco Panamericano S.A.. A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil manifestou-se favoravelmente à alteração do controle acionário do Banco em sessão realizada em 30/03/2011, aprovando definitivamente a transferência das ações em 13/06/2011.

Com a conclusão da operação, a CAIXA e o Banco BTG Pactual passaram a exercer o controle acionário do Banco Panamericano, conforme acordo de acionistas da Instituição celebrado em 31/01/2011.

Em decorrência do acima exposto, a CAIXA e o Banco Panamericano, com a interveniência do Banco BTG Pactual, firmaram Acordo de Cooperação Operacional pelo prazo de 8 (oito) anos, podendo ser prorrogado, onde a CAIXA se compromete a adquirir créditos do Banco, sempre que este desejar cedê-los, sem coobrigação, até o limite de R\$ 8,0 bilhões (oito bilhões de reais), além do reforço de liquidez por meio de aquisição de depósitos interfinanceiros (DI), que é suportado por limite de crédito de R\$ 2,0 bilhões (dois bilhões de reais), sem qualquer subsídio nessas operações.

O Banco BTG Pactual S.A. apresentou à Comissão de Valores Mobiliários, em 17/06/2011, pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações preferenciais de emissão do Banco Panamericano – (OPA) aos demais acionistas, pelo mesmo preço pago pelas ações ao ex-acionista controlador. No dia 16/09/2011, foi realizado o leilão da Oferta Pública de Aquisição de Ações, por meio do sistema eletrônico de negociação da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. No leilão da OPA, o Banco BTG Pactual S.A. adquiriu 4.552 (quatro mil quinhentas e cinquenta e duas) ações preferenciais do Panamericano, que representam 0,004% (quatro milésimos por cento) das ações dessa espécie, sendo que os acionistas titulares de 656 (seiscentas e cinquenta e seis) ações preferenciais da Instituição optaram por alienar as suas ações mediante o recebimento da Opção à Vista, conforme definida no Edital da OPA, e os demais, titulares de 3.896 (três mil oitocentas e noventa e seis) ações preferenciais da Instituição, optaram por alienar as suas ações mediante o recebimento da Opção a Prazo, conforme definida no Edital.

Com as ações preferenciais adquiridas no referido leilão, o Banco BTG Pactual passou a ser titular de 24.716.838 (vinte e quatro milhões, setecentas e dezesseis mil, oitocentas e trinta e oito) ações preferenciais da Instituição, e deter participação de 37,64% (trinta e sete, sessenta e quatro por cento) do capital social do Panamericano.

A composição acionária atual do Banco Panamericano S.A. a seguir, considera o aumento de capital social aprovado em AGE realizada em 18/01/2012, onde foram subscritas e integralizadas um total de 160.582.372 (ações ordinárias e 130.149.763 ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$ 6,05 por ação ordinária ou preferencial, totalizando o montante de R\$ 1.758.929. O processo foi aprovado pelo BACEN em 08/06/2012.

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	149.156.346	51,00	33.114.219	13,65	182.270.565	34,06
Caixa Participações S.A. - Caixapar	143.307.049	49,00	54.802.722	22,59	198.109.771	37,02
Conselho de Administração	5	-	-	-	5	-
Mercado	-	-	154.695.734	63,76	154.695.734	28,92
Total	292.463.400	100,00	242.612.675	100,00	535.076.075	100,00

Nova Aquisição

Em 28/12/2011, o Banco firmou Memorando de Entendimentos não vinculante com a Ourinvest Real Estate Holding S.A. (“Ourinvest”), os acionistas da Ourinvest (“Acionistas Ourinvest”), a TPG-Axon BFRE Holding, LLC (“TPG-Axon”), a Coyote Trail LLC (“Coyote”), o Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”) e a Brazilian Finance & Real Estate S.A. (“BFRE”), visando à assinatura de contratos definitivos para regular a aquisição indireta de 100% do capital social da BFRE (“Aquisição”).

A BFRE é uma das maiores provedoras de serviços financeiros com foco exclusivo no setor imobiliário do Brasil, atuando com grande destaque em todo o território nacional. As principais atividades desenvolvidas pela BFRE são: (i) o financiamento imobiliário para pessoas físicas, por meio da Brazilian Mortgages e BM Sua Casa; (ii) o financiamento para construção a incorporadores e construtores para o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, por meio da Brazilian Mortgages; e (iii) a aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), por meio da Brazilian Securities, que é a maior companhia securitizadora do Brasil. A Aquisição vem adicionar ao Banco uma plataforma consolidada de originação de crédito com margens atraentes e garante a expansão de seu portfólio de produtos de crédito em um mercado com grande potencial de crescimento, assim como a ampliação da sua rede de distribuição, com a incorporação dos pontos de venda da BM Sua Casa.

A BFRE foi reorganizada a fim de segregar, em uma nova sociedade, as ações de emissão da

Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos Imobiliários ("Brazilian Capital") - a qual desenvolve as atividades de gestão de investimentos em ativos imobiliários e que também atua como gestora e/ou consultora de investimentos para fundos de investimento imobiliários ou em participação ("Ativos de Gestão"), dos demais ativos e participações detidas pela BFRE. Em adição à participação na Brazilian Capital, não foram igualmente objeto da Aquisição pelo Banco: (i) as atividades de administração de fundos de investimento imobiliários, atualmente desenvolvidas pela Brazilian Mortgages ("Atividades de Administração"); e (ii) os investimentos proprietários em cotas de fundos de investimento imobiliários ou em participação detidos direta ou indiretamente pela BFRE e/ou por qualquer de suas Controladas ("Ativos Proprietários").

Os referidos Ativos de Gestão, as Atividades de Administração e os Ativos Proprietários não são de interesse do Panamericano, pois não fazem parte da sua atividade principal de concessão de crédito e financiamento, exigiriam capital mínimo adicional e não possuem sinergia com as suas atividades. Desta forma, foi objeto da Aquisição apenas os ativos de origem, financiamento e securitização desenvolvidos pelas Controladas da BFRE (quais sejam: BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities) ("Ativos de Origem, Financiamento e Securitização").

O valor global da Aquisição de 100% das participações na BFRE e suas controladas BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities, e, portanto, para a aquisição dos Ativos de Origem, Financiamento e Securitização, foi de R\$ 940.361 ("Valor de Aquisição").

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Panamericano realizada em 25/04/2012, foi aprovada a aquisição indireta de 100% do capital social da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (BFRE), conforme os Fatos Relevantes divulgados em 28/12/2011 e 01/02/2012.

O BACEN aprovou a transferência indireta do controle da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária para o Banco Panamericano em 11/06/2012.

Em 19/07/2012, os acionistas da BFRE, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a cisão parcial da BFRE com a incorporação da parcela cindida pela BPMB IV Participações S.A. ("BPMB IV"), por meio da qual foi cindida da BFRE e vertido para a BPMB IV o investimento detido na Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos ("Brazilian Capital"). Após a cisão e na mesma data, foi concluída a aquisição indireta, pelo Panamericano, de 100% do capital social da BFRE, e consequentemente dos ativos de origem, financiamento e securitização desenvolvidos pelas controladas da BFRE.

Para fortalecer e aprimorar a nova estratégia de negócios do Banco e as operações no mercado imobiliário decorrentes da aquisição da BFRE, o Panamericano e a CAIXA celebraram, também em 25/04/2012, um Acordo Comercial por meio do qual a CAIXA adquirirá, mediante solicitação do Banco, letras de crédito imobiliário e certificados de recebíveis imobiliários, emitidos pelo Panamericano ou por companhia hipotecária ou securitizadora por ele controlada, conforme o caso. Esse Acordo Comercial vigorará pelo prazo de 7 (sete) anos, a contar da conclusão da aquisição da BFRE.

Por fim, o Banco BTG Pactual S.A. e a CAIXA aditaram o Acordo de Cooperação Operacional assinado em 31/01/2011 com o Panamericano para, entre outras disposições, formalizar que o BTG Pactual, ou suas afiliadas, aplicará, observada a legislação aplicável, recursos adicionais em certificados de depósitos interfinanceiros, certificados de depósito bancário ou letras de crédito imobiliário de emissão do Panamericano.

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Conforme plano de convergência estabelecido pelo BACEN, por meio do Comunicado 14.259, de 10/03/2006, Resolução 3.786 do CMN, de 24/09/2009 e Circular 3.472 do BACEN, de 23/10/2009, as instituições financeiras constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor devem, a partir de 31/12/2010, elaborar e divulgar anualmente IFRS, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB, traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Accounting Standards Committee Foundation* (atualmente *IFRS Foundation*).

Estas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31/12/2012 foram aprovadas pela Diretoria em 25/03/2013.

2.2. Base de consolidação

a) Empresas consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco incluem as controladas e Entidades de Propósitos Específicos (EPEs), cujos percentuais de participação do controlador são os descritos a seguir.

Entende-se por "controladas" as entidades nas quais o Banco tem a possibilidade de exercer controle. Essa possibilidade é, em geral, mas não necessariamente, presumida quando a controladora detém direta ou indiretamente metade ou mais dos direitos de voto na investida. Controle é o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, conforme estipulado por lei, pelo Estatuto ou por acordo, a fim de obter benefícios dessas atividades.

As "Entidades de Propósito Específico" (EPE) são criadas para cumprir um objetivo específico e bem definido em operações e estrutura específicas. Mesmo que não haja relação entre os acionistas, as entidades de propósito específico (SPE) são consolidadas de acordo com a SIC-12, caso a organização as controle sob uma perspectiva econômica.

	31/12/2012	31/12/2011
	%	%
Controlada direta:		
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	99,97	99,97
Panamericana de Seguros S.A.	99,99	99,99
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	99,99	99,99
Panamericano Adm. e Corretagem de Seguros e de Prev. Privada Ltda.	99,99	99,99
Ourinvest Real Estate Holding S.A (a)	100,00	-
Controlada indireta:		
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	99,99	99,99
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (a)	100,00	-
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. (a)	99,99	-
BMSR II Participações S.A. (a)	99,99	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização (a)	99,99	-
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária (a)	99,99	-
Entidades de Propósitos Específicos – EPEs:		
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CDC Veículos do Banco Panamericano (“Caixa CDC FIDC”) (b) (c)	100,00	100,00
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master CDC Veículos do Banco Panamericano (“Caixa Master CDC FIDC”) (b) (d)	100,00	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios F BP – Financeiro (“FIDC F BP”) (b)	100,00	100,00
Fundos exclusivos:		
Fundo de Investimento Imobiliário Premier Realty (a)	100,00	-
Fundo de Investimento Imobiliário Onix (a)	100,00	-
BS Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Crédito Imobiliário (a)	100,00	-

(a) Empresas adquiridas em 2012 e consolidadas a partir de julho de 2012 (nota 1);

(b) O percentual está representado pelas cotas subordinadas, detidas pelo Banco. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os FIDCs foram consolidados conforme disposto no SIC 12 – “Consolidation Special Purpose Entities”;

(c) Atual denominação do Autopan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Originários de CDC Veículos (“Autopan FIDC”); e

(d) Atual denominação do Master Pan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Originários de CDC Veículos (“Master Pan FIDC”).

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas e o resultado originado nas operações do Banco com os FIDCs e de saldos de cessões de crédito com coobrigação com instituições financeiras decorrente de transações de vendas com retenção de riscos e benefícios.

No processo de consolidação dos FIDCs e de venda de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios com instituições financeiras, o saldo da carteira de recebíveis de direitos creditórios foi incorporado à carteira de “Empréstimos e recebíveis a clientes” do Banco, com o correspondente registro do financiamento na rubrica de “Passivos Financeiros ao custo amortizado – obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros, líquido do saldo de aplicação em cotas de fundos de investimento, representado pelas cotas subordinadas mantidas pelo Banco nos FIDCs. O lucro não realizado oriundo das operações de cessões de crédito efetuadas foi eliminado integralmente como ajuste de “Receitas com juros e similares”.

Na rubrica “Receitas com juros similares”, na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de direitos creditórios cedidos e o custo do financiamento na rubrica “Despesas com juros e similares”.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no Balanço Patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas

operações, estão apresentadas nas rubricas de “Receitas com juros e similares” e “ Despesas com juros e similares”.

b) Fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDCs)

Considerando que o controle sobre os recebíveis cedidos aos Fundos permanece sob a responsabilidade do Banco (recebimento, repasse e cobrança) e são retidos substancialmente os riscos e benefícios sobre as operações, a Administração do Banco consolidou as demonstrações financeiras dos FIDCs às demonstrações financeiras Consolidadas.

Os FIDCs foram constituídos nos termos da regulamentação em vigor, destinados a investidores qualificados e que possuem as seguintes características:

FIDC	Administrador	Tipo condomínio	Prazo de duração	Amortizações
Caixa CDC FIDC	Caixa Econômica Federal (“CAIXA”)	Condomínio aberto	Indeterminado	Não será admitida amortização de cotas, devendo seu valor ser liquidado no momento do resgate.
Caixa Master CDC FIDC	Caixa Econômica Federal (“CAIXA”)	Condomínio aberto	Indeterminado	Não será admitida amortização de cotas, devendo seu valor ser liquidado no momento do resgate.
FIDC F BP Financeiro	BEM DTVM Ltda.	Condomínio aberto	Indeterminado	Sem prazo inicial de carência para resgate das cotas seniores. Em caso de pedido de resgate de cotas, até às 14h, o pagamento será realizado no mesmo dia; contudo se não houver liquidez suficiente na data de pagamento, poderá ser proposto ao cotista sênior, pelo administrador, novo prazo para o resgate.

i. Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelos FIDCs

O objetivo dos FIDCs é de adquirir, preponderantemente, direitos creditórios originários de operações financeiras de empréstimos, representadas por contratos de abertura de crédito para aquisição de veículos automotores (automóveis e motocicletas) do tipo Crédito Direto ao Consumidor – CDC, celebrados entre o Banco (cedente) e seus clientes.

Conforme estabelecido nos regulamentos dos FIDCs, esses buscam, mas não garantem atingir rentabilidade de percentual da taxa DI, conforme demonstrado abaixo:

Fundos	Rentabilidade
Caixa CDC FIDC	108% do CDI
Caixa Master CDC FIDC	112% do CDI
FIDC F BP - Financeiro	SELIC + 2% a.a.

ii. Participação no patrimônio e nos resultados dos FIDCs

A relação mínima admitida entre o Patrimônio Líquido dos FIDCs e o valor das cotas seniores está demonstrada abaixo:

Fundos	%
Caixa CDC FIDC	130
Caixa Master CDC FIDC (a)	130
FIDC F BP – Financeiro	80

a) Em Assembleia Geral Extraordinária de cotistas, realizada em 16/03/2009, foi incluído no regulamento do fundo a permissão para que as cotas subordinadas possam ser divididas em classes especiais. A partir do mês de julho de 2009, o Banco Panamericano passou a subscrever apenas parte das cotas subordinadas. Em 31/12/2012, o Banco

possuía em cotas subordinadas o montante de R\$ 293.954 de um total em R\$ 441.486 (em 31/12/2011, R\$ 653.727 e R\$ 878.767, respectivamente).

A diferença do Patrimônio Líquido dos FIDCs é representada pelas cotas subordinadas. Esta relação é apurada diariamente e informada aos cotistas mensalmente.

iii. Natureza do envolvimento do banco com os FIDCs e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento

Não há previsão de coobrigação do Banco nas cessões de direitos creditórios já realizadas com os FIDC F BP Financeiro, Caixa CDC FIDC e o Caixa Master CDC FIDC. O Banco subscreve e deve manter no mínimo 30% do Patrimônio Líquido do FIDC em cotas subordinadas. Se ocorrer, porventura, o desenquadramento, o Banco, na qualidade de cotista subordinado, quando notificado, tem a possibilidade e não a obrigação de subscrever novas cotas subordinadas para manter a relação de subordinação, da mesma forma que tem a faculdade e não a obrigação de recomprar contratos inadimplentes, pois o risco do Banco se limita às cotas subordinadas já subscritas.

iv. Montante e natureza dos créditos, obrigações, entre o Banco e os FIDCs, ativos transferidos pelo Banco e direitos de uso sobre ativos dos FIDCs

No exercício findo em 31/12/2011, o Banco havia cedido aos FIDCs operações de crédito, nos montantes de R\$ 600.054, sem coobrigação (não houve cessões aos FIDCs em 2012). Ao manter os investimentos em cotas subordinadas dos FIDCs anteriormente mencionados, o Banco retém substancialmente os riscos e benefícios sobre os ativos transferidos e, desta forma, os recebíveis foram apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, portanto, não há ajustes em IFRS decorrentes dessas operações.

Em 31/12/2012 e 31/12/2011, os FIDCs apresentavam as seguintes situações patrimoniais:

	Caixa CDC FIDC		Caixa Master CDC FIDC		FIDC FBP Financeiro	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativo						
Disponibilidades	7	4	5	140	1	1
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.926	6.039	14.952	24.873	-	-
TVM	-	-	-	-	21.742	42.515
Direitos creditórios	163.065	265.304	894.287	1.401.148	497.516	636.311
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(60.231)	(40.138)	(305.585)	(163.195)	(213.739)	(138.850)
Outros valores	-	1	1	245	1.468	1.006
Total do Ativo	108.767	231.210	603.660	1.263.211	306.988	540.983
Passivo						
Outras obrigações	84	145	348	1.096	812	566
Patrimônio líquido	108.683	231.065	603.312	1.262.115	306.176	540.417
Cotas seniores	23.205	36.147	161.826	383.348	227.169	424.975
Cotas subordinadas	85.478	194.918	293.954	653.727	79.007	115.442
Cotas subordinadas – classe especial (*)	-	-	147.532	225.040	-	-
Total do Passivo	108.767	231.210	603.660	1.263.211	306.988	540.983

(*) Cotas de terceiros

v. Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor dos FIDCs

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor dos FIDCs, entretanto, as cotas subordinadas absorvem integralmente os efeitos dos resultados negativos das carteiras dos fundos, até o limite destas.

vi. Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades dos FIDCs

Em 31/12/2012 e 31/12/2011, o Banco e suas empresas controladas são os detentores da totalidade das cotas subordinadas dos FIDCs, no montante de R\$ 458.439 (R\$ 964.087 em 31/12/2011, respectivamente), sendo as demais cotas seniores e as subordinadas especiais pertencentes a investidores qualificados.

2.3. Reclassificação para fins de comparabilidade

Com a finalidade de aprimorar a apresentação das informações financeiras, o Banco passou a demonstrar alguns ativos em rubricas específicas, dessa forma para melhor comparabilidade das Demonstrações Financeiras em IFRS, o Banco efetuou reclassificações que não se referem a mudanças de políticas contábeis, segue:

Ativo (1)	31/12/2011	Reclassificações	31/12/2011
	Publicado		Reclassificado
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9.685.414	(12.685)	9.672.729
Impostos a compensar	-	61.962	61.962
Outros Ativos	599.310	(49.277)	550.033
Tangível	11.559	4.656	16.215
Intangível	13.684	(4.656)	9.028

Demonstração do Resultado Consolidada (2)	31/12/2011	Reclassificações	31/12/2011
	Publicado		Reclassificado
Despesas com juros e similares	(3.034.533)	(20)	(3.034.513)
Ganhos (perdas) líquidas com ativos financeiros disponíveis para venda	-	20	(20)
Provisões (líquidas)	(94.593)	(1.331)	(93.262)
Outras receitas (despesas) operacionais	94.991	23.200	71.791
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	(109.799)	(21.869)	(87.930)

- (1) Patrimoniais: reclassificação de "Empréstimos e adiantamentos a cliente" no montante de R\$ 12.685 para "Outros ativos", o valor de R\$ 61.962 foi reclassificado de "Outros ativos" para "Impostos a compensar" e reclassificação das "Benfeitorias em imóveis de terceiros" de "Intangível" para "Tangível" no montante de R\$ 4.656; e
- (2) Resultado: reclassificação de R\$ 20 "Despesas com juros e similares" para "Ganhos (perdas) líquidas com ativos financeiros disponíveis para venda". Os montantes de R\$ (1.331) "Provisões (líquidas)" e R\$ (21.869) "Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda" para "Outras receitas (despesas) operacionais" no montante de R\$ 23.200.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando a Resolução nº3.786 do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) que a partir de 31/12/2010 requer a elaboração de demonstração financeira consolidada de acordo com as “*International Financial Reporting Standards*” (IFRS) emitidas pelo “*International Accounting Standards Board*” (IASB), traduzidas para o português pelo instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo dos ativos e passivos financeiros por meio do resultado.

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:

a) Moeda funcional e moeda de apresentação / transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais de cada entidade são apresentadas na moeda do ambiente econômico primário, na qual cada entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações financeiras, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em Reais, moeda funcional do Banco e de suas subsidiárias e também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado do Banco.

b) Definições, reconhecimento, classificação e reclassificação dos instrumentos financeiros

i. Definições e reconhecimento

- Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.
- Instrumentos de patrimônio: é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.
- Derivativo: é qualquer instrumento financeiro com vencimento em data futura cujo seu valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou *rating* de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.
- As compras e vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na data da negociação - data em que é assumido o compromisso de compra ou venda dos ativos e dos passivos.

- Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos e contabilizados pelo valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa no reconhecimento inicial.
- Os ativos e passivos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos de transação. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros.
- Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data de fechamento da operação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros” da demonstração consolidada do resultado.
- Os valores pelos quais os ativos financeiros, exceto instrumento de capital são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito relativo a esses ativos financeiros na data de cada uma das demonstrações financeiras.

ii. Instrumentos financeiros

O Banco reconhece o ativo financeiro ou o passivo financeiro nas suas demonstrações financeiras quando, e apenas quando, se torna parte na data da negociação.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

iii. Classificação e reclassificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

De acordo com o IAS 39, o Banco classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:**
 - a) **Ativos financeiros para negociação:** essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação e os instrumentos derivativos, exceto aqueles designados como instrumentos em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*).
 - b) **Designados a valor justo:** essa categoria inclui os derivativos designados em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*). Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos ativos financeiros mensurados a valor justo, incluindo aqueles para negociação, são reconhecidos no resultado na conta “Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros”, e os juros na conta “Receita com juros e similares”.

- **Ativos financeiros disponíveis para venda:** correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como “disponíveis para venda” ou aqueles não classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos de dívidas classificados como “disponíveis para venda” são mensurados ao valor justo. As receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidas no resultado. Resultados decorrentes de alterações no valor justo, com exceção das perdas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado, são contabilizados no item “Perdas não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda”, líquido de efeitos tributários na demonstração de resultados abrangente, e acumulados na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- **Investimentos mantidos até o vencimento:** são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento, exceto:
 - (a) os que a entidade designa no reconhecimento inicial pelo valor justo por meio do resultado;
 - (b) os que a entidade designa como disponível para venda; e
 - (c) os que satisfazem a definição de empréstimos e recebíveis.

Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida pela taxa efetiva de juros.

- **Empréstimos e recebíveis:** essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com ou sem característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo este mensurado pelo custo amortizado, reduzido por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecida em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, sendo determinado no reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro poderá ser reclassificado entre categorias em circunstâncias específicas previstas no IAS 39. Para a reclassificação de um instrumento financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado, qualquer ganho ou perda já reconhecido no resultado não é revertido e o valor justo do instrumento financeiro, na data de sua reclassificação, se torna seu novo custo. Será reclassificado da categoria de instrumentos financeiros mantidos até o vencimento quando não houver mais a intenção ou capacidade financeira de se manter o ativo até o vencimento. Da categoria de empréstimos e recebíveis deverá ser reclassificado quando do aparecimento de mercado frequentemente negociado e havendo a intenção de negociação por parte da administração.

iv. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

- **Caixa e equivalente de caixa:** saldos de caixa, depósitos à vista no Brasil e no exterior, e investimento de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em até noventa dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.
- **Empréstimos e recebíveis:** incluem os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. As operações de crédito e de arrendamento mercantil compreendem os empréstimos e títulos descontados, financiamentos e outros créditos.
- **Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras:** créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil, exceto os representado por títulos.
- **Instrumentos de dívida:** representam os bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.
- **Instrumentos de patrimônio:** são os instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.
- **Outros ativos:** referem-se, basicamente, a saldos a receber no curto prazo junto a entidades não consideradas como “Instituições Financeiras” ou Clientes decorrentes principalmente de valores pendentes de liquidação no curto prazo, valores a liquidar e quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.
- **Custos de aquisição diferidos:** As despesas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado mensalmente, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices.
- **Derivativos:** inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que foram designados como instrumento de cobertura (*hedge*) em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*) e outros instrumentos financeiros derivativos.

v. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

De acordo com o IAS 39, os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- **Passivos financeiros para negociação:** (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os derivativos não designados em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*).
Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos passivos financeiros para negociação são reconhecidos no resultado na conta “Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros”.
- **Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado:** (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os derivativos designados em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*), incluindo os passivos financeiros objetos de cobertura contábil.

Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos passivos financeiros para negociação são reconhecidos no resultado na conta "Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros".

- **Passivos financeiros ao custo amortizado:** compreendem aqueles passivos que são atualizados, subsequentemente, pela taxa efetiva de juros, que desconta os pagamentos futuros estimados ao longo da existência do passivo. O cálculo da taxa efetiva inclui todas as despesas e receitas incrementais associadas ao instrumento financeiro (custo da transação).

As despesas de juros dos instrumentos financeiros passivos, são incluídas na demonstração consolidada do resultado na conta de "Despesas de juros e similares".

vi. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial consolidado:

- **Depósitos de instituições financeiras:** depósitos de qualquer natureza, inclusive no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- **Depósitos de clientes:** inclui os depósitos a prazo recebidos pelo Banco e todos os demais saldos credores do Banco junto aos seus clientes.
- **Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior:** inclui o valor de dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
- **Derivativos:** valor justo a pagar pelo Banco nos derivativos incluindo os instrumentos designados em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*).
- **Relações com correspondentes:** inclui os passivos assumidos em operações de cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios, em virtude de parcelas recebidas antecipadamente a serem repassadas aos cessionários, mensurados com base na taxa de cessão.
- **Dívidas subordinadas:** refere-se às operações de captação por meio de emissão de notas subordinadas no exterior.
- **Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros:** representa a obrigação em operações de cessão de crédito com coobrigação ou sem coobrigação no caso dos FIDCs, nas quais há a retenção substancial de riscos e benefícios dos ativos. Os valores são representados pelo valor presente dos compromissos financeiros futuros descapitalizados pela taxa original da cessão de crédito.

c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, exceto empréstimos e recebíveis e ativos mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento, os empréstimos e adiantamentos e outros ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis e os passivos financeiros não

avaliados ao valor justo são registrados no balanço patrimonial consolidado pelo custo amortizado, sendo seu valor justo correspondente divulgado em nota explicativa nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente em conta específica do patrimônio líquido na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", até que o ativo financeiro seja baixado. Nesse caso, o ganho ou perda acumulada na conta específica do patrimônio líquido é transferido para o resultado do exercício na conta de "Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros". Os juros/ganhos e perdas de variação cambial de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos no resultado do exercício. Os juros dos ativos financeiros disponíveis para venda são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

O valor justo de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser adquirido ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado"). O instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis provenientes de negócio, negociante, corretor, grupo industrial, serviço de preços ou agência reguladora, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base em que não exista relacionamento entre as partes.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração ("valor presente"), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido – (VPL), e outros métodos, considerando as taxas de "input" observadas no mercado na respectiva data base.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Certos passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente.

Existem também os passivos financeiros a valor justo no resultado que se referem a obrigações de títulos e valores mobiliários no exterior, dívidas subordinadas e instrumentos financeiros derivativos gerados em posições passivas em contratos de "swap" e futuros. O valor justo é mensurado pelo critério do valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros, descontados por taxas divulgadas no mercado futuro na data do balanço.

iii. Técnicas de avaliação

A tabela a seguir demonstra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros em 31/12/2012 e 31/12/2011, classificados com base nos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar o seu valor justo:

	31/12/2012		
	Cotações de preço em mercados ativos (Nível 1)	Dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2)	Total
Ativos financeiros para negociação	102.319	462.718	565.037
Outros ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	204.703	204.703
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.423.564	11.445	1.435.009
Passivos financeiros para negociação	742	3.777	4.519
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	-	1.799.955	1.799.955

	31/12/2011		
	Cotações de preço em mercados ativos (Nível 1)	Dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2)	Total
Ativos financeiros para negociação	528	79.948	80.476
Outros ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	119.410	119.410
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.068.722	-	1.068.722
Passivos financeiros para negociação	98	435	533
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	-	1.894.835	1.894.835

A seguir, os modelos internos adotados para determinação do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo cuja mensuração foi baseada em dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2):

	Dados observáveis com instrumentos financeiros similares		Técnicas de avaliação	Principais premissas
	31/12/2012	31/12/2011		
ATIVO:	678.866	199.358		
Ativos financeiros para negociação	462.718	79.948		
Contratos de "swap"	632	8.249	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&FBovespa
Cotas de fundos de investimento	-	71.699	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&FBovespa
Certificados de Recebíveis Imobiliários	303.026	-	Método do valor presente	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares)
Recebíveis Imobiliários	159.060	-	Método do valor presente	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares)
Ativos financeiros disponíveis para venda	11.445	-		
Certificados de Recebíveis Imobiliários	11.445	-	Método do valor presente	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares)
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	204.703	119.410		
Contratos de "swap"	204.703	119.410	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&FBovespa
PASSIVO:	1.803.732	1.895.270		
Passivos financeiros para negociação	3.777	435		
Contratos de "swap"	3.777	435	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&FBovespa
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	1.799.955	1.894.835		
Contratos de "swap"	3.742	21.454	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&FBovespa
Dívidas subordinadas	1.183.625	949.274	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&FBovespa
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	612.588	924.107	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&FBovespa

Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos (Nível 1), incluem investimentos em ações de empresas listadas e com preços cotados na BM&FBOVESPA, títulos públicos e cotas de fundos de investimento.

Na ausência de cotações públicas, o Banco desenvolve estimativa do preço que seria fixado pelo mercado para negociação do instrumento, com base na estrutura a termo do respectivo indexador do instrumento. Os instrumentos financeiros derivativos (*swap*), dívidas subordinadas e obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior cuja mensuração está atrelada à construção de estrutura a termo por meio da utilização de taxas divulgadas pela BM&FBOVESPA, estão alocados no Nível 2.

O Banco não apresentava em 31/12/2012 e 31/12/2011 instrumentos financeiros mensurados com base em modelos internos que não utilizam substancialmente dados de mercado observáveis (Nível 3).

iv. Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros classificados como “para negociação” são reconhecidas na demonstração consolidada de resultado na rubrica “Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros”.

v. Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Conforme mencionado anteriormente, os ativos financeiros de propriedade do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto empréstimos e recebíveis e ativos mantidos até o vencimento.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco, exceto os passivos financeiros para negociação e outros passivos financeiros ao valor justo no resultado, são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

A seguir apresenta-se uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco não mensurados a valor justo e seus respectivos valores justos no final do exercício:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis	12.753.620	13.696.136	10.581.755	10.626.014
Empréstimos e adiantamentos a clientes	12.244.228	13.186.744	9.672.729	9.716.988
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	509.392	509.392	909.026	909.026
Ativos mantidos até o vencimento	301.891	303.817	766	766
Instrumentos de dívida	301.891	303.817	766	766
Passivos financeiros ao custo amortizado	12.526.543	14.042.670	8.826.968	9.683.925
Depósitos de clientes	2.463.621	3.485.588	2.500.310	3.310.431
Recursos de Emissão de Títulos	2.952.170	3.376.668	304.603	304.603
Obrigações por Empréstimos e Repasses	445.019	456.789	-	-
Depósitos de instituições financeiras	5.230.363	5.288.255	3.237.632	3.284.468
Relações com correspondente	152.362	152.362	312.425	312.425
Obrigações por op. de venda ou de transf. de ativos financeiros	1.283.008	1.283.008	2.471.998	2.471.998

As premissas utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas a seguir:

- As operações de empréstimos e adiantamentos a clientes referem-se, basicamente, às operações com taxas pré-fixadas cujo valor justo foi calculado com base nas taxas de juros praticadas pelo Banco nas respectivas datas-bases. As operações de empréstimos e adiantamentos a instituições

financeiras representam as operações compromissadas de curto prazo e os certificados de depósitos interfinanceiros indexados principalmente a taxas pós-fixadas e os seus valores contábeis se aproximam ao valor justo das operações. Os instrumentos de dívidas incluem as cotas em fundos de investimento e tiveram seus valores justos calculados pelos valores das respectivas cotas.

- Os passivos financeiros ao custo amortizado referem-se, basicamente, às operações de depósitos e captações atreladas às taxas pós-fixadas ou indexadores, tais como CDI, IGPM, IPCA e INPC.
- Para as operações de captação por meio de depósitos com taxas prefixadas e as captações no exterior em moeda estrangeira, o valor justo foi calculado pelo critério de valor presente líquido dos fluxos de caixa que foram descontados por taxas divulgadas no mercado futuro (BM&FBOVESPA).

d) Baixa de ativos e passivos financeiros

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- O direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou
- O Banco transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) o Banco não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

O Banco realiza transações nas quais ativos financeiros reconhecidos são transferidos, porém todos ou a maioria dos riscos e benefícios dos ativos transferidos são retidos pelo Banco e não são baixados do balanço patrimonial consolidado. Transferências de ativos com retenção de todos ou a maioria dos riscos e benefícios incluem, por exemplo, cessões de créditos com coobrigação efetuados às instituições financeiras e sem coobrigação efetuados aos FIDCs conforme mencionado na nota explicativa nº 2, e operação de venda de títulos com compromissos de recompra.

Nas transações em que o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e os benefícios de propriedade de um ativo financeiro é feita a baixa do respectivo ativo quando o Banco deixa de exercer controle sobre este. Em transferências nas quais é retido o controle sobre o ativo, o Banco continua a reconhecer esse ativo na proporção do seu envolvimento, determinado pela duração de suas exposições às mudanças no valor do ativo transferido.

ii. Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

e) Compensação de instrumentos financeiros

Conforme o IAS 39, os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a

intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e são periodicamente remensurados pelo seu valor justo com as variações reconhecidas diretamente no resultado.

Para a determinação do valor justo dos derivativos deve-se avaliar se o instrumento em questão é negociado em um mercado ativo ou não. Neste segundo caso, o cálculo do valor justo é realizado por meio de técnicas de precificação, incluindo fluxo de caixa descontado e outros modelos de precificação, tais como, a consideração do risco de crédito da contraparte (derivativos ativos) e do Banco (derivativos passivos).

De acordo com a política interna de gestão de riscos, o Banco documenta formalmente a relação de *hedge* entre os instrumentos de *hedge* e os itens *hedgeados* quando da designação inicial da operação, incluindo os objetivos de gerenciamento de risco e estratégias na contratação dos instrumentos de *hedge*, juntamente com a metodologia que será utilizada na mensuração da efetividade do *hedge*.

O Banco avalia, no início da operação e em bases periódicas, se os instrumentos de *hedge* são efetivos na compensação das variações no valor justo dos respectivos itens *hedgeados* durante o período para o qual o *hedge* está designado, e se os resultados atuais de cada *hedge* estão dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade estabelecidos pelo IAS 39.

- **Hedge de valor justo**

Quando um derivativo é designado como *hedge* de valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme, as variações no valor justo do derivativo e as variações no valor justo do item objeto de *hedge* são reconhecidas diretamente no resultado do período.

- **Estrutura de Hedge**

No primeiro semestre de 2011, o Banco estruturou operação de *hedge* contábil de valor justo utilizando *SWAPs* cambiais e de taxa de juros com o objetivo de minimizar o risco de variação cambial e juros (cupom cambial) das captações externas em aberto (obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior e dívidas subordinadas).

Dessa forma, o Banco passou a realizar a marcação a mercado das dívidas subordinadas e obrigações por títulos e valores mobiliários emitidos no exterior, e dos derivativos de *hedge*, realizando testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil e passou a reconhecer o resultado dos derivativos e dos itens objeto de *hedge* diretamente no resultado do exercício.

- **Posição ativa**

A posição ativa da operação de *hedge* contábil é composta por posições em Dólar Americano (US\$) e taxas de juros (Depósito Interfinanceiro / CDI ou Prefixada) que apresentam como fatores primitivos de risco o preço à vista da moeda americana (dólar pronto) e a taxa de juros prefixada em reais (curva pré).

- **Posição passiva**

A posição passiva da operação de *hedge* é composta por instrumentos de dívida emitidos nos mercados internacionais, na forma de *Euro Medium-Term Notes (Bonds)* e dívida subordinada. À semelhança dos *Bonds*, representam a obrigação do emitente em pagar periodicamente juros a seu detentor, reembolsando o principal na data do vencimento.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos utilizados na operação de *hedge* contábil estão apresentados na nota explicativa nº 10.

g) Redução do valor recuperável (“*Impairment*”) de ativos financeiros

As perdas em ativos financeiros não classificados como “para negociação” são reconhecidas quando há evidência de deterioração em ativo individualmente ou de um grupo de ativos com as mesmas características (caso estes não sejam significativos para avaliação individual).

Os ativos financeiros são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados para os ativos financeiros classificados na categoria de “empréstimos e recebíveis”, para atribuição dos níveis de riscos dos seus clientes, os períodos de atraso das operações.

As evidências objetivas de que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado possuem redução ao valor recuperável incluem: quebra de contrato, como inadimplência no pagamento dos juros, dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador, análise com base nas renegociações efetuadas pelo Banco, desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras, dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira e condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Na avaliação da redução ao valor recuperável coletivo, o Banco utiliza estudos históricos da probabilidade de inadimplência e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da Administração, quando as condições atuais de economia indicam que perdas reais tenham probabilidade de serem superiores ou inferiores às sugeridas pela modelagem histórica.

A redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis e ativos mantidos até o vencimento é reconhecida no resultado na conta de “Perdas (líquidas de recuperações) no valor recuperável de ativos financeiros” em contrapartida da respectiva conta patrimonial do ativo financeiro. O reconhecimento de juros de ativos financeiros é suspenso quando a operação não representa benefícios prováveis de recuperação. Maiores detalhes quanto à redução de valores recuperáveis de ativos financeiros estão apresentados na nota explicativa nº 7 – Gestão de risco operacional e de riscos financeiros.

As perdas por redução ao valor recuperável com instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas transferindo-se a diferença entre o custo de aquisição amortizado e o valor justo atual, do patrimônio líquido para o resultado do período. Quando um evento subsequente reduz o valor da perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida em instrumentos de dívida disponíveis para venda, esta é revertida contra o resultado do período. Entretanto, quaisquer recuperações subsequentes no valor justo de um instrumento de patrimônio disponível para venda anteriormente ajustado por uma perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. As mudanças nas provisões para redução ao valor recuperável atribuíveis ao valor do tempo são refletidas como componente da receita de juros.

Os empréstimos renegociados sujeitos à avaliação da redução do valor recuperável são tratados como novos empréstimos, mantendo-se inalterada a avaliação do risco de crédito ao devedor para fins de mensuração da redução do valor recuperável.

O Banco utiliza como prática a baixa para prejuízo das operações vencidas há mais de um ano, quando já foram esgotados todos os procedimentos de cobrança e renegociação e, neste caso, essas operações são consideradas improváveis quanto a sua recuperação. Essas operações passam a ser controladas fora do balanço patrimonial.

h) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A redução do valor recuperável (“*impairment*”) dos ativos não financeiros – é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substanciais, independentemente de outros ativos ou grupo de ativos. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores de ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

i) Operações compromissadas

As compras de ativos financeiros vinculadas a contratos de revenda são reconhecidas como um financiamento concedido, garantido por ativo financeiro, sendo consideradas, quando aplicável, como “Caixa e equivalentes de caixa”.

As vendas de ativos financeiros vinculadas a contratos de recompra são reconhecidas como um financiamento recebido, garantido por ativo financeiro, sendo apresentadas no balanço patrimonial consolidado na conta “Depósitos de instituições financeiras” (passivo).

As variações do resultado entre os preços de compra e de venda são reconhecidos como “Receitas de juros e similares” e “Despesas de juros e similares” ao longo do prazo do respectivo contrato.

j) Ativos não correntes mantidos para venda

O Banco classifica os ativos em não correntes mantidos para venda, quando seu valor contábil puder ser recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda e não pelo uso contínuo e que também satisfaçam aos critérios de classificação como mantidos para venda. Estes são avaliados pelo menor valor entre o saldo contábil e o valor justo, por meio da utilização de percentuais históricos de recuperação que representam a melhor estimativa da Administração.

k) Ativos tangíveis

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

São representados pelos valores de imóveis, veículos, sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente com estes ativos são imediatamente reconhecidos na rubrica de “Outras despesas administrativas”.

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada em 5 anos para veículos e sistemas de processamento de dados, 10 anos para sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso e 25 anos para imóveis.

As entidades consolidadas avaliam, na data-base das demonstrações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ter valor não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser re-estimada).

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação entre o valor líquido recebido e o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais” na demonstração consolidada do resultado.

Benfeitorias em imóveis de terceiros: Somente são reconhecidos ativos intangíveis cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer ajustes ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização. As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel.

As entidades consolidadas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável deste grupo de ativos. Os critérios utilizados para reconhecer estas perdas são similares aos utilizados para ativos tangíveis.

I) Ativos intangíveis

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção de entidade ou exercidos com essa finalidade.

São representados por:

i) Licenças:

As licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Já as adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as licenças com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada.

ii) Softwares:

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de dois a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Banco, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela

adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

m) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método contábil de aquisição. O método envolve reconhecer ativos (inclusive, se aplicável, ativos intangíveis previamente não reconhecidos) e passivos (inclusive passivos contingentes e excluindo reestruturação futura) identificáveis do negócio adquirido ao valor justo. Ações emitidas e transferidas como parte de pagamento são mensuradas ao valor justo na data da emissão. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos é reconhecido como ágio. Se o custo de aquisição é menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos, o desconto na aquisição é reconhecido diretamente na demonstração do resultado no ano da aquisição.

O ágio adquirido em uma combinação de negócios é inicialmente contabilizado a custo, representando o excesso do custo da combinação de negócios sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda com redução ao valor recuperável acumulado. O ágio é revisado por redução ao valor recuperável anualmente, ou até mais frequentemente, se eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil possa estar abaixo do valor recuperável.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

n) Provisões e ativos e passivos contingentes

Os Administradores das entidades consolidadas, ao elaborarem suas respectivas demonstrações financeiras, efetuaram uma distinção entre:

- Provisões: saldos representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessários) ao final do período. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

- Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. Incluem as obrigações presentes das entidades consolidadas, caso seja provável que uma saída de recursos será necessária para a sua liquidação.

Os riscos decorrentes das ações administrativas ou judiciais de caráter tributário, cível e trabalhista são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião

de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.
- Ativos contingentes: ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência, de eventos futuros que não estejam totalmente sob controle das entidades consolidadas. Não são reconhecidos na demonstração de posição financeira, mas sim divulgados nas notas explicativas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

o) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas estão resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros e similares

As receitas e despesas de juros e similares, as comissões pagas ou recebidas que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a originação do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

ii. Receitas e despesas de tarifas e comissões

As receitas e despesas de comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com as características das operações que as originaram. Os principais critérios são os seguintes:

- As receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo, são reconhecidas no resultado pelo prazo contratual das operações; e
- As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período de tempo em que perdurar a prestação destes serviços.

iii. Receitas e despesas operacionais

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros ou custos serão realizados/incorridos pela entidade, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

p) Garantias financeiras

O Banco emite garantias financeiras aos seus clientes, no curso normal dos seus negócios bancários.

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

O Banco reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas ao valor justo, na rubrica de "Receitas de tarifas e comissões", que geralmente é o valor presente de taxas, comissões e juros recebidos e a receber desses contratos ao longo de seu prazo. Subsequentemente essa obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre: (i) o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e (ii) o valor determinado de acordo com o IAS 37.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por redução ao valor recuperável sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

q) Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários.

ii. Benefícios rescisórios

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. O Banco disponibiliza assistência médica e curso de qualificação e/ou requalificação profissional aos seus funcionários, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria, como forma de benefício rescisório.

Os benefícios que vencem em mais de doze meses após a data do balanço, quando aplicável, são descontados a valor presente.

r) Imposto sobre a renda – corrente e diferido

A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base. As alíquotas aplicadas sobre as bases de cálculo apuradas são: imposto de renda 15%, com adicional de 10% sobre determinados limites e contribuição social de 15% para as empresas financeiras e do ramo de seguros, e de 9% para as demais empresas.

Por meio de estudo técnico realizado pela Administração, a expectativa de recuperação dos créditos tributários contabilizados é de até dez anos (vide detalhamento na nota 16.d). A compensação depende da natureza do crédito gerado, oriunda de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis ou não tributáveis.

A constituição, realização ou a manutenção dos créditos tributários são avaliadas periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a realização de tais valores.

A despesa do Imposto de renda e Contribuição social é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na medida em que sejam considerados prováveis que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

s) Operações de arrendamento mercantil (arrendador)

Os arrendamentos são classificados como arrendamento financeiro e apresentados no balanço patrimonial consolidado na conta de "Empréstimos e recebíveis".

O balanço patrimonial consolidado foi elaborado considerando as operações de arrendamento mercantil pelo método financeiro, a valor presente, demonstradas a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Carteira de arrendamento	8.206	14.184
Imobilizado de arrendamento	835.753	1.428.821
Depreciações acumuladas	(670.717)	(924.493)
Superveniência de depreciação	594.924	844.661
Credores por antecipação do valor residual	(436.829)	(674.376)
Saldo a valor presente	331.337	688.797

t) Contratos de seguros

O IFRS 4 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um "contrato de seguros". A controlada Panamericana de Seguros procedeu a análise de seus negócios para determinar que suas operações caracterizam-se como "contrato de seguro", uma vez que os contratos emitidos transferem o risco significativo de seguro. A controlada Panamericana de Seguros define como risco significativo de seguro, como a possibilidade de pagar indenizações aos segurados, na ocorrência de um evento de seguro.

• Passivos por contratos de seguro (Provisões técnicas de seguros)

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e critérios estabelecidos pelo Órgão Regulador das Seguradoras e com base em metodologias estabelecidas em Notas Técnicas Atuariais (NTA).

Atualmente, as provisões técnicas constituídas pela controlada Panamericana de Seguros são calculadas a partir das seguintes metodologias:

- **Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)**

O cálculo desta provisão é realizado a partir dos seguintes critérios de constituição:

- (a) Cálculos individuais por apólice ou endosso representativo de todos os contratos de seguros vigentes na data base de sua constituição ou a eles relacionados. Nos casos em que o risco da cobertura contratada não é definido na apólice ou no endosso, mas no certificado ou item segurado, o cálculo da PPNG é efetuado por certificado ou item.
- (b) Cálculo da provisão efetuado “*pro rata die*”, tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco, no mês de constituição.
- (c) Cálculo a partir do prêmio comercial retido, que corresponde ao valor recebido ou a receber do segurado (valor do prêmio emitido, pago à vista ou parcelado), nas operações de seguro direto ou de congêneres (nas operações de cosseguro aceito), líquido de cancelamentos, de restituições e de parcelas de prêmios transferidas a terceiros, em operações com congêneres (nas operações de cosseguro cedido).

- **Provisão de prêmios não ganhos - Riscos vigentes não emitidos (PPNG-RVNE)**

Esta provisão tem a finalidade de contemplar a estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos.

A metodologia de cálculo aplicada pela controlada Panamericana de Seguros, a qual se encontra descrita em Nota Técnica Atuarial, consiste na aplicação de percentuais médios, apurados com base no atraso de emissão verificados no período de 12 (doze) meses, sobre o montante de prêmios dos últimos 12 meses, ou sobre a PPNG do mês de referência.

- **Provisão de insuficiência de prêmios (PIP)**

O cálculo desta provisão é obtido atuarialmente, com base em Nota Técnica Atuarial, que apresenta uma metodologia estatística prospectiva.

A metodologia aplicada estima o valor das despesas e receitas futuras, dos riscos vigentes na data base do cálculo.

- **Provisão de sinistros a liquidar (PSL)**

Constituída para a cobertura dos valores esperados a pagar relativos a sinistros avisados, até a data base do cálculo, de acordo com a responsabilidade da controlada Panamericana de Seguros, obedecidos os seguintes critérios estabelecidos em norma:

- (a) A controlada Panamericana de Seguros possui uma metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial para a apuração da PSL, a qual considera as indenizações e as despesas relacionadas, inclusive nos casos referentes às ações em demandas judiciais.
- (b) A data de aviso do sinistro é correspondente a data do efetivo registro por parte da controlada Panamericana de Seguros.
- (c) O fato gerador da baixa da PSL é o efetivo recebimento da indenização, pelo Segurado ou Beneficiário, ou conforme os demais casos previstos em Lei.
- (d) Os sinistros avisados às sociedades seguradoras, inclusive os sinistros em demanda judicial, são registrados tomando-se por base:
 - (i) o valor acordado entre o segurado e a controlada Panamericana de Seguros;
 - (ii) o valor reclamado pelo segurado, quando aceito pela controlada Panamericana de Seguros;

- (iii) o valor estimado pela controlada Panamericana de Seguros, quando não tenha o segurado indicado a avaliação do sinistro;
- (iv) o valor igual à metade da soma da importância reclamada pelo segurado e da oferecida pela controlada Panamericana de Seguros, no caso de divergência de avaliação, limitado à importância segurada do risco coberto no sinistro;
- (v) o valor resultante da sentença transitada em julgado;
- (vi) o valor máximo de responsabilidade por vítima ou por evento e por tipo de dano, nos seguros obrigatório de responsabilidade civil;
- (vii) o valor do sinistro médio, para os ramos em que a sociedade seguradora possua informações capazes de gerar estatísticas consistentes, devendo ajustar esse valor registrado, após cada reavaliação do sinistro que melhore a estimativa da indenização a ser paga.

A metodologia de cálculo da PSL, mencionada na alínea (a) deste item, não substitui o critério de abertura do sinistro praticado pela Seguradora. Este cálculo é realizado por processo estatístico-atuarial, através da aplicação dos "Triângulos de *Run-off*", e utiliza a experiência passada da Sociedade Seguradora para projetar o valor dos sinistros avisados a serem liquidados.

A provisão de sinistros a liquidar para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT ("Seguradora Líder").

• Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)

O cálculo desta provisão visa a cobertura do valor esperado dos sinistros ocorridos e ainda não avisados, até a data base de cálculo, considerando as indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade da controlada Panamericana de Seguros.

A metodologia de cálculo aplicada pela controlada Panamericana de Seguros, a qual se encontra descrita em Nota Técnica Atuarial, é calculada com base em critério estatístico-atuarial, conhecidos como triângulo de *run-off*, que consideram o desenvolvimento trimestral ou semestral histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Destaca-se, ainda, que para os ramos que não dispõem de histórico de informações com dados estatísticos consistentes para a aplicação da metodologia disposta na Nota Técnica Atuarial, ocasionados pelo pequeno contingente numérico de sinistros computados na base de dados da controlada Panamericana de Seguros, a provisão de IBNR é obtida pela aplicação dos percentuais determinados pelo normativo do Órgão Regulador das Seguradoras.

A provisão de IBNR para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores calculados e informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder.

• Teste de adequação de passivos - TAP

Atendendo ao IFRS 4 e regulamentação do órgão regulador das Seguradoras que instituiu o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a Seguradora deve avaliar, se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, o resultado do TAP deverá ser reconhecido na PIP ou outra provisão que venha a substituí-las.

O TAP foi elaborado bruto de resseguro, e para a sua realização a Seguradora considerou a segmentação estabelecida pela SUSEP nº 457, de 14/12/2012, ou seja, entre seguros de danos e seguros de pessoas, excluindo-se as operações com seguro DPVAT.

Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se a estimativa de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data base de 31/12/2012, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de *Svensson* para interpolação e extrapolação das curvas de juros, e o uso de algoritmos genéticos, em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não-linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As taxas de sinistralidade aplicadas para cada grupo no Teste de Adequação de Passivos de 31/12/2012 foram, em média, as seguintes:

Seguro de Danos – 35%

Seguro de Pessoas – 22%

Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Seguradora, data-base de 31/12/2012, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 457/2012.

u) Operações de consórcio

A taxa de administração de consórcio é contabilizada quando do seu recebimento dos grupos de consórcio, à medida que os serviços são prestados. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das cotas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundo de investimento no qual os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas no grupo “outros passivos”, no consolidado.

v) Demonstração dos fluxos de caixa

Os termos, a seguir, são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, em moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificado de depósito bancário e fundo de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
- Fluxos de caixa: são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento.

w) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos detentores das ações ordinárias pela média ponderada das ações ordinárias em poder dos acionistas na data do balanço. O lucro diluído por ação é determinado ajustando-se o lucro básico por ação pelos investimentos com potencial de diluição.

Em 31/12/2012 e 31/12/2011 não existiam investimentos com potencial de diluição no Banco.

x) Patrimônio líquido

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Banco é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral / Conselho da Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são deduzidos da mensuração inicial dos respectivos instrumentos de capital emitidos.

y) Apresentação de relatórios por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Banco.

As receitas e despesas diretamente relacionadas com cada segmento são consideradas na avaliação do desempenho do segmento de negócios.

De acordo com o IFRS 8, o Banco possui os seguintes segmentos de negócios: (i) Financeiro; (ii) Seguros; (iii) Consórcios e (iv) Securitização de Recebíveis; (v) Promotora de Vendas; e (vi) Outros.

z) Benefício residual em operações securitizadas

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514, de 20/11/1997, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

4. USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS, CRÍTICAS E JULGAMENTOS

As demonstrações financeiras consolidadas são influenciadas pelas políticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos do Banco. As estimativas e premissas que impactam as informações contábeis são aplicadas de forma consistente. Eventuais mudanças na apuração das estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente. As estimativas e premissas utilizadas pelo Banco são as melhores estimativas disponíveis e estão de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas pelo Banco e baseadas nas experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas que consideram os eventos futuros. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significantes estão descritas abaixo:

a) Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo incluem principalmente títulos e valores mobiliários classificados como ativos e passivos financeiros para negociação, inclusive derivativos e ativos financeiros disponíveis para venda.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são apurados com base no preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação realizada entre participantes independentes na data da mensuração, sem favorecimento. Há diferentes níveis de dados que devem ser usados para mensurar o valor justo dos instrumentos financeiros (nota 10): os dados observáveis que refletem os preços cotados de ativos ou passivos idênticos nos mercados ativos (nível 1), os dados que são direta ou indiretamente observáveis como ativos ou passivos semelhantes (nível 2), ativos ou passivos idênticos em mercados sem liquidez e dados de mercado não observáveis que refletem as próprias premissas do Banco ao precificar um ativo ou passivo (nível 3). Maximiza-se o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo. Para chegar a uma estimativa de valor justo de um instrumento mensurado com base em mercados não observáveis, o Banco primeiro determina o modelo apropriado a ser adotado e devido à falta de acompanhamento dos dados significativos, avalia todos os dados baseados nas experiências relevantes na derivação de dados de avaliação, inclusive, porém não se limitando a, curvas de rentabilidade, taxas de juros, volatilidades, preços de participações no capital ou dívidas, taxas de câmbio e curvas de crédito. Além disso, a respeito dos produtos que não são negociados em bolsa, a decisão do Banco deve ser considerada para avaliar o nível apropriado de ajustes de avaliação para refletir a qualidade de crédito da contraparte, o próprio valor de crédito, limitações de liquidez e parâmetros não observáveis, quando relevante. Embora se acredite que os métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles praticados no mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para apurar o valor justo de determinados instrumentos financeiros poderia resultar em uma estimativa diferente de valor justo na data de divulgação e/ou liquidação.

b) Mensuração do valor recuperável de ativos financeiros da categoria “Empréstimos e recebíveis”

Os ativos classificados na categoria de Empréstimos e recebíveis são mensurados por meio do custo amortizado e atualizados pela taxa efetiva de juros.

Para fins de IFRS no âmbito do IAS 39, na data-base de divulgação das demonstrações financeiras, o Banco deve avaliar as perdas inerentes a ativos financeiros disponíveis para venda e aqueles mensurados ao custo amortizado. A determinação da perda por redução ao valor recuperável com empréstimos e recebíveis exige um alto nível de julgamentos que envolve critérios diversos de avaliação, tais como:

- análise das características gerais da carteira de empréstimos e recebíveis;
- risco das operações; e
- qualidade das garantias (quando aplicável).

O Banco utiliza-se de modelos internos para analisar as carteiras de empréstimos e recebíveis para determinar a provisão necessária para perdas conforme nota 7. Nesses modelos são aplicados fatores estatísticos de perda histórica observável de uma janela de tempo suficiente para capturar efeitos sazonais e remover os efeitos de condições de mercado incomuns para grupos de empréstimo com características de risco semelhantes.

As metodologias e as suposições usadas são revistas regularmente para reduzir qualquer diferença entre as estimativas e a efetiva perda incorrida.

c) Mensuração do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, incluindo bens mantidos para venda

Na data-base de divulgação das demonstrações financeiras, o Banco possui como prática a verificação quanto à existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. O Banco mantém provisão para desvalorização de veículos e afins relativos a ativos não correntes mantidos para venda.

d) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Conforme nota 16, ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do Banco, é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Variações nos montantes depositados ;
- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais adversas;
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento;
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

5. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para fins da IFRS em períodos após a data destas demonstrações financeiras:

- Alteração do IAS 32 – “*Financial Instruments: Presentation*” – essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de “offsetting” de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Essa alteração é efetiva para exercícios iniciados em 01/01/2014. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração.

- Alterações do IFRS 7 – “*Financial Instruments: Disclosures*” – em outubro de 2010 foi emitida uma alteração nesse pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre transferências de ativos

(riscos remanescentes) e de transferências próximas da data do período. Esses requerimentos são efetivos para exercícios iniciados após 01/07/2011. Adicionalmente em dezembro de 2011 foi emitida nova alteração do pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre o processo de “*offset Ting*”. Esses requerimentos são efetivos para exercícios iniciados após 01/01/2013.

- IFRS 9 – “*Financial Instruments*” – o pronunciamento é a primeira etapa no processo de substituir o IAS 39 “*Financial Instruments: Recognition and Measurement*”. O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e é esperado que afete a contabilização de instrumentos financeiros da Panamericana de Seguros S.A.. Não é efetivo até 01/01/2015, e o IASB permite sua adoção antecipada.

- Alteração do IAS 19 – “*Employee Benefits*” – essa alteração não permite mais o uso do método do “corredor” e todas as movimentações deverão ser lançadas nos Outros Resultados Abrangentes IFRS 10 – “*Consolidated Financial Statements*” – o pronunciamento altera o princípio atual, identificando o conceito de controle como fator determinante de quando uma entidade deve ser consolidada.

O IFRS 10 fornece guia adicional para ajudar na determinação do controle, quando há dificuldades em certos casos. Não é efetivo até 01/01/2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção do pronunciamento.

- IFRS 11 – “*Joint Arrangements*” – O pronunciamento fornece uma abordagem diferente para análises de “*Joint Arrangements*” com foco maior nos direitos e obrigações dos acordos, do que nas formas legais. O IFRS 11 divide os “*Joint Arrangements*” em duas formas: “*Joint Operations*” e “*Joint Ventures*”, de acordo com os direitos e as obrigações das partes. Para investimentos em “*Joint Ventures*”, a consolidação proporcional não é mais permitida. Não é efetivo até 01/01/2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção do pronunciamento.

- IFRS 12 – “*Disclosures of Interests in Other Entities*” – O pronunciamento inclui novas exigências de divulgação de todas as formas de investimento em outras entidades, tal como “*Joint Arrangements*”, associações e sociedades de propósitos específicos. Não é efetivo até 01/01/2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção do pronunciamento.

- IFRS 13 – “*Fair Value Measurement*” – O pronunciamento tem como objetivo um maior alinhamento entre IFRS e USGAAP, aumentando a consistência e diminuindo a complexidade das divulgações, utilizando definições precisas de valor justo. Não é efetivo até 01/01/2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos da adoção do pronunciamento.

- *Annual Improvements cycle (2009-2011)* – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação.

Nesse ciclo foram revisados o IFRS 1 – “*First-time adoption of IFRS*”, IAS 1 – “*Presentation of Financial Statements*”, IAS 16 – “*Property, Plant and Equipment*”, IAS 32 – “*Financial Instruments: Presentation*” e IAS 34 – “*Interim Financial Reporting*”. As alterações não são efetivas até 01/01/2013. Não haverá impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

- *Investment Entities - Amendments* ao IFRS 10 – “*Consolidated Financial Statements*”, IFRS 12 – “*Disclosure of Interests in Other Entities*” e IAS 27 – “*Separate Financial Statements*” - São aplicáveis as entidades de investimento, que investem em fundos, exclusivamente para obter retornos de valorização do capital, rendas de investimento ou ambos. Não é efetivo até 01/01/2014. Os possíveis impactos dessas alterações estão sendo avaliados.

6. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

As seguintes combinações de negócios, que ocorreram durante o exercício findo em 31/12/2012, foram contabilizadas e estão sendo divulgadas de acordo com o IFRS 3 (R) Combinação de Negócios.

Brazilian Finance & Real Estate S.A. (BFRE)

Em 19/07/2012, o Banco finalizou a operação de compra de 100% das ações integrantes do capital da Brazilian Finance & Real Estate S.A., (BFRE), por meio da aquisição de 100% do capital de sua controladora, Ourinvest Real Estate Holding S.A. (OREH), conforme descrito na Nota 1.

Desde a data de aquisição, a Ourinvest (BRFE) contribuiu para o resultado do Banco com um lucro líquido de R\$ 17.696. Se a aquisição fosse realizada em 01/01/2012, o impacto no lucro líquido do Banco, em 31/12/2012, seria de um prejuízo de R\$ 24.307.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Ourinvest (BFRE) em 19/07/2012 é apresentado a seguir:

Balanco Patrimonial	Valor justo reconhecido na aquisição
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	7.087
Ativos financeiros para negociação e disponíveis para a venda	1.179.897
Empréstimos e recebíveis	1.446.241
Ativo imobilizado e intangível	168.581
Outros Ativos	92.829
Total	2.894.635
Passivos	
Outros passivos financeiros ao valor justo pelo resultado	204.682
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.381.023
Outros passivos	429.611
Total	2.015.316
Total de ativos e passivos líquidos identificados	879.319
Ágio na aquisição	218.727
Total pago na aquisição	1.098.046

O valor do ágio reconhecido na aquisição de R\$ 218.727 compreende o valor de sinergia esperada pela aquisição e rentabilidade futura, que não foi possível reconhecer separadamente. Durante o processo de alocação do preço de compra, o Banco reconheceu ativos líquidos ao valor justo na transação. Não foram identificados e reconhecidos outros ativos intangíveis em função da não identificação dos mesmos na análise da combinação de negócios. O valor total transferido na aquisição compreende a caixa e equivalentes de caixa.

O Banco Panamericano procedeu ao teste de recuperação do ágio para a identificação de possível perda com redução ao valor recuperável, não sendo necessário proceder nenhum ajuste no mesmo. Foram utilizadas as seguintes premissas para o teste do ágio:

- Plano de negócios relativos aos próximos dez (10) anos da Ourinvest Real Estate Holding S.A. e suas controladas, aprovado pelo Conselho de Administração; e

- Ajuste a valor presente dos resultados anuais da Ourinvest Real Estate Holding S.A. e suas controladas constantes do plano de negócios, utilizando-se uma taxa projetada do DI pela área técnica do Banco de 7,716%. Caso fosse adotada uma taxa projetada de 15% ainda assim não haveria necessidade de se constituir *impairment* desse ágio.

7. GESTÃO DE RISCO OPERACIONAL E RISCOS FINANCEIROS

7.1. Introdução e visão geral

O Banco está exposto aos seguintes principais riscos provenientes de suas atividades e dos instrumentos financeiros utilizados:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Esta nota apresenta informações sobre a estrutura de Gerenciamento de Riscos (EGR), processos de identificação, mensuração, mitigação e reporte, à exposição a riscos, políticas, e estrutura de capital.

7.2. Estrutura de gerenciamento de risco

O Diretor Presidente representa a maior instância na estrutura de gestão do Banco, sendo subordinadas a ele a Diretoria Financeira, de Captação, Relações com Investidores e, a de Controladoria, Riscos e Compliance. A unidade responsável pelo gerenciamento de risco é a Diretoria de Controladoria, Riscos e Compliance que monitora os principais riscos aos quais o Banco está exposto:

- **Risco de Crédito:** Definido como a possibilidade da contraparte de um empréstimo, operação financeira ou qualquer outra com características de concessão de crédito (avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito, entre outras operações semelhantes), não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo assim, ocorrer perda parcial ou total da posição.
- **Risco de Liquidez:** Definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a solvência e capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.
- **Risco de Mercado:** Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pelo Banco. Essas flutuações podem ser advindas de variações de preços (ações e mercadorias), de taxas de juros, de índices de preço, de câmbio e/ou de volatilidade, as quais alteram o valor de mercado dos títulos possuídos pela instituição.
- **Risco Operacional:** Define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Os eventos de risco operacional podem ser:
 - Fraudes internas e externas;
 - Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
 - Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
 - Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;
 - Fatores que acarretem a interrupção das atividades da instituição;

- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na instituição.

7.2.1 Risco de crédito

Defini-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O risco de crédito da contraparte está relacionado ao não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações financeiras de títulos e valores mobiliários, derivativos e operações de crédito.

Na estrutura do Banco, tanto na concessão de crédito como no gerenciamento dos riscos de crédito, a carteira é dividida nos segmentos Empresas e Varejo. Sendo o primeiro composto, no geral, por financiamentos a pessoa jurídica e os demais a pessoa física.

a) Políticas e estratégias da gestão de risco de crédito

A unidade de gerenciamento de risco de crédito tem como objetivos:

- Monitorar a concentração de exposição por contrapartes, área geográfica e setor de atividade;
- Desenvolver, implantar e monitorar o risco de crédito das carteiras, bem como acompanhar o volume de provisionamento regulatório e gerencial;
- Propor, acompanhar e reportar os limites de exposição aos riscos de crédito de carteira;
- Disseminar junto às unidades, principalmente as de negócio e produto, as melhores práticas relacionadas ao gerenciamento do risco de crédito de carteira; e
- Monitorar, reportar e propor ações de mitigação, visando manter a exposição a risco de crédito de carteira alinhada ao apetite a risco definido pela alta administração.

A Auditoria Interna realiza auditorias regulares nas unidades de negócios e nos processos de Crédito do Grupo.

b) Ciclo de Crédito

O Banco tem como premissa básica para a concessão de crédito, a capacidade de geração de caixa da empresa, de modo a dar continuidade às suas atividades. É observada também, sua capacidade de acesso às linhas de crédito.

Em todos os casos, eventuais garantias são observadas como acessórias, não sendo o principal motivo para concessão de crédito. A mesma está relacionada ao risco envolvido, ou seja, quanto menor a capacidade de pagamento, maior o nível de garantia a exigir.

I. Empresas

Nas operações do segmento de “*middle market*”, os clientes são avaliados atendendo aos princípios de seletividade e aderência do ramo de atividade à modalidade proposta. O processo de concessão de crédito é suportado pelas informações fornecidas pelos clientes, relatórios de visitas do gerente comercial, bem como o cumprimento das exigências mínimas aqui

estabelecidas ou aquelas que são divulgadas pelo Comitê Executivo e/ou Banco Central do Brasil.

A classificação do *rating* do cliente é realizada no momento da avaliação de crédito. O modelo de classificação leva em consideração informações quantitativas e qualitativas obtidas junto ao cliente, visitas técnicas e pesquisas no mercado financeiro, clientes, fornecedores e concorrentes. Quando é caracterizado grupo econômico, é definida uma classificação para o grupo consolidado.

A partir do *rating* do cliente é definido um “*rating* da operação”, que leva em consideração as garantias envolvidas na operação.

II. Varejo

Nas operações de varejo, o processo de concessão de crédito é suportado pelas informações cadastrais de cada cliente capturadas nas agências/correspondentes, informações de *bureau* de crédito, avaliação dos analistas de crédito e modelos de *scoring* automatizados, bem como o cumprimento das exigências mínimas aqui estabelecidas ou aquelas que são divulgadas pelo Comitê Executivo e/ou Banco Central do Brasil.

c) Gerenciamento de Risco de Crédito

Após a contratação da operação é necessário o gerenciamento periódico do risco de crédito da operação, visando analisar o comportamento do crédito, a situação do cliente e das garantias dadas na operação.

O gerenciamento de risco de crédito é composto por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela instituição. É papel da área de Risco de Crédito propor métricas e indicadores para permitir a correta mensuração do risco das operações, além de garantir de maneira independente as análises e acompanhamentos da carteira.

d) Exposição ao Risco de Crédito

Na tabela a seguir tem-se o resumo da exposição máxima ao risco de crédito nas carteiras própria, cedida com coobrigação e cedida sem coobrigação FIDC. A exposição máxima atingiu R\$ 18,8 bilhões, sendo R\$ 1,6 bilhão deste montante limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas.

i. Exposição máxima ao risco de crédito

	31/12/2012	
	Total	Redução ao valor recuperável
Empréstimos e adiantamentos a clientes	13.790.084	1.545.856
Outros Empréstimos e Recebíveis	4.036	-
Operações Securitizadas	17.328	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	509.392	-
Instrumentos de dívida	2.246.799	-
Instrumentos financeiros derivativos	207.232	-
Recebíveis imobiliários	159.060	-
Itens não registrados no balanço patrimonial (1)	1.641.558	-
Outros ativos	192.001	-
Exposição máxima ao risco de crédito	18.767.490	1.545.856

	31/12/2011	
	Total	Redução ao valor recuperável
Empréstimos e adiantamentos a clientes	10.926.809	1.254.080
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	909.026	-
Instrumentos de dívida	1.141.187	-
Instrumentos financeiros derivativos	128.187	-
Itens não registrados no balanço patrimonial (1)	1.229.084	-
Outros ativos	227.669	-
Exposição máxima ao risco de crédito	14.561.962	1.254.080

(1) Referem-se a limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas

Instrumentos de dívida são representados, substancialmente, por 91% em títulos do governo brasileiro dos quais não apresentam risco de crédito, conforme definição do BACEN.

Na tabela a seguir é apresentada a distribuição dos ativos de acordo com a classificação de vencimento e ocorrência de redução ao valor recuperável.

Carteira de Crédito	31/12/2012	31/12/2011
Não vencidos nem sujeitos a perdas pela redução ao valor recuperável	8.206.809	7.009.542
Vencidos mas não há perdas por redução ao valor recuperável	1.919.500	1.904.340
Sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável	3.663.775	2.012.927
Total de empréstimos e adiantamento a clientes	13.790.084	10.926.809
Perdas por redução ao valor recuperável	(1.545.856)	(1.254.080)
Valor Líquido	12.244.228	9.672.729

A concentração de risco dos maiores devedores segue na tabela a seguir.

Majores devedores	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	273.512	1,98	243.603	2,23
50 seguintes maiores devedores	723.217	5,24	501.376	4,59
100 seguintes maiores devedores	842.308	6,11	154.816	1,42
Demais devedores	11.951.047	86,67	10.027.014	91,76
Total	13.790.084	100,00	10.926.809	100,00

Da carteira de crédito total do varejo, os empréstimos cobertos por garantias são: veículos leves, veículos pesados, motos, máquinas pesadas e náutica.

As operações de crédito com prazos renegociados correspondem às transações reestruturadas em razão da deterioração da posição financeira dos tomadores. Uma vez que a operação é reestruturada, esta continua nesta categoria independentemente de ter desempenho satisfatório após a reestruturação.

A carteira de operações de crédito com prazos renegociados atingiu R\$ 10.050. Os produtos contemplados na carteira de renegociação são os financiamentos de veículos leves, motos e pesados.

A tabela a seguir apresenta os ativos vencidos sem redução do valor recuperável distribuídos por idade do atraso.

Atraso (em dias)	31/12/2012	
	Saldo	%
1 a 14	973.818	50,73
15 a 30	471.294	24,55
31 a 60	474.389	24,71
Total	1.919.500	100,0

Atraso (em dias)	31/12/2011	
	Saldo	%
1 a 14	867.115	45,5
15 a 30	513.340	27,0
31 a 60	523.885	27,5
Total	1.904.340	100,0

A distribuição setorial da carteira de crédito e demonstrada na tabela a seguir.

Setor	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	11.136.365	80,75%	9.867.259	90,30%
Agroindústria	179.354	1,30%	232.687	2,13%
Açúcar e Etanol	77.914	0,56%	113.928	1,04%
Agronegócio e Proteína Animal	101.440	0,74%	118.759	1,09%
Comércio	1.020.938	7,40%	304.404	2,79%
Atacado e Varejo	1.020.938	7,40%	304.404	2,79%
Indústria de Base	139.974	1,02%	136.703	1,25%
Autopeças	2.096	0,02%	7.055	0,06%
Indústria Química	40.116	0,29%	35.680	0,33%
Óleo e Gás	-	-	812	0,01%
Outras Indústrias	80.972	0,59%	68.016	0,62%
Papel e Celulose	6.713	0,05%	15.054	0,14%
Têxtil	10.077	0,07%	10.086	0,09%
Serviços	1.313.454	9,53%	385.756	3,53%
Construção e Incorporação	971.631	7,05%	145.246	1,33%
Financeiros	66.652	0,48%	71.431	0,65%
Locação de veículos	10.178	0,07%	3.850	0,04%
Mídia, TI e Telecom	22.159	0,16%	12.438	0,11%
Outros Serviços	173.366	1,26%	32.311	0,30%
Saúde, Segurança e Educação	103	-	46	0,00%
Transporte e Logística	9.097	0,07%	10.121	0,09%
Utilitários	60.267	0,44%	110.313	1,01%
Total	13.790.084	100,00%	10.926.809	100,00%

Na tabela a seguir, temos a distribuição da carteira de crédito segundo os critérios exigidos pelo órgão regulador de bancos brasileiros (BACEN), por meio da Resolução nº 2.682/99.

Ratings de risco do BACEN	31/12/2012	31/12/2011
Rating AA	649.817	-
Rating A	8.695.550	7.660.551
Rating B	1.470.783	923.707
Rating C	736.204	600.362
Rating D	322.773	360.160
Rating E	240.952	239.214
Rating F	178.878	209.388
Rating G	213.774	177.800
Rating H	1.281.353	755.627
Total	13.790.084	10.926.809

e) Provisão para redução ao valor recuperável – Perda Incorrida

O cálculo da perda incorrida em operações de crédito do varejo analisadas de forma coletiva é realizado segmentado por produto, preservando as características de risco de crédito e recuperação de cada grupo, dentre elas Operações de Crédito Consignado, Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Financiamento de Veículos, Financiamento Imobiliário, Crédito Pessoal com ou sem a presença de garantia atrelada e Operações com Cartão de Crédito.

As expectativas de perda dos produtos são estimadas com base na perda histórica observável de uma janela de tempo suficiente para capturar efeitos sazonais e remover os efeitos de condições de mercado incomuns.

As evidências de perdas são estimadas para cada grupo de ativo de acordo com experiência histórica de pagamentos observados. É importante ressaltar que a avaliação é realizada em uma janela de tempo suficiente para que os efeitos de condições incomuns sejam minimizados.

As metodologias e pressupostos usados são revistos regularmente para reduzir diferenças entre as estimativas e a efetiva perda incorrida.

Para o cálculo da estimativa de perdas das operações varejo para carteira própria, cedida com coobrigação e sem coobrigação aos FIDCs, são realizados os seguintes procedimentos:

- Avaliação do comportamento da carteira de crédito em relação aos pagamentos e migração de saldo por faixas de atraso, para identificar o ponto de corte que evidencia a baixa propensão à recuperação do crédito. As operações analisadas compõem a carteira originada do Banco, incluindo as carteiras objeto de cessão de crédito.
- Avaliação do comportamento histórico de rolagem em uma janela de tempo de vinte e quatro meses identificando o momento de inscrição em prejuízo, para mensurar a perda incorrida nos diferentes grupos de ativos.
- Utiliza-se como estimativa de perda da carteira futura a média histórica dos doze meses anteriores à data base da análise onde é possível apurar a rolagem.
- A expectativa de perda da carteira total é composta pela estimativa de perda para cada produto ou grupo homogêneo, aplicada de forma que as informações de contratos de um mesmo cliente possam evidenciar uma degradação mais rápida do contrato.

Além das informações de recuperação de crédito ao longo do tempo, outros componentes precisam ser adicionados ao cálculo para permitir a correta estimativa da perda incorrida.

Para tornar a estimativa mais precisa, os custos de cobrança são deduzidos da recuperação estimada. Os procedimentos para a recuperação de crédito envolvem diversas ações como envio de cartas, telefonemas, negativação, entre outros. Todas as despesas realizadas na tentativa de recuperar os ativos são consideradas.

No Banco, grande parte das ações de cobrança são ressarcidas pelos clientes, sendo seus custos incorporados ao saldo devedor. As despesas incorridas pelo Banco são as comissões pagas às assessorias de cobrança.

Para o cálculo da estimativa de perdas das operações cedidas sem coobrigação aos FIDC'S são realizados os seguintes procedimentos:

- Avaliação do comportamento da carteira de crédito em relação aos pagamentos e migração de saldo por faixas de atraso, para identificar o ponto de corte que evidencia a baixa propensão à recuperação do crédito. As operações analisadas compõem a carteira originada do FIDIC, incluindo as carteiras objetos de cessões de créditos.
- Avaliação do comportamento histórico de rolagem em uma janela de tempo de doze meses identificando o momento de inscrição em prejuízo, para mensurar a perda incorrida nos diferentes grupos de ativos.
- Utilizar como estimativa de perda da carteira futura a média histórica dos doze meses anteriores à data base da análise.
- A expectativa de perda da carteira total é composta pela estimativa de perda para cada produto, alinhado com as práticas adotadas pelo fundo para a composição da provisão para devedores duvidosos. A aplicação das estimativas de perda é feita em grupos formados pelas faixas de atraso.

Para a carteira de FIDCs também foi aplicada a mesma metodologia de estimativa de custos e recuperação.

Para a carteira de crédito Empresas (segmento *Middle*) foram analisadas todas as operações individualmente, utilizando os seguintes critérios para mensuração da provisão para perdas por *impairment*:

Procedimento para determinação da probabilidade de *default*:

O modelo de classificação descrito na Norma de *Rating* Crédito Empresas leva em consideração informações quantitativas e qualitativas obtidas junto ao cliente. Essas informações são adquiridas em visitas técnicas e em pesquisas junto ao mercado financeiro, clientes, fornecedores e concorrentes, além da estrutura de garantias da operação. Para critério de provisionamento, o *rating* nunca poderá ser melhor que o calculado utilizando a resolução 2.682 do Banco Central.

LGD - *Loss Given Default*

O LGD das operações está relacionado ao tipo de garantia da operação.

EAD - *Exposure at Default*

Em virtude de o Banco possuir uma carteira nova, não foi possível atribuir um EAD (*Exposure at Default*) utilizando uma série histórica, foi utilizado o saldo devedor da operação.

LIP - *Loss Identification Period*

Em virtude de o Banco possuir uma carteira nova, não foi possível atribuir um LIP (*Loss Identification Period*) utilizando uma série histórica, onde atribuímos um LIP igual a 1.

Prazo de Recuperação: prazo estimado para efetiva realização do valor de recuperação.

Valor Presente Estimado de Recuperação: Cálculo trazendo o valor de recuperação a valor presente utilizando a taxa da operação e o prazo de recuperação.

7.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez se caracteriza como a incapacidade, por parte do banco, de liquidar suas obrigações financeiras por causa do descasamento entre os recebimentos dos ativos e os pagamentos dos passivos e outras obrigações. Dessa forma, é de extrema importância a gestão de recursos de curto e longo prazo, visando o equilíbrio do caixa por meio de ferramentas e política de gestão de risco de liquidez, como análise de GAP e planos de contingência.

i. Gerenciamento ao risco de liquidez

A Gestão do Risco de Liquidez do Banco visa estruturar as necessidades de caixa de acordo com os fluxos de recebimentos e pagamentos previstos, no curto e longo prazo. Dessa forma, a área de risco de liquidez deve assegurar que o Banco terá a liquidez necessária para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas ou caracterizar situações que coloquem em evidência negativa sua reputação ou imagem.

A estratégia da tesouraria dá ênfase ao risco liquidez a partir da manutenção de uma carteira de ativos líquidos, na sua maioria composto de títulos públicos, empréstimos e adiantamentos para bancos e outros créditos interbancários. Para assegurar sua liquidez em momentos de estresse, o Banco também mantém relacionamento constante com seus controladores e o mercado por meio de instrumentos de captação no interbancário.

O Banco possui um Comitê de Ativos e Passivos (*Asset and Liability Management - ALM*) responsável por aprovar limites de liquidez, como caixa mínimo, e a área de risco elabora relatórios diários com informações da situação de liquidez da Instituição.

ii. Exposição ao risco de liquidez

A área de riscos de mercado/liquidez gera e analisa, diariamente, o fluxo de caixa projetado da instituição em um horizonte de 90 dias. O relatório com a previsão do caixa é enviado diariamente para a mesa de operações e as Diretorias Financeira e de Controladoria, Riscos e Compliance.

Os valores projetados e prazos contratuais remanescentes de passivos financeiros são:

	31/12/2012 – Valor Futuro							
	Sem Vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos de clientes (*)	101.560	355.985	226.719	166.077	447.317	534.296	5.460.908	7.292.862
Depósitos de instituições financeiras	-	3.163.635	910.909	70.309	1.025.653	715.343	1.132.680	7.018.529
Total de depósitos	101.560	3.519.620	1.137.628	236.386	1.472.970	1.249.639	6.593.588	14.311.391
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-	-	16.304	-	3.302	20.533	957.829	997.968
Dívidas subordinadas	-	-	-	-	44.021	45.309	2.074.014	2.163.344
Instrumentos financeiros derivativos (a pagar)	-	-	-	23	265	1	1	290
Relações com correspondentes	152.362	-	-	-	-	-	-	152.362
FIDC	-	75.324	78.473	77.334	199.365	320.098	239.704	990.298
Cessão de crédito com coobrigações	-	89.900	97.064	92.093	266.310	472.459	487.444	1.505.270
Total	253.922	3.684.844	1.329.469	405.836	1.986.233	2.108.039	10.352.580	20.120.923

	31/12/2011 – Valor Futuro							
	Sem Vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos de clientes (*)	97.173	113.312	30.674	62.423	225.084	627.147	6.411.640	7.567.453
Depósitos de instituições financeiras	-	1.500.097	568.036	38.421	1.080.595	2.746	195.673	3.385.568
Total de depósitos	97.173	1.613.409	598.710	100.844	1.305.679	629.893	6.607.313	10.953.021
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-	-	15.197	-	13.400	424.867	794.158	1.247.622
Dívidas subordinadas	-	-	-	-	21.766	42.192	2.383.211	2.447.169
Instrumentos financeiros derivativos (a pagar)	-	-	91	-	-	557	44.378	45.026
Relações com correspondentes	312.426	-	-	-	-	-	-	312.426
FIDC	-	42.084	42.419	40.732	119.333	215.213	655.504	1.115.285
Cessão de crédito com coobrigações	-	102.019	93.686	96.545	272.032	518.646	1.840.712	2.923.640
Total	409.599	1.757.512	750.103	238.121	1.732.210	1.831.368	12.325.276	19.044.189

(*) Os depósitos de clientes referem-se, basicamente, a operações de depósitos a prazo com datas de vencimento determinadas, porém podem ser resgatados antes dos prazos contratuais.

A tabela anterior mostra os fluxos de caixa não descontados referentes aos passivos financeiros, à exceção de derivativos financeiros com base no primeiro vencimento contratual (valor futuro). Os fluxos de caixa pós-fixados são estimados com base nas projeções de indexadores embutidas nas taxas de mercado em 31/12/2012 e 31/12/2011.

Para o fluxo dos valores a pagar com base no valor presente dos passivos financeiros, vide as respectivas notas explicativas desses passivos.

7.2.3 Risco de mercado

A gestão do risco de mercado visa manter as exposições a essa categoria de risco dentro dos limites estabelecidos e otimizar a relação risco x retorno das operações.

i. Gerenciamento do risco de mercado

A maior instância de decisão sobre gerenciamento de riscos no Banco é a Diretoria, incluindo, entre outras, as Diretorias de Tesouraria, Captação e Seguros e a Diretoria de Controladoria, Riscos e Compliance. Ainda ligados ao gerenciamento de riscos financeiros, há o Comitê de Gerenciamento de Ativos e Passivos, que, tem como atribuições, entre outras, a análise de conjuntura econômica, limites operacionais, níveis mínimos de caixa, controle de exposições e gestão de descasamentos entre ativos e passivos. A aprovação de modelos e outras deliberações qualitativas e quantitativas são efetuadas no Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital. O monitoramento do risco de mercado abrange as exposições de todas as empresas do Grupo Panamericano.

A Política de Gestão do Risco de Mercado do Panamericano define a estrutura, os objetivos, os limites, os procedimentos e controles usados no gerenciamento do risco de mercado. Além disso, cabe a área de riscos reavaliar periodicamente as políticas e processos de riscos, visando ao seu contínuo aperfeiçoamento. Dessa forma, as principais diretrizes da política são:

- Avaliar as operações pelo valor de mercado diariamente, abrangendo todas as operações da carteira de negociação; marcar a mercado as operações da carteira *banking* no mínimo por ocasião dos balancetes e balanços;
- Mensurar e reportar o risco de mercado das posições da instituição com a utilização de metodologias VaR, Testes de Estresse e outras;
- Propor, acompanhar e reportar os limites para exposição ao risco de mercado das carteiras de negociação e *banking*;
- Monitorar os critérios para classificação das operações em carteiras de negociação e *banking*;
- Propor e manter as políticas, normas e manuais corporativos pertinentes;
- Acompanhar a efetividade dos derivativos financeiros utilizados na mitigação de risco de mercado;
- Monitorar diariamente a exposição cambial do Banco;
- Apurar e encaminhar ao BACEN informações regulatórias pertinentes (DDR, DRM, DRL e DLO).

ii. Classificação das operações

O Banco divide sua exposição a risco de mercado entre carteiras trading e *banking*. A unidade responsável pelo risco corporativo monitora o cumprimento dos critérios estabelecidos na Política de classificação das operações assumidas pelo Banco nas carteiras:

- **Trading Book (carteira de negociação):**

Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias detidas com o propósito de serem vendidas ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas a limitações de sua negociabilidade.

Os instrumentos financeiros classificados na carteira trading deverão possuir estratégias de negociação e *hedge* documentadas e estarão sujeitos aos limites definidos na Política de Limites de Exposição aos Riscos de Mercado e de Liquidez.

A política de classificação das operações sofreu alteração em 07/2011, onde houve reclassificações para a carteira *banking* de instrumentos mantidos sem caráter de negociação que estavam compondo a carteira trading, em especial carteiras de crédito. Essas reclassificações reduziram substancialmente o risco dessa carteira, aumentando em contrapartida a exposição de risco da carteira *banking*.

- **Banking Book (carteira de operações não classificadas na carteira de negociação):**

De forma geral, todos os instrumentos financeiros não classificados na Carteira de Negociação serão classificados como carteira *banking*.

Consiste nas operações de crédito, os instrumentos de captação de recursos financeiros destinados a financiar a carteira de crédito, os títulos e valores mobiliários classificados como Disponíveis para Venda e Mantidos até o Vencimento, e os derivativos destinados a *hedge* de outras operações classificadas nesta carteira (ativas ou passivas).

iii. Exposição aos riscos de mercado - carteiras mantidas para negociação

A principal ferramenta usada para medir e controlar a exposição aos riscos de mercado dentro das carteiras mantidas para negociação é o indicador de Valor em Risco (VaR). O VaR de uma carteira mantida para negociação é a perda máxima estimada que pode ocorrer dentro de um período específico de tempo (período de manutenção) e com uma dada probabilidade de ocorrência (nível de confiança).

O VaR é calculado tanto pela metodologia padrão estabelecida pelo BACEN na Circular nº 3.361/07, quanto por modelo interno, utilizado para fins gerenciais. O modelo gerencial é baseado na abordagem paramétrica, com base na metodologia *Exponential Weighted Moving Average* (EWMA) para estimar a volatilidade e a um nível de confiança de 99%.

Apresenta-se a seguir a posição de VaR desta carteira pela metodologia do BACEN:

	31/12/2012	31/12/2011	Δ%
VaR prefixados	5.334	5	106.580
Média 60 dias	5.918	60	9.763,33
Multiplicador	2,7	1,36	98,53
Prefixados	49.043	81	60.446,91
Cupom de índice de preços	40.492	-	100,00
Cupom de taxa de juros	49.043	-	100,00
Risco de ações - PACS	3.558	1.753	102,97

	31/12/2012			31/12/2011		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
VaR prefixados	3.977	35.257	-	7.315	25.210	-
Média 60 dias	3.064	6.214	6	11.488	38.804	8
Multiplicador	2	3	1	2	2	1
Prefixados	19.761	59.296	15	22.336	45.355	9
Cupom de índice de preços	54.627	228.358	-	-	-	-
Cupom de taxa de juros	16.009	49.043	13	-	-	-
Risco de ações - PACS	2.286	3.333	-	3.924	5.573	1.344

Pela metodologia interna, o VaR de 1 dia sofreu redução semelhante à abordagem padronizada:

	31/12/2012	31/12/2011	Δ
VaR prefixados	2.592	3	2.589
VaR Selic	9	-	9
VaR IPCA	2.214	-	2.214
VaR IGPM	970	-	970
VaR TR	363	-	363
VaR ações	682	365	317
VaR sem efeito diversificação	6.830	367	6.462
VaR com efeito diversificação (1)	2.781	364	2.417

(1) Diversificação entre os fatores de risco e vértices.

Observa-se no quadro a seguir o efeito da revisão da política de classificação das operações citadas acima, com substancial diminuição do VaR:

	31/12/2012			31/12/2011		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
VaR prefixados	1.651	6.894	-	2.939	7.737	1
VaR Selic	10	21	7	-	-	-
VaR CDI	3	14	-	-	-	-
VaR IPCA	2.423	8.783	-	-	-	-
VaR IGPM	251	1.327	-	-	-	-
VaR TR	82	364	-	-	-	-
VaR ações	181	707	-	692	1.698	365
VaR sem efeito diversificação	4.601	18.110	7	3.573	9.435	367
VaR com efeito diversificação	2.889	12.269	10	2.790	7.165	364

Embora o VaR seja uma ferramenta importante para medir os riscos de mercado, as premissas nas quais os modelos são baseados apresentam algumas limitações, incluindo as especificadas a seguir, que devem ser consideradas na gestão dos riscos incorridos:

- Um período de manutenção de 1 dia presume que é possível proteger ou vender posições dentro desse período, o que não necessariamente se observa, principalmente em momentos de estresse ou em mercados pouco líquidos. Entretanto, o perfil atual da carteira *trading*, constituído de operações de curto prazo e títulos de alta liquidez minimizam o impacto dessa assunção.

- Um nível de confiança de 99% não reflete perdas que possam ocorrer além desse nível. Mesmo dentro do modelo usado, existe uma probabilidade de 1% de que as perdas superem o VaR mensurado.
- O uso de dados históricos como base para determinar a possível faixa de resultados futuros nem sempre pode incluir todos os cenários possíveis, especialmente aqueles de natureza excepcional.
- O modelo assume uma distribuição normal para os retornos financeiros. Nas séries de retornos observados há mais observações distantes da média do que seria o caso de uma distribuição normal. Assim, enquanto uma distribuição normal se encerra rapidamente para refletir a raridade de eventos improváveis, a cauda da distribuição empírica permanece relativamente espessa.
- Abordar a correlação de preço entre os ativos de forma linear, corresponde à adoção de uma premissa demasiadamente forte, pois, justamente em momentos de crise, os preços tendem, ainda que por curto espaço de tempo, a apresentar comportamentos divergentes em relação ao histórico, o que pode resultar, por exemplo, em potencial aumento do risco incorrido advindo de posições que deveriam apresentar um risco conjunto inferior ao risco individual de cada uma. Tais alterações no padrão histórico de volatilidade (ou quebra de premissas) podem levar os modelos a apresentar violações e limitar a capacidade preditiva dos mesmos.

Para superar essa limitações, o Banco aplica medidas destinadas a mensurar riscos em momentos de estresse. São calculados, para o mesmo horizonte do VaR (1 dia), e o teste de estresse histórico, com horizonte diário.

	31/12/2012	31/12/2011	Δ%
ES	3.186	417	663,3
Teste Estresse Histórico	5.244	1.248	320,2

O *Conditional VaR*, também conhecido como *Expected Shortfall* (ES) estima a perda média esperada da carteira quando o VaR é violado. A 99% de confiança, espera-se que o VaR seja violado duas ou três vezes por ano. O teste de estresse histórico é a perda que a Instituição incorreria, caso os piores cenários de variação nos fatores de risco acontecidos no passado ocorressem novamente, utilizando dados de mercado desde setembro de 2008 (ápice da crise do *subprime*).

	31/12/2012			31/12/2011		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
ES	3.310	14.056	11	3.449	8.209	417
Teste Estresse Histórico	16.912	73.120	1.752	23.226	58.493	1.071

As variações nos valores de CVaR e do teste de estresse seguiram as tendências observadas nas medidas de risco em cenário de normalidade, VaR (metodologias padrão e interna), sendo decorrentes também das reclassificações de instrumentos para a carteira *banking* ocorridas em 07/2011.

iv. Exposição ao risco de taxa de juros - carteira de operações não classificadas na carteira de negociação

O risco de taxa de juros da carteira *banking* é acompanhado pela parcela de capital para risco de taxa de juros da carteira *banking* - RBAN. São testados dois cenários, simulando variações nas

taxas em ambas direções (alta e baixa), sendo a Rban dada pela pior perda entre os dois. Os choques aplicados são baseados em histórico de retornos anuais das curvas.

Apresentamos a seguir a posição de Rban nos respectivos fins de exercícios para os fatores de risco de taxa de juros da carteira *banking*:

Rban	31/12/2012	31/12/2011	Δ
Prefixados	10.333	132.757	(122,424)
Cupom de Moedas	7.003	436	6.567
Cupom de Índice de Preços	6.489	9.646	(3.157)
Cupom de Taxa de Juros	3.238	-	3.238
Rban Carteira	27.063	142.839	(115.776)

Rban	31/12/2012			31/12/2011		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
Prefixados	66.001	294.725	6.371	57.674	132.757	27.444
Cupom de Moedas	2.516	8.868	303	10.396	21.518	436
Cupom de Índice de Preços	8.199	17.327	2.360	17.690	30.273	5.412
Cupom de Taxa de Juros	5.886	8.901	3.238	-	-	-
Rban Carteira	20.651	82.455	3.068	85.760	142.839	43.508

A variação nos valores de Rban foram devidos à alteração na metodologia utilizada para o seu cálculo. Até 06/2011 a Rban era calculada com base na metodologia padrão estabelecida pelo BACEN para a carteira de negociação (VaR de 1 dia). A abordagem atual é baseada na aplicação de choques nos vértices das curvas de mercado e reprecificação da carteira, com base em histórico de retornos anuais dos fatores de risco de taxa de juros.

O gerenciamento e risco da taxa de juros é complementado pelo monitoramento da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Banco a vários cenários de taxas de juros. A análise de sensibilidade demonstra o impacto na carteira global do Banco (*trading e banking*) de mudanças nas taxas de juros e no câmbio. Os cenários, com base nas informações de mercado (BM&FBOVESPA) de 31/12/2012, são:

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 10,01% a.a. ou 9,99% a.a. Foi considerada a cotação Reais/Dólar de R\$ 2,0639.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 12,50% a.a. ou 7,50% a.a. Foi considerada a cotação Reais/Dólar de R\$ 2,5544.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 15,00% a.a. ou 5,00% a.a. Foi considerada a cotação Reais/Dólar de R\$ 3,0653.

Fator de risco	Carteira Conglomerado - exposições sujeitas a variações de	Cenários		
		(I) Provável	(II) Possível	(III) Remoto
Taxas de Juros	Taxas de Juros Pré Fixadas	(3.185)	(719.194)	(1.535.214)
Cupom de Índice de Preços	Taxas de Cupom de Índice de Preços	(609)	(41.100)	(79.481)
Cupom Outras Taxas de Juros	Taxas de Cupom de Taxas de Juros	(123)	(22.489)	(42.421)
Moeda Estrangeira	Taxa de Câmbio R\$/US\$	(59)	(1.478)	(2.957)
Cupom Cambial	Taxas de Cupom Cambial	(23)	(1.080)	(2.175)
Total 31/12/2012		(3.999)	(785.341)	(1.662.248)
Total 31/12/2011		(2.638)	(750.997)	(1.663.762)

As posições gerais de risco de taxas de juros da carteira de operações não classificadas na carteira de negociação são administradas pela Tesouraria, que utiliza títulos de investimentos e instrumentos derivativos para gerenciar a posição geral decorrente das atividades que não envolvem negociações.

A seguir apresenta-se os valores patrimoniais vinculados a moedas estrangeiras nos exercícios findos em 31/12/2012 e 31/12/2011.

Ativos – Dólar	31/12/2012	31/12/2011
Operações de Crédito (ACC/CCE)	475.276	111.377
Total Ativos	475.276	111.377

Passivos – Dólar	31/12/2012	31/12/2011
Dívida subordinada	1.184.089	961.796
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	612.588	925.349
Obrigações por empréstimos no exterior	307.618	-
Total Passivos	2.104.295	1.887.145

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores e prazos de suas carteiras.

Em 31/12/2012 e de 31/12/2011, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de Referência		Valor Justo	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos - Dólar				
“Swap”	1.743.429	1.717.875	2.432.492	2.314.605
DDI –(Cupom Cambial)	73.629	52.090	(246)	(76)
DOL	-	-	(56)	-
Total Ativos	1.817.058	1.769.965	2.432.190	2.314.529
Passivos – Dólar				
“Swap”	22.500	6.000	23.618	6.617
DDI –(Cupom Cambial)	411.799	102.450	1.592	436
Dolar	85.623	55.381	289	91
Total Passivos	519.922	163.831	25.499	7.144

7.2.4 Risco operacional

O Banco controla permanentemente seus Riscos Operacionais implementando medidas que permitam a adequada identificação, mensuração e controle dos riscos incorridos, incluindo mudanças nos processos, investimentos em equipamentos e instalações, além do treinamento do pessoal operacional e de apoio.

A gestão do Risco Operacional envolve:

- Análise de riscos - Visando identificar e quantificar os níveis de exposição aos riscos operacionais nas negociações, investimentos e operações de risco da instituição, incluindo os riscos ambientais e de segurança de trabalho;
- Avaliação da qualidade dos controles existentes para a mitigação de riscos;
- A realização de testes para avaliação da efetividade dos controles internos;
- Implementação de medidas e ações preventivas para redução das chances de sinistros e de suas perdas potenciais; e
- Monitoramento de riscos - programa de monitoramento contínuo de riscos potenciais no ambiente operacional.

i. Políticas e estratégias da gestão de risco operacional

As unidades de Compliance, Controles Internos e Risco Operacional são responsáveis pela identificação, avaliação, monitoramento, controle e reporte do Risco Operacional.

O adequado funcionamento da estrutura de gerenciamento de Risco Operacional é condição básica para que a Instituição avance no desenvolvimento do ambiente de Controles Internos e Risco Operacional, adequando-os à complexidade e às características de suas operações.

ii. Processo de gerenciamento do risco operacional

Os riscos operacionais relacionam-se às perdas esperadas e/ou inesperadas da instituição, em virtude da possibilidade de ocorrência de falhas ou inadequações em seus sistemas, práticas e medidas de controle serem incapazes de resistir a erros humanos, à infraestrutura de apoio danificada, a falha de modelagem, de serviços ou de produtos, e as mudanças no ambiente externo.

Alinhadas as exigências da Resolução 3.380/06 do BACEN, o Panamericano classifica como Risco Operacional os seguintes eventos:

- Fraude interna: perdas decorrentes de ação de má-fé por funcionário, por meio de adulteração, falsificação ou abuso de confiança, com a finalidade deliberada e consciente de se apropriar ilegitimamente de valores pertencentes ao Banco;
- Fraude externa: perdas decorrentes de ação de má-fé praticada por terceiros, por meio de adulteração falsificação ou abuso de confiança, com a finalidade deliberada e consciente de se apropriar de valores pertencentes ao Banco ou sob sua responsabilidade;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente no local de trabalho: perdas decorrentes de atos inconsistentes com contratos ou leis trabalhistas, de saúde ou segurança, do pagamento de reclamações por lesões corporais, ou de diversidade/eventos discriminatórios;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços: perdas decorrentes da violação de acordos contratuais e leis, ou qualquer falha no cumprimento de obrigação profissional no relacionamento com os clientes;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição: perdas decorrentes de danos a ativos físicos ocasionados por desastres naturais, mau uso ou outros acontecimentos;
- Aqueles que acarretem a interrupção das atividades da instituição: perdas decorrentes de uma falha não-intencional ou negligente para cumprir uma obrigação profissional para com clientes específicos, relacionadas ao meio ambiente ou ao produto;

- Falhas em sistemas de tecnologia da informação: perdas decorrentes de falhas no processamento das informações (dados), no desenvolvimento ou na implantação de aplicativos, na rede de telecomunicações ou ainda, problemas decorrentes de hardware ou software corporativos;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na instituição: perdas decorrentes de administração de processo ou processamento de transação com problemas, de utilização dos recursos tecnológicos.

iii. Gerenciamento de Capital

A gestão de capital visa assegurar o atendimento às exigências legais e garantir que a estrutura de capital se mantenha compatível com o perfil de atuação do Banco, os riscos advindos de suas posições e sua visão de futuro.

O Banco deve possuir capital suficiente para suportar o risco incorrido em suas operações. A mensuração de capital, efetuada a partir das metodologias padronizadas, atende aos requisitos previstos nas Resoluções 3.490/07 e 3.444/07 CMN.

O Patrimônio de Referência do Grupo é composto de dois níveis:

- O capital Nível I, que inclui o capital dos acionistas (detentores de ações ordinárias e preferenciais), Reservas (capital e lucros), lucros acumulados, recursos de acionistas, adequações referentes ao preço de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários classificados como “Disponíveis para Venda”, ágios pagos em investimentos, ativos intangíveis, e ajustes exigidos pelas entidades regulatórias (Excesso de Crédito Tributário);
- O capital de Nível II, que inclui classificação de passivos subordinados, provisões para perdas *impairments* coletivos e o elemento de reserva de valor justo relacionado aos ganhos não realizados em instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda.

Vários limites são aplicados aos elementos da base de capital. O valor dos instrumentos e dívida de nível I não pode ultrapassar 15% do capital total do nível I; o capital de nível II elegível não pode ultrapassar o capital de nível I; o capital subordinado de empréstimo a prazo elegível não poderá superar 50% do capital de nível I. Também existem restrições sobre o valor das provisões coletivas de perdas por *impairment* que podem ser incluídas como parte do capital de nível II.

Outras deduções de capital incluem os valores contábeis dos investimentos em subsidiárias que não podem ser incluídos na consolidação reguladora, investimentos em capital de bancos e outros determinados itens reguladores.

Demonstra-se a seguir o cálculo do Índice de Basileia (1).

Base de Cálculo	Siglas	31/12/2012		31/12/2011	
		Financeiro	Econômico-financeiro	Financeiro	Econômico-financeiro
1 Patrimônio de Referência para Limite de Imobilização	PR_LB	2.353.112	1.904.322	1.127.383	1.122.062
2 Patrimônio de Referência	PR	2.372.888	1.904.322	1.127.383	1.122.062
2.1 Patrimônio de Referência – Nível I	PR I	1.582.342	1.270.013	751.612	748.058
2.2 Patrimônio de Referência – Nível II	PR II	790.546	634.309	375.771	374.004
3 Parcela de Exposição Ponderada pelo Risco	PEPR	1.555.119	1.507.147	1.066.732	1.051.039
4 Parcela de Câmbio	PCAM	19.065	-	-	-
5 Parcela de Juros (Pré Fixados)	PJUR1	48.660	48.628	81	81
6 Parcela de Juros (Índices de Preços)	PJUR3	4.058	20.282	-	-
7 Parcela de Juros (Taxa de Juros)	PJUR4	-	3.142	-	-
8 Parcela de Ações	PACS	-	3.557	1.753	1.753
9 Parcela do Risco Operacional	POPR	205.260	210.104	149.208	153.382
10 Patrimônio de Referência Exigido	PRE (3+4+5+6+7+8+9)	1.832.162	1.792.860	1.217.774	1.206.255
11 Parcela do Risco das Posições <i>Banking</i>	RBAN	26.852	27.063	142.840	142.840
12 Margem	Margem (1-10-11)	494.098	84.399	(233.231)	(227.033)
Índice de Basileia		14,13%	11,68%	10,18%	10,23%

(1) Calculados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN (Consolidado Econômico-Financeiro).

Dívidas subordinadas por prazo de vencimento

As dívidas subordinadas consideradas elegíveis a compor o Patrimônio de Referência Nível II são limitadas a 50% do Nível I e têm sua elegibilidade reduzida em função do prazo a decorrer, conforme Resolução CMN 3.444/07. Segue abaixo a composição da conta Instrumentos de Dívidas Subordinadas, em dólares americanos:

Instrumentos Financeiros – PR	Vencimento	Taxa de Juros (% a.a. – 360 simples)	Periodicidade Juros (meses)	US\$ Notional	Valor Contábil
Nível II					
Dívidas subordinadas – Emissão externa	23/04/2020	8,50	6	500.000	1.184.089

7.2.5 Gerenciamento de riscos financeiros e de seguros

As principais atividades da Seguradora estão nos segmentos de Seguros de Pessoas (Jurídicas e Físicas), Prestamista, Habitacional e Danos Pessoais (DPVAT):

- Seguros de Pessoas, seu foco de atuação é o Seguro de Vida Individual e Empresarial, Acidentes Pessoais, destinados a pequenas e médias empresas.
- Seguro Prestamista com atuação em financiamentos de veículos, crédito pessoal, oferecendo coberturas de Morte, Invalidez, opcionalmente com Desemprego Involuntário e Incapacidade Temporária.

- Seguro Habitacional, comercializando exclusivamente para os clientes da Brazilian Mortgages e Brazilian Securities, ambas empresas ligados ao conglomerado do Panamericano.
- Danos Pessoais atua especialmente no consórcio do DPVAT.

Atualmente a Seguradora possui 29 funcionários, sendo que sua estrutura organizacional é composta pelas áreas técnica, de sinistros, operacional, comercial, controladoria, finanças e contabilidade. Adicionalmente, utiliza a estrutura administrativa e operacional do Grupo Financeiro Panamericano.

O gerenciamento de riscos é efetuado com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros em benefício dos acionistas, administradores, clientes, fornecedores e colaboradores da Seguradora.

Por essa razão, a Administração busca contínua melhoria das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos, que são aprimoradas principalmente nas operações de seguros.

Os produtos de Seguros são ofertados pela rede do Banco Panamericano em todo território nacional, visando a proteção financeira dos nossos clientes, atendendo as necessidades nos segmentos pessoa jurídica e pessoa física, sendo este último o de maior concentração dos negócios.

A Seguradora subscreve contratos de seguro, retendo os riscos e os prêmios associados a estes contratos. Adicionalmente, ao gerenciar sua exposição ao risco de seguro através da utilização de resseguradores ou cosseguradores, os prêmios e os riscos relacionados a estes contratos são cedidos.

A Política de repasse de riscos é definida tecnicamente e atuarialmente, exclusivamente pela Diretoria Técnica Operacional, com o objetivo de melhorar a rentabilidade do negócio e evitar possíveis desvios na sinistralidade.

As operações de seguros envolvem, por parte da Seguradora, a mensuração, avaliação, aceitação e gerenciamento de algum grau de risco ou uma combinação de riscos. As categorias de risco mais importantes em que a Seguradora está exposta são: risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco de seguros e risco de capital.

A estrutura de gestão de riscos estabelecida, na Seguradora, visa estabelecer o monitoramento contínuo do ambiente de risco associado a uma avaliação integrada dos riscos e suas interdependências.

Os produtos de seguros são submetidos a um processo detalhado de aprovação. Este processo consiste de uma análise dos riscos inerentes ao produto, incluindo, mas não limitado aos riscos de mercado, riscos de crédito, riscos de seguros, *pricing* e risco regulatório.

As atividades da Seguradora estão em sinergia com as operações do controlador o Banco Panamericano S/A. Os prêmios relativos aos seguros são recebidos mensalmente e em parcela única.

Os principais produtos comercializados são:

Rendas de eventos aleatórios: a Seguradora oferece a garantia de minimizar o risco de crédito junto ao Estipulante do saldo devedor de uma operação de crédito existente na data do sinistro, devidamente vinculado ao presente seguro, observado o valor máximo previsto em cláusula específica de condições, desde que não esteja abrangida pelos Riscos Excluídos e respeitados as demais condições contratuais.

Prestamista: Garantia do pagamento de uma indenização que consista na amortização de dívida contraída junto ao Estipulante, limitada ao prazo e capital segurado definidos na apólice de seguros, na

hipótese de ocorrência de evento coberto, durante a vigência do seguro, nos termos destas Condições Gerais e Especiais da Apólice.

Acidentes Pessoais Coletivo: a Seguradora oferece a garantia do pagamento de um Capital Segurado ao Segurado ou a seu (s) Beneficiário (s), na hipótese de ocorrência de Eventos Cobertos, conforme previsto nas condições gerais, desde que não esteja abrangida pelos Riscos Excluídos e respeitados as demais condições contratuais.

Habitacional: Garante a quitação total ou parcial em caso de falecimento ou invalidez total do mutuário, em decorrência do financiamento contratado, conforme previsto nas condições gerais, desde que não esteja abrangida pelos Riscos Excluídos e respeitadas as condições contratuais entre Estipulante e a Panamericana de Seguros.

Vida em Grupo: Garantia do pagamento de uma indenização ao(s) beneficiário(s), em caso de morte do Segurado, observadas as Condições Gerais, Especiais, e o Termo de Adesão. Outras coberturas podem ser incluídas neste produto como, por exemplo, Invalidez Permanente Total ou Parcial e Assistência Funeral, diárias de incapacidade, entre outras.

a) Política de gerenciamento de riscos

Atualmente, a Política de Gerenciamento de Risco está ligada na complexidade dos serviços, na inovação de produtos ofertados no mercado, bem como na qualidade da sua precificação através de estudos atuariais.

O monitoramento constante dos Riscos de Seguros, Crédito, Liquidez, Mercado e Capital fazem parte da rotina de Gerenciamento de Riscos da estrutura da Panamericana de Seguros.

Os produtos de Seguros são ofertados tanto pela rede do Banco Panamericano como através de corretores de seguros, devidamente cadastrados. A distribuição de seguros se dá em todo território Nacional.

b) Risco de Seguros

O gerenciamento de risco de seguros consiste, basicamente, na aplicação da teoria da probabilidade e critérios atuariais, aplicada para a precificação e provisionamento das reservas técnicas.

O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros seja maior do que o estimado. O risco de seguro inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência dos incidentes segurados bem como na gravidade das reclamações resultantes.

Considera-se risco de seguro o risco em que o segurado transfere para o subscritor, no caso a Seguradora, o risco da ocorrência do sinistro sobre o objeto segurado. Os principais riscos abrangidos nos contratos de seguros são representados por: custo dos sinistros em contrapartida ao montante global dos prêmios recebidos. O custo de um sinistro pode ser influenciado por vários fatores, incluindo o histórico de mortalidade e desemprego.

Riscos de seguros são controlados através de políticas internas que estabelecem procedimentos observando as determinações específicas dos requisitos regulamentares.

Todos os principais processos envolvidos estão mapeados com os fluxos das atividades contidas dentro da Seguradora. Cada risco e controle monitorados pela equipe da Seguradora trazem informações qualitativas permitindo, desta forma, a classificação de cada processo de acordo com os níveis de riscos subscritos ou a subscrever.

A concentração do risco de seguro atualmente está aliada a todo território nacional, em virtude da comercialização do prestamista e do habitacional. As maiores concentrações são nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e nas cidades de Belo Horizonte e Porto Alegre. Não há a pretensão de operar mais com seguros de vida oriundo de licitações o que reduzirá a frequência de seguros na região nordeste. Por outro lado, futuramente, a Seguradora irá operar com o seguro prestamista com foco em

concessionárias, além do seguro habitacional. O foco da Seguradora é atuar mais diretamente nas regiões sudeste, sul e centro-oeste.

31/12/2012				
Ramo	Pessoas			
Região	Prêmio Líquido (*)	%	Prêmio Total Emitido (*)	%
NORTE	6.249	6,88	6.363	6,85
NORDESTE	17.870	19,67	18.300	19,70
CENTRO OESTE	13.791	15,18	14.124	15,20
SUDESTE	40.671	44,77	41.544	44,72
SUL	12.257	13,50	12.567	13,53
TOTAL	90.838	100,00	92.898	100,00

31/12/2012				
Ramo	Prestamista			
Região	Prêmio Líquido (*)	%	Prêmio Total Emitido (*)	%
NORTE	5.301	7,14	5.414	7,11
NORDESTE	15.079	20,32	15.447	20,29
CENTRO OESTE	12.339	16,63	12.672	16,64
SUDESTE	30.554	41,17	31.352	41,18
SUL	10.943	14,74	11.250	14,78
TOTAL	74.216	100,00	76.135	100,00

31/12/2012				
Ramo	Acidentes Pessoais			
Região	Prêmio Líquido (*)	%	Prêmio Total Emitido (*)	%
NORTE	574	5,11	575	5,10
NORDESTE	1.734	15,45	1.738	15,42
CENTRO OESTE	894	7,97	894	7,93
SUDESTE	7.214	64,27	7.252	64,36
SUL	808	7,20	809	7,19
TOTAL	11.224	100,00	11.268	100,00

31/12/2012				
Ramo	Perda de Renda			
Região	Prêmio Líquido (*)	%	Prêmio Total Emitido (*)	%
NORTE	357	9,67	357	9,66
NORDESTE	832	22,54	833	22,53
CENTRO OESTE	558	15,11	558	15,09
SUDESTE	1.439	38,98	1.441	38,98
SUL	506	13,70	508	13,74
TOTAL	3.692	100,00	3.697	100,00

31/12/2012				
Ramo	Vida em Grupo			
Região	Prêmio Líquido (*)	%	Prêmio Total Emitido (*)	%
NORTE	79	5,22	127	7,93
NORDESTE	163	10,77	172	10,74
SUDESTE	1.272	84,01	1.303	81,33
TOTAL	1.514	100,00	1.602	100,00

31/12/2012				
Ramo	Habitacional			
Região	Prêmio Líquido	%	Pr Total Emitido	%
SUDESTE	192	100,00	196	100,00
TOTAL	192	100,00	196	100,00

(*) Nos valores de prêmios não foram considerados os valores de PPNG-RVNE.

c) Estratégia de Subscrição

A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

O risco de subscrição é oriundo de uma situação econômica adversa, que contraria tanto as expectativas da Seguradora no momento da elaboração de sua política de subscrição, quanto às incertezas existentes na estimação das provisões.

A subscrição é fundamental para que a Seguradora seja capaz de alcançar dois principais objetivos:

- Fornecer cobertura de seguro; e
- Obter um lucro operacional.

A política de aceitação do seguro de pessoas da Seguradora é determinada em função da classificação dos riscos:

- Riscos Seguráveis: São riscos com compreensão clara das consequências do fato ocorrido;
- Riscos Aceitáveis: Riscos que já possuem aceitação definidas internamente; e
- Riscos Inaceitáveis/Inseguráveis: São riscos de difícil previsão, pois podem ser muito afetados pelas ações do segurado, concentração de riscos e aqueles que podem trazer riscos à possíveis fraudes.

Na Seguradora, o risco de subscrição é avaliado por:

(i) Etapas

- Desenvolvimento do produto e precificação, adequada a realidade do mercado com base em tábuas atuarias pré definida;
- Formas de comercialização;
- Análise de aceitação da proposta; e
- Procedimentos e comportamento da sinistralidade.

(ii) Área técnica, operacional e atuarial

- Atuarial: Mensuração do Risco; Nota Técnica Atuarial e definição dos limites técnicos por apólice e carteira;
- Subscrição: Riscos seguráveis; Riscos aceitáveis; Riscos inaceitáveis/inseguráveis; e
- Tarifação adequada aos riscos.

A Administração da Seguradora adota os seguintes principais procedimentos para mitigação dos riscos de subscrição:

- Política de governança que assegure a gestão adequada das operações;
- Políticas e Controles Internos;
- Estrutura Organizacional;
- Reavaliação periódica dos riscos e controles praticados;
- Adoção de políticas e procedimentos para criação de novos produtos e monitoramento dos riscos de subscrição;
- Limites Operacionais para aceitação e concentração de riscos;
- Políticas de Recursos Humanos;
- Pessoal Técnico treinado para monitoramento dos riscos;
- Metodologias e métodos estatísticos e atuariais;
- Sistema de informações gerenciais – análises de carteiras; e
- Plano de Contingências.

(iii) Monitoramento

O monitoramento do risco de subscrição é realizado com análise do comportamento da carteira abrangendo todos os sub-riscos inerentes à operação, como por exemplo:

- Risco de Insuficiência de Provisão: Risco relacionado com a incerteza derivada da variabilidade das provisões técnicas em relação a seu valor esperado até a liquidação de todos os sinistros;
- Risco de Insuficiência de Prêmios (Seguros Não-Vida): Risco em que o prêmio de competência do período de análise de solvência, não seja suficiente para indenizar os sinistros que ocorrerão durante o período de análise acrescidos dos custos de gestão de sinistros; e
- Risco de Subscrição de Vida: Os riscos de mortalidade e de invalidez e refletem a incerteza sobre a suficiência de provisões técnicas nessas modalidades.

De forma geral, no julgamento da Administração, a Seguradora adota uma Política de Aceitação de Riscos, abrangendo os seus produtos desenvolvidos e comercializados junto ao mercado, levando em consideração as etapas, considerações e variáveis mencionadas anteriormente.

d) Estratégia de resseguro

Essa política visa proteger a carteira da Seguradora, além de oferecer uma garantia aos acionistas de possíveis desvios relevantes na sinistralidade. A política de resseguros é revisada periodicamente pela Seguradora, incluindo os riscos a ressegurar, lista de resseguradores e grau de concentração.

Atualmente, a Seguradora possui um contrato de resseguro proporcional de excedente de Responsabilidade com o IRB - Brasil Resseguros S.A. para proteção de sua carteira, e o volume de operações com resseguradores no exercício findo em 31/12/2012 e 31/12/2011, não foi representativo considerando o cenário atual da Seguradora.

(i) Mapa de contratos de resseguros

Contrato	Carteira	Resseguradoras	%
Resseguro de Excedente de Responsabilidade - Riscos Pessoais	Vida (em Grupo, AP e Prestamista) Hipotecário MIP	IRB - Brasil Resseguros	100
Resseguro de Cota Parte – Seguro Habitacional	Hipotecário MIP	IRB - Brasil Resseguros	100
Resseguro de Excesso de Danos - Seguro Habitacional	Hipotecário MIP	IRB - Brasil Resseguros	Não se aplica (1) por evento (catástrofe)
Resseguro de Cota Parte - Seguros Prestamistas	Prestamistas	IRB - Brasil Resseguros	100
Resseguro de Excedente de Responsabilidade - Seguro Habitacional	Hipotecário DFI	IRB - Brasil Resseguros	100
Resseguro de Cota Parte - Seguro Habitacional	Hipotecário DFI	IRB - Brasil Resseguros	100
Resseguro de Excesso de Danos por evento (catástrofe) - Seguro Habitacional	Hipotecário DFI	IRB - Brasil Resseguros	Não se aplica (1)

Não se aplica (1) - Trata-se de Resseguro não proporcional

e) Desenvolvimento de sinistros

A tabela de desenvolvimento dos sinistros tem a finalidade de avaliar o comportamento dos sinistros pagos e pendentes, para cada ano de aviso, conforme segue:

PROVISÕES E PAGAMENTOS – BRUTO DE RESSEGURO (SINISTROS ADMINISTRATIVOS)								
Montante estimado para os sinistros	Ano de Aviso							TOTAL
	dez/06	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	
- No final do ano do aviso	21.169	30.172	26.575	22.946	20.721	22.597	6.681	
- Um ano após o aviso	18.519	28.012	24.273	21.706	18.465	21.037		
- Dois anos após o aviso	18.056	28.029	24.046	21.691	18.470			
- Três anos após o aviso	18.079	27.949	24.162	21.691				
- Quatro anos após o aviso	17.976	28.137	24.165					
- Cinco anos após o aviso	18.044	28.141						
- Seis anos após o aviso	18.047							
Estimativa corrente	18.047	28.141	24.165	21.691	18.470	21.037	6.681	138.232
Pagamentos acumulados até a data base	18.047	28.141	24.164	21.691	18.468	20.987	3.391	134.889
Passivo reconhecido no balanço	-	-	1	-	2	49	3.290	3.342
Passivo em relação a períodos anteriores a 31/12/2006 (referente aos sinistros administrativos)								7
Passivo relacionado à DPVAT								2.468
Passivo relacionado à retrocessão								13
Total do passivo incluso no balanço (referente aos sinistros administrativos)								5.830

PROVISÕES E PAGAMENTOS – BRUTO DE RESSEGURO (SINISTROS JUDICIAIS)

Montante estimado para os sinistros	Ano de Aviso							TOTAL
	dez/06	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	
- No final do ano do aviso	-	667	1.193	353	764	488	141	
- Um ano após o aviso	139	557	1.413	743	943	562		
- Dois anos após o aviso	801	628	1.264	721	1.042			
- Três anos após o aviso	787	489	1.139	661				
- Quatro anos após o aviso	718	510	1.041					
- Cinco anos após o aviso	656	463						
- Seis anos após o aviso	585							
Estimativa corrente	585	463	1.041	661	1.042	562	141	4.495
Pagamentos acumulados até a data base	415	258	622	48	115	22	-	1.480
Passivo reconhecido no balanço	170	205	419	613	927	540	141	3.015
Passivo em relação a períodos anteriores a 31/12/2006 (referente aos sinistros judiciais)								376
Passivo relacionado à DPVAT								15.125
Passivo relacionado à retrocessão								-
Total do passivo incluso no balanço (referente aos sinistros judiciais)								18.516

PROVISÕES E PAGAMENTOS – BRUTO DE RESSEGURO (SINISTROS ADMINISTRATIVOS + JUDICIAIS)

Montante estimado para os sinistros	Ano de Aviso							TOTAL
	dez/06	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	
- No final do ano do aviso	21.169	30.839	27.768	23.299	21.485	23.086	6.822	
- Um ano após o aviso	18.658	28.569	25.687	22.449	19.409	21.599		
- Dois anos após o aviso	18.857	28.657	25.310	22.412	19.512			
- Três anos após o aviso	18.867	28.437	25.301	22.353				
- Quatro anos após o aviso	18.694	28.647	25.206					
- Cinco anos após o aviso	18.701	28.604						
- Seis anos após o aviso	18.631							
Estimativa corrente	18.631	28.604	25.206	22.353	19.512	21.599	6.822	142.727
Pagamentos acumulados até a data base	18.462	28.399	24.786	21.740	18.584	21.010	3.391	136.372
Passivo reconhecido no balanço	170	205	420	613	929	589	3.431	6.357
Passivo em relação a períodos anteriores a 31/12/2006								376
Passivo relacionado à DPVAT								17.592
Passivo relacionado à retrocessão								13
Total do passivo incluso no balanço								24.338

PROVISÕES E PAGAMENTOS – LÍQUIDO DE RESSEGURO (SINISTROS ADMINISTRATIVOS)

Montante estimado para os sinistros	Ano de Aviso							TOTAL
	dez/06	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	
- No final do ano do aviso	21.169	30.172	26.575	22.946	20.721	22.597	6.681	
- Um ano após o aviso	18.519	28.012	24.273	21.706	18.465	21.037		
- Dois anos após o aviso	18.056	28.029	24.046	21.691	18.470			
- Três anos após o aviso	18.079	27.949	24.162	21.691				
- Quatro anos após o aviso	17.976	28.137	24.165					
- Cinco anos após o aviso	18.044	28.141						
- Seis anos após o aviso	18.047							
Estimativa corrente	18.047	28.141	24.165	21.691	18.470	21.037	6.681	138.232
Pagamentos acumulados até a data base	18.047	28.141	24.164	21.691	18.468	20.987	3.391	134.889
Passivo reconhecido no balanço	-	-	1	-	2	49	3.290	3.342
Passivo em relação a períodos anteriores a 31/12/2006 (referente aos sinistros administrativos)								7
Passivo relacionado à DPVAT								2.468
Passivo relacionado à retrocessão								13
Total do passivo incluso no balanço (referente aos sinistros administrativos)								5.830

PROVISÕES E PAGAMENTOS – LÍQUIDO DE RESSEGURO (SINISTROS JUDICIAIS)

Montante estimado para os sinistros	Ano de Aviso							TOTAL
	dez/06	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	
- No final do ano do aviso	-	667	1.193	353	764	488	141	
- Um ano após o aviso	139	557	1.413	743	943	562		
- Dois anos após o aviso	801	628	1.264	721	1.042			
- Três anos após o aviso	787	489	1.139	661				
- Quatro anos após o aviso	718	510	1.041					
- Cinco anos após o aviso	656	463						
- Seis anos após o aviso	585							
Estimativa corrente	585	463	1.041	661	1.042	562	141	4.495
Pagamentos acumulados até a data base	415	258	622	48	115	22	-	1.480
Passivo reconhecido no balanço	170	205	419	613	927	540	141	3.015
Passivo em relação a períodos anteriores a 31/12/2006 (referente aos sinistros judiciais)								376
Passivo relacionado à DPVAT								15.125
Passivo relacionado à retrocessão								-
Total do passivo incluso no balanço (referente aos sinistros judiciais)								18.516

PROVISÕES E PAGAMENTOS – LÍQUIDO DE RESSEGURO (SINISTROS ADMINISTRATIVOS + JUDICIAIS)

Montante estimado para os sinistros	Ano de Aviso							TOTAL
	dez/06	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	
- No final do ano do aviso	21.169	30.839	27.768	23.299	21.485	23.086	6.822	
- Um ano após o aviso	18.658	28.569	25.687	22.449	19.409	21.599		
- Dois anos após o aviso	18.857	28.657	25.310	22.412	19.512			
- Três anos após o aviso	18.867	28.437	25.301	22.353				
- Quatro anos após o aviso	18.694	28.647	25.206					
- Cinco anos após o aviso	18.701	28.604						
- Seis anos após o aviso	18.631							
Estimativa corrente	18.631	28.604	25.206	22.353	19.512	21.599	6.822	142.727
Pagamentos acumulados até a data base	18.462	28.399	24.786	21.740	18.584	21.010	3.391	136.372
Passivo reconhecido no balanço	170	205	420	613	929	589	3.431	6.357
Passivo em relação a períodos anteriores a 31/12/2006								376
Passivo relacionado à DPVAT								17.592
Passivo relacionado à retrocessão								13
Total do passivo incluso no balanço								24.337

• **Sinistros Administrativos (+) Sinistros Judiciais**

A partir da análise global dos sinistros administrativos e judiciais, conclui-se que as provisões técnicas constituídas no Balanço Patrimonial em 31/12/2012 estão adequadas, uma vez que não resultaram em déficits técnicos quando comparados com os valores efetivamente liquidados ou reavaliados nos anos posteriores.

• **Sinistros Judiciais**

Embora a análise individualizada dos sinistros judiciais tenha demonstrado uma insuficiência na provisão para praticamente todas as datas analisadas, é importante destacar que isso não é um indicativo de que a Seguradora deverá rever os critérios de abertura e de classificação dos sinistros judiciais (remoto, possível e provável), uma vez que a data de aviso informada nos quadros estatísticos de sinistros (base de dados criada pela SUSEP e utilizada no acompanhamento das provisões técnicas), a qual foi considerada na elaboração da tabela acima, é a data do registro do sinistro no sistema.

f) Análise de sensibilidade

Há incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões técnicas, quando estas são obtidas através de metodologias estatístico-atuariais. Por exemplo, o atual montante de sinistros estimados será confirmado apenas quando todos os sinistros forem efetivamente liquidados pela seguradora.

Isto posto, acrescenta-se que o teste de sensibilidade visa demonstrar os efeitos quantitativos sobre o montante estimado de sinistros declarados no passivo da seguradora, bem como no patrimônio líquido ajustado (PLA) e no resultado, quando alterada alguma das variáveis aplicadas à metodologia de cálculo da provisão constituída numa determinada data base.

Neste contexto, o teste de sensibilidade realizado para a Panamericana de Seguros S.A., na data base de 31/12/2012, foi aplicado sobre a provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), a provisão de sinistros a liquidar (PSL) e a provisão de insuficiência de prêmios (PIP), declaradas para todos os ramos operacionalizados pela Seguradora, sendo que os resultados poderão ser vistos a seguir:

Premissas Atuariais	Impacto causado no:			
	31/12/2012		31/12/2011	
	PLA	Resultado	PLA	Resultado
Aumento de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à Provisão de IBNR ⁽¹⁾	(4.892)	(4.892)	(6.495)	(6.495)
Redução de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à Provisão de IBNR ⁽²⁾	4.892	4.892	6.495	6.495
Aumento de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PSL ⁽³⁾	(73)	(73)	(77)	(77)
Redução de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PSL ⁽⁴⁾	73	73	77	77
Agravo de 10,0% na Sinistralidade, aplicada à PIP ⁽⁵⁾	-	-	-	-

Observações:

- ⁽¹⁾ Aumentando em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade verificada e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas base analisadas.
- ⁽²⁾ Reduzindo em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade verificada e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas base analisadas.
- ⁽³⁾ Aumento de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) declarada nas respectivas datas base analisadas, e mantendo as demais variáveis.
- ⁽⁴⁾ Redução de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) declarada nas respectivas datas base analisadas, e mantendo as demais variáveis.
- ⁽⁵⁾ Agravando em 10,0 (dez) pontos percentuais a taxa de sinistralidade futura (TS) verificada e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas base analisadas.

A variável da taxa de juros não foi testada por não impactar no valor das provisões.

g) Risco financeiro

A Política de Investimento das provisões técnicas e obrigatórias da Seguradora insere-se dentro do contexto da Administração própria dos recursos do Grupo Panamericano, com definição de limites de crédito, percentuais máximos de alocação por emissor e prazos de aplicação. Toda a análise de crédito é realizada pelo Banco em conjunto com a Seguradora a partir de modelos próprios desenvolvidos internamente. Os limites de crédito são analisados e aprovados internamente pela administração da Seguradora, levando em consideração o componente e características de seus produtos e, conseqüentemente, sinistralidade e o devido enquadramento da Resolução CMN nº 3.358/06, conforme demonstrado abaixo.

h) Faixa de alocação de recursos em 31/12/2012 e 31/12/2011

Ativos financeiros	31/12/2012	Limite (*)	31/12/2011	Limite (*)
Renda fixa - títulos públicos	71,16%	100,00%	86,39%	100,00%
Renda fixa - títulos privados	3,39%	80,00%	-	-
Fundos de investimento	25,45%	80,00%	13,61%	80,00%

(*)Estabelecido na Resolução nº 3.358/06 do Conselho Monetário Nacional.

A definição da alocação de recursos nas faixas acima definidas é feita com base nas expectativas de valorização de cada segmento de ativos, baseados no cenário macroeconômico de curto, médio e

longo prazo objetivando atender as metas atuariais. Como os títulos públicos federais são papéis de liquidez imediata, não há definição de prazos ou limites máximos de alocação. No caso dos títulos privados, o prazo máximo é limitado a 90 dias.

Em 31/12/2012, o saldo de aplicações é de R\$ 302.527 (31/12/2011 - R\$ 214.429). Do total aplicado em títulos de renda fixa, R\$ 121.864 (31/12/2011 - R\$ 108.626) estão vinculados à SUSEP como recursos garantidores das provisões técnicas sem DPVAT.

São representadas por aplicações financeiras, classificadas no nível 1 as Letras Financeiras do Tesouro (LFT), com vencimento até setembro de 2015, indexadas a 100% da SELIC, e Quotas de Fundos de Renda Fixa, representando do total da carteira 71,16% e 25,45%, respectivamente.

i) Risco de mercado

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de ativos financeiros detidos pela Seguradora. O montante das posições detidas pode sofrer variações em função da volatilidade de preços e de taxas de juros, as quais alteram o valor de mercado dos títulos que a Seguradora tenha posição.

O risco de mercado é mensurado e administrado, em conjunto com o Banco Panamericano, por meio de metodologias aderentes as exigências regulatórias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

A Política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, acompanha as políticas definidas pelo Comitê de Investimentos e validados pelos acionistas.

j) Análise de sensibilidade dos riscos de mudanças nas taxas de juros de mercado

A Seguradora, como controlada do Banco Panamericano, adota o mesmo critério de mensuração do Risco de Mercado de seu acionista majoritário.

Em 31/12/2012 e 31/12/2011, a Seguradora não possuía diretamente exposição em instrumentos financeiros atrelados a taxa de juros (prefixadas, cupons de moeda, cupons de índice e cupons de taxas), variação cambial, ações ou commodities. As aplicações financeiras foram alocadas em Letras Financeiras do Tesouro, títulos públicos federais com remuneração pós-fixada (SELIC), conseqüentemente, o Risco de Mercado da Seguradora encontra-se em níveis baixos.

Além destas exposições, a Seguradora possui aplicações financeiras em Fundos de Investimentos no montante de R\$ 76.996, sendo R\$ 22.235 em fundos compostos em sua maioria por ações. Nos demais fundos, considerando-se a participação da Seguradora em cada fundo e de forma consolidada, a Seguradora também não apresentou exposição relevante aos fatores de Risco de Mercado (50,3% da carteira dos fundos estão alocados em ativos indexados a SELIC, 0,3% ao IGPM, 45,83% em exposição prefixada e 3,83% em cupom de IPCA).

k) Risco de crédito

A Seguradora e sua controlada possui uma política de risco para aquisição de seus ativos financeiros, o critério adotado para as aplicações financeiras é de alocar seus recursos de forma conservadora e adequada para a sua atividade.

O saldo de contas a receber, está distribuído em diversos clientes aonde a concentração principal de risco de crédito para um único cliente, é representada por prêmios emitidos contra as empresas do conglomerado Panamericano. A avaliação da qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes é baseada, principalmente, em níveis de crédito reconhecidos e outras informações públicas disponíveis.

I) Estimativa ao valor justo

O gerenciamento de riscos inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's.

Ativos financeiros/ <i>rating</i>	AAA (I)	A-2 (II)	B1(III)	BB+ (IV)	Baa1 (III)	Baa2 (III)	sem <i>rating</i>	31/12/2012	31/12/2011
A valor justo por meio do resultado	-	30.486	1.039	-	22.521	716	22.234	76.996	29.179
Título de renda fixa privado	-	30.486	1.039	-	22.521	716	-	54.762	29.179
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	22.234	22.234	-
Disponíveis para a venda	215.292	-	-	28.080	-	-	10.239	253.611	185.250
Título de renda fixa público	215.292	-	-	-	-	-	-	215.292	185.228
Título de renda fixa privado	-	-	-	28.080	-	-	10.239	38.319	22
Mantidos até o vencimento	-	-	-	-	-	-	-	-	19.274
Título de renda fixa público	-	-	-	-	-	-	-	-	16.501
Título de renda fixa privado	-	-	-	-	-	-	-	-	2.773
Total	215.292	30.486	1.039	28.080	22.521	716	32.473	330.607	233.703

(I) A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* AAA, uma vez que a contraparte é o Governo Federal;

(II) Standard & Poor's;

(III) Moody's; e

(IV) Fitch Ratings.

m) Exposição ao risco de crédito

	31/12/2012	Redução ao valor recuperável	31/12/2011	Redução ao valor recuperável
Instrumentos de dívida	330.607	-	233.703	-
Empréstimos e recebíveis	31.700	297	19.368	-
Exposição máxima ao risco de crédito	362.307	297	253.071	-

n) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez da Seguradora e sua controlada têm como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações. A Seguradora tem como premissa, efetuar análises semanais no fluxo de caixa dos ativos garantidores das provisões técnicas, de forma a oferecer total equilíbrio entre o fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para isso, são aplicados também métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro.

Os investimentos financeiros são gerenciados pela Seguradora e sua controlada com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, a Seguradora utiliza estratégias que levam em consideração os níveis de riscos aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas pela Seguradora para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade de manter o balanceamento de ativos e

passivos.

O balanceamento entre os vencimentos e volumes de ativos e passivos é monitorado pela administração da Seguradora em decorrência das características e comportamento de seus produtos e respectivos riscos atuariais.

A Administração da Seguradora gerencia o risco de liquidez utilizando as seguintes técnicas:

- Correspondendo as entradas de caixa com as expectativas de saídas de caixa utilizando projeções específicas de fluxo de caixa ou, mais genericamente, combinando o vencimento e volumes de ativos e passivos.
- Mantendo recursos em caixa.
- Investindo em títulos com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos para o grau que eles existem.
- Monitorando a concentração de investimentos e restringindo quando apropriado, por exemplo, dívidas emitidas ou emissores.

O risco de liquidez avalia as mudanças nos fluxos de caixa líquidos esperados sob uma série de cenários de stress designados para determinar o efeito da redução da expectativa de liquidez disponível e acelerando as saídas de caixa.

	31/12/2012		31/12/2011	
	Até 365 dias	%	Até 365 dias	%
Obrigações a pagar	16.081	85,89	8.945	90,08
Outras contas a pagar	1.719	9,18	770	7,75
Prêmios a restituir	16	0,09	-	-
Operações com seguradoras	562	3,00	-	-
Operações com resseguradoras	49	0,26	173	1,74
Corretores de seguros e resseguros	35	0,19	2	0,02
Outros débitos operacionais	-	-	1	0,01
Depósitos de terceiros.	260	1,39	39	0,39
Total	18.722	100,00	9.930	100,00

o) Maturidade das provisões técnicas (sem DPVAT e retrocessão)

	31/12/2012		
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Valor Contábil
PPNG	2.078	76.960	79.038
PPNG-RVNE	9.472	-	9.472
PCP	584	-	584
IBNR	11.491	2.460	13.951
PBaR	95	285	380
Total	23.720	79.705	103.425

	31/12/2011		
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Valor Contábil
PPNG	18.914	30.158	49.072
PPNG-RVNE	10.482	-	10.482
PCP	267	-	267
IBNR	15.786	4.167	19.953
PBaR	96	287	383
Total	45.545	34.612	80.157

p) Risco de capital

A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital, através de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro e para o segmento financeiro, segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

A estratégia e modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capital regulatório" e "capital econômico", segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora.

Em períodos anteriores, a Seguradora não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios.

As tabelas a seguir apresentam detalhes de cálculo do patrimônio líquido ajustado para a Seguradora em 31/12/2012 e 31/12/2011.

(i) Patrimônio líquido ajustado (PLA)

	31/12/2012	31/12/2011
Patrimônio líquido	168.181	132.818
Participação em empresas controladas	(15.111)	(10.488)
Despesas antecipadas e não relacionadas a resseguro	(161)	-
Intangíveis	(452)	-
Patrimônio líquido ajustado	152.457	122.330

(ii) Margem de solvência

	31/12/2012	31/12/2011
Patrimônio líquido ajustado	152.457	122.330
0,20 vezes da receita líquida de prêmios retidos anual - últimos 12 meses (a)	24.607	19.688
0,33 vezes a média anual do total dos sinistros retidos - últimos 36 meses (b)	15.659	16.325
Margem de solvência (o maior valor entre (a) ou (b))	24.607	19.688
Suficiência	127.850	102.642

(iii) Capital mínimo requerido em 31/12/2012

Circular SUSEP Nº 411/2010 – Capital adicional baseado no Risco de subscrição	
Capital Adicional – Riscos de Subscrição	23.267

Resolução CNSP Nº 228/2010 – Capital adicional baseado no Risco de Crédito	
Capital Adicional Baseado no Risco de Crédito Referente à Parcela 1 - CAcred1	3
Capital Adicional Baseado no Risco de Crédito Referente à Parcela 2 - CAcred2	10.908
Capital Adicional Baseado no Risco de Crédito – CAcred	10.911

Resolução CNSP Nº 227/2010 – Capital mínimo requerido	
(1) Capital Base	15.000
(2) Capital Adicional – Risco de Subscrição	23.267
(3) Capital Adicional – Risco de Crédito	10.911
(4) Capital Adicional Total	30.236
(5) Capital Mínimo Requerido (CMR) = (1) + (4)	45.236
(6) Margem de Solvência	24.236
(7) Capital Mínimo Requerido (CMR) – Final = Máx [(5), (6)]	45.236
(8) Patrimônio Líquido Ajustável (PLA)	152.458
(9) Suficiência do PLA = (8) – (7)	107.222
(10) Suficiência Do PLA em relação ao CMR = (9) / (7)	237,03%

8 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2012	31/12/2011
Disponibilidades em moeda nacional	35.813	25.600
Disponibilidades em moeda estrangeiras	965	216
Total de disponibilidades	36.778	25.816
Aplicação financeira – curto prazo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	242.628	10.216
Certificado de depósito bancário - CDB ⁽¹⁾	-	30.013
Fundos de renda fixa	5	5
Total	242.633	40.234
Total de caixa e equivalentes de caixa	279.411	66.050

(1) Inclui apenas as operações, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias

9 ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

a) Variações

As variações nos saldos da rubrica “Instrumentos de patrimônio – ativos financeiros para negociação” foram as seguintes:

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo no início do exercício	-	19.128
Venda	-	(20.669)
Ajustes decorrentes de avaliação	-	1.541
Saldo no final do exercício	-	-

10 ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO – DERIVATIVOS (ATIVO E PASSIVO)

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais e de compensação.

A Administração do Banco é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por garantir o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é atribuída à área de gestão de riscos corporativos, que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de processamento das operações.

O Banco utiliza instrumentos derivativos prioritariamente para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são custodiadas na BM&FBOVESPA ou na CETIP S.A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais em contrapartida às respectivas contas de “Resultado com instrumentos financeiros derivativos”.

Em 31/12/2012 e 31/12/2011, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

Instrumentos Derivativos	Ativos financeiros para negociação		Ao valor justo no resultado (*)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
	Valor contábil e de mercado	Valor contábil e de mercado	Valor contábil e de mercado	Valor contábil e de mercado
Indexador:				
“Swap”				
- Diferencial a receber	632	8.249	204.703	119.410
- Diferencial a pagar	(3.777)	(435)	(3.742)	(21.454)
“Contratos futuros”				
- Posição ativa	1.897	528	-	-
- Posição passiva	(742)	(98)	-	-
Total líquido	(1.990)	8.244	200.961	97.956

(*) Os “Swaps” classificados como ao valor justo por meio do resultado referem-se a operação de *hedge* contábil de valor justo apresentada na (nota explicativa 3-F).

A seguir, demonstra-se os valores registrados em conta de ativo e passivo segregados nas categorias: indexador, faixas de vencimento, valores de referência e contábil a receber e a pagar, e negociadas em balcão ou mercados organizados, no caso de futuros.

Instrumento/ Posição:	31/12/2012								
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Swap									
Posição ativa:	1.772.346	14	-	4.479	5.523	195.319	205.335	82.299	123.035
- CDI	22.500	-	-	216	121	-	337	308	29
- Dólar (i)	1.541.418	14	-	4.263	5.402	195.319	204.998	81.991	123.006
- CDI	6.417	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dolar	202.011	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	1.772.346	(305)	(17)	(1.351)	(314)	(5.532)	(7.519)	(7.039)	(480)
- Dólar	22.500	-	-	-	-	-	-	-	-
- CDI (i)	1.541.418	(298)	-	(69)	(218)	(3.214)	(3.799)	(3.867)	68
- IGPM	6.417	(7)	(17)	(33)	(96)	(244)	(397)	(196)	(201)
- CDI	77.302	-	-	-	-	(1.162)	(1.162)	(1.119)	(43)
- CDI	51.535	-	-	-	-	(912)	(912)	(730)	(182)
- IGPM	73.174	-	-	(1.249)	-	-	(1.249)	(1.127)	(122)
Contratos futuros									
Posição ativa:	5.811.087	1.897	-	-	-	-	1.897	1.897	-
- DDI	485.428	1.592	-	-	-	-	1.592	1.592	-
- Dólar	85.623	287	-	-	-	-	287	287	-
- DI1	5.240.036	18	-	-	-	-	18	18	-
Posição passiva:	5.811.087	(742)	-	-	-	-	(742)	(742)	-
- DDI	485.428	(247)	-	-	-	-	(247)	(247)	-
- Dólar	85.623	(56)	-	-	-	-	(56)	(56)	-
- DI1	5.240.036	(439)	-	-	-	-	(439)	(439)	-
Total a receber líquido		864	(17)	3.128	5.209	189.787	198.971	76.415	122.555

Instrumento/ Posição:	31/12/2011								
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Swap									
Posição ativa:	1.879.267	62	1.599	3.188	20.602	102.208	127.659	98.614	29.045
- CDI	6.000	-	-	7	-	-	7	(1)	8
- Prefixado	148.392	62	156	582	3.809	3.519	8.128	5.188	2.940
- Dólar (i)	1.717.875	-	1.443	2.599	16.785	98.583	119.410	93.433	25.977
- CDI	7.000	-	-	-	8	106	114	(6)	120
Posição passiva:	1.879.267	-	(89)	-	(516)	(21.284)	(21.889)	7.979	(29.868)
- Dólar	6.000	-	-	-	(435)	-	(435)	(209)	(226)
- DI	148.392	-	-	-	-	-	-	-	-
- DI (i)	1.717.875	-	(89)	-	(81)	(21.284)	(21.454)	8.188	(29.642)
- IGPM	7.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratos futuros									
Posição ativa:	274.988	528	-	-	-	-	528	528	-
- DDI	154.540	437	-	-	-	-	437	437	-
- Dólar	55.380	91	-	-	-	-	91	91	-
- DI1	65.068	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	274.988	(98)	-	-	-	-	(98)	(98)	-
- DDI	154.540	(77)	-	-	-	-	(77)	(77)	-
- Dólar	55.380	-	-	-	-	-	-	-	-
- DI1	65.068	(21)	-	-	-	-	(21)	(21)	-
Total a receber líquido		492	1.510	3.188	20.086	80.924	106.200	107.023	(823)

(i) *Hedge* Contábil: Basicamente esses instrumentos financeiros foram realizados como proteção das operações passivas de *Euro Medium-Term Notes* e Dívidas Subordinadas no exterior, indexadas ao dólar (objetos de *hedge*), classificados como "*hedge*" de risco de mercado.

A efetividade apurada para a carteira de *hedge*, este em conformidade com o IAS 39.

O resultado apurado com instrumentos financeiros derivativos está assim composto:

	31/12/2012			31/12/2011		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
"Swap" – ganhos/perdas não realizadas	183.816	(92.765)	91.051	428.339	121.617	549.956
"Swap" – ganhos/perdas realizadas	249.482	(6.887)	242.595	201.981	(599.958)	(397.977)
"Contratos futuros" – ganhos/perdas realizadas	234.573	(246.441)	(11.868)	27.060	(29.274)	(2.214)
Total	667.871	(346.093)	321.778	657.380	(507.615)	149.765

11 INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

a) Composição

A composição, por classificação e por tipo, dos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida” nas demonstrações consolidadas da posição financeira é a seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011
Classificação:		
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.435.009	1.068.722
Ativos financeiros para negociação	403.448	71.699
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	301.891	766
Empréstimos e recebíveis	106.451	-
Total	2.246.799	1.141.187
Tipo:		
Títulos do governo brasileiro	1.716.101	1.038.687
Cotas de fundos de investimento	107.954	72.465
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	314.470	-
Fundo do Desenvolvimento Social – FDS	290	-
Certificados de depósito bancário	107.950	30.035
Outros	34	-
Total	2.246.799	1.141.187

b) Variações

As variações nos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida – ativos financeiros disponíveis para venda” foram as seguintes:

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo no início do exercício	1.068.722	491.414
Adições (alienações) líquidas	230.581	481.567
Ajuste a valor de mercado	(1.531)	(65)
Juros	137.237	95.806
Saldo no final do exercício	1.435.009	1.068.722

Durante os exercícios findos em 31/12/2012 e 31/12/2011, o Banco não reconheceu perda por redução do valor recuperável para os ativos financeiros disponíveis para venda

As variações nos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida – ativos financeiros para negociação” foram as seguintes:

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo no início do exercício	71.699	30.905
Adições (alienações) líquidas	299.086	35.392
Ajuste a valor de mercado	(946)	5.402
Juros	33.609	-
Saldo no final do exercício	403.448	71.699

As variações nos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida – ativos financeiros mantidos até o vencimento” foram as seguintes:

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo no início do exercício	766	15.670
Adições (alienações) líquidas	266.996	(14.949)
Juros	34.129	45
Saldo no final do exercício	301.891	766

As variações nos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida – empréstimos e recebíveis foram as seguintes:

	31/12/2012
Saldo no início do exercício	-
Adições (alienações) líquidas	89.496
Juros	16.955
Saldo no final do exercício	106.451

c) Abertura por prazo de vencimento

	31/12/2012	31/12/2011
Prazo:		
Sem vencimento	122.330	72.465
Até 360 dias	271.783	31.215
Acima de 360 dias	1.852.686	1.037.507
Total	2.246.799	1.141.187

12 EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

A composição, por classificação e por tipo, dos saldos da rubrica “Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras” é a seguinte:

a) Composição

	31/12/2012	31/12/2011
Classificação:		
Empréstimos e recebíveis	509.392	909.026
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras líquidos	509.392	909.026
Tipo:		
Operações compromissadas	334.878	639.461
Depósitos interfinanceiros	174.514	269.565
Total	509.392	909.026

b) Abertura por prazo de vencimento

Prazo	31/12/2012	31/12/2011
Até 30 dias	47.310	20.362
De 31 a 90 dias	216.612	27.308
De 91 a 180 dias	127.300	652.591
De 181 a 360 dias	59.128	89.034
Acima de 360 dias	59.042	119.731
Total	509.392	909.026

13 EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES**a) Composição**

A composição dos saldos da rubrica “empréstimos e adiantamentos a clientes” é a seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011
Classificação:		
Empréstimos e recebíveis		
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	13.790.084	10.926.809
Provisão para perdas por não recuperação (<i>impairment</i>) - nota 7.2.1 (d)	(1.545.856)	(1.254.080)
Empréstimos e adiantamentos a clientes líquidos	12.244.228	9.672.729

b) Abertura

Apresentamos a seguir a composição dos “empréstimos e adiantamentos a clientes” por tipo de crédito:

	31/12/2012	31/12/2011
Tipo de crédito:		
Crédito direto ao consumidor e crédito pessoal	7.787.583	6.927.632
Empréstimos em consignação	1.923.919	1.413.041
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	158.706	-
Financiamentos habitacionais	787.359	-
Empréstimos com garantia imobiliária	341.095	-
Arrendamento mercantil	325.904	688.797
Financiamento a titulares de cartões de crédito próprios (*)	278.369	493.471
Renegociações	30.442	70.812
Títulos e créditos a receber(**)	483.988	472.239
Capital de giro	981.661	561.669
Conta garantida	569	21.206
Direitos creditórios adquiridos	49.755	75.610
Títulos descontados	4.480	8.140
Financiamento a exportação	258.281	98.835
Adiantamento contratos de câmbio e rendas a receber	360.194	78.400
Cheque especial	307	818
Outros	17.472	16.139
Total	13.790.084	10.926.809

(*) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(**) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e crédito a receber com características de concessão de crédito.

No exercício findo em 31/12/2012, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a Provisão para perdas por não recuperação (*impairment*) - nota 7 no montante de R\$ 139.678.

A movimentação da provisão para empréstimos e adiantamentos é apresentada na nota 14.

c) Por prazo de vencimento

	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor	%	Valor	%
Vencidos há mais de 14 dias	962.437	6,98	807.184	7,39
A vencer				
Até 30 dias	922.920	6,69	951.433	8,71
De 31 a 60 dias	606.428	4,4	279.945	2,56
De 61 a 90 dias	437.621	3,18	289.884	2,65
De 91 a 180 dias	1.359.860	9,86	788.369	7,21
De 181 a 360 dias	2.282.217	16,55	1.616.767	14,80
Acima de 360 dias	7.218.601	52,34	6.193.227	56,68
Total	13.790.084	100,00	10.926.809	100,00

d) Operações de venda e transferência de ativos financeiros

• **Cessões de crédito sem coobrigação**

No exercício findo em 31/12/2012 e 31/12/2011, foram realizadas cessões de créditos com instituições financeiras sem retenção substancial de riscos e benefícios, conforme demonstra-se a seguir. Os contratos e parcelas de contratos objeto de cessões referem-se a empréstimos consignados e financiamentos de veículos.

	31/12/2012		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado
Sem coobrigação			
Crédito direto ao consumidor	1.970.263	1.678.747	291.516
Empréstimo em consignação	581.646	420.153	161.493
Financiamentos habitacionais	247.000	177.222	69.778
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	8.495	6.147	2.348
Empréstimos com garantia imobiliária	456.823	331.106	125.717
Total	3.264.227	2.613.375	650.852

	31/12/2011		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado
Sem coobrigação			
Crédito direto ao consumidor	4.186.689	3.561.370	625.319
Empréstimo em consignação	1.364.613	1.103.600	261.013
Conta garantida e capital de giro	141.407	139.627	1.780
Total	5.692.709	4.804.597	888.112

14 MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA PERDAS POR NÃO RECUPERAÇÃO (*IMPAIRMENT*) DE EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS

No exercício findo em 31/12/2012 e 31/12/2011 a provisão para perdas por não recuperação de empréstimos e adiantamentos (clientes e instituições financeiras) apresentou as seguintes movimentações:

	31/12/2012	31/12/2011
Movimentação:		
Saldo no início exercício	(1.254.080)	(1.220.847)
Saldo de subsidiárias adquiridas	(19.558)	-
Complemento de provisão	(1.451.078)	(1.171.797)
Saldo oriundo de créditos que retornaram para carteira	-	(149.252)
Baixa contra a provisão	1.178.860	1.287.816
Saldo no final do exercício	(1.545.856)	(1.254.080)

15 ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

A composição dos saldos da rubrica “Ativos não correntes mantidos para venda” é a seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011
Veículos terrestres	124.877	112.948
Material em estoque	374	551
Imóveis	16.506	589
Provisão para perda ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	(98.925)	(77.899)
Total	42.832	36.189

Os bens e as propriedades tomadas em dação de pagamento são mantidos para venda e os recursos obtidos pela venda são utilizados para reduzir as dívidas em aberto.

16 CRÉDITO TRIBUTÁRIO E PASSIVOS FISCAIS

a) Composição do crédito tributário e passivos fiscais

	31/12/2012	31/12/2011
Ativo		
Sobre a baixa e transferência de ativos com retenção substancial de riscos e benefícios e sobre os efeitos da taxa efetiva de juros dos empréstimos e recebíveis	142.679	204.817
Sobre lucros não realizados e demais ajustes de consolidação dos créditos cedidos ao FIDCs	42.065	96.537
Sobre prejuízos fiscais	1.724.874	1.664.925
Sobre diferenças temporárias	1.173.783	748.753
Sobre provisão para perda por redução ao valor recuperável	783.184	419.283
Sobre provisão de ações cíveis	44.785	51.989
Sobre provisão de ações fiscais	248.331	209.122
Sobre provisão de ações trabalhistas	6.550	8.766
Sobre provisão de ações tributárias	8.375	9.826
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	39.570	31.157
Sobre ajuste ao valor de mercado	13.316	8.617
Provisão para gratificação de funcionários	9.986	2.625
Provisão para juros sobre capital próprio	965	6.732
Fundos Imobiliários (Ourinvest)	7.252	-
Empréstimos (Ourinvest)	1.543	-
Outras	9.926	635
Total do ativo	3.083.401	2.715.031

	31/12/2012	31/12/2011
Passivo		
Provisão para impostos diferidos sobre superveniência de depreciação	180.343	211.165
Provisão para impostos diferidos sobre ajuste a mercado de derivativos	27.228	19.816
Provisão para impostos e contribuições	84.119	28.348
Total do passivo	291.691	259.329

b) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2012			31/12/2011		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo no início do exercício	1.747.344	967.687	2.715.031	1.324.809	714.166	2.038.975
Saldo de subsidiárias adquiridas	37.129	13.367	50.496	-	-	-
(+) Constituição de créditos	506.096	300.225	806.321	936.789	562.073	1.498.862
(-) Realização de créditos	(306.177)	(182.270)	(488.447)	(514.254)	(308.552)	(822.806)
Saldo no fim do exercício	1.984.392	1.099.009	3.083.401	1.747.344	967.687	2.715.031

c) Movimentação do imposto de renda corrente e diferido passivo

	31/12/2012		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo no início do exercício	241.268	18.061	259.329
Saldo de subsidiárias adquiridas	10.353	3.727	14.080
(-) Realização de Passivos	(46.005)	(21.362)	(67.367)
(+) Constituição de Passivos	62.969	22.680	85.649
Saldo no fim do exercício	268.585	23.106	291.691

	31/12/2011		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo no início do exercício	202.181	2.808	204.989
(+) Constituição de passivos	39.087	15.253	54.340
Saldo no fim do exercício	241.268	18.061	259.329

d) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no plano de negócios apurado pelo Conselho de Administração em 21/01/2013.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrarem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados.

Em 31/12/2012, conforme § 2º do artigo 5º da Resolução CVM/BACEN nº 3.059/02, os crédito tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação, no montante de R\$ 139.529, não estão sujeitas a geração de lucros baseado em estudo técnico.

Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

Ano	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias		Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais		Ajuste IFRS		Total	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
2012	-	392.832	-	69.834	-	84.312	-	546.978
2013	801.782	231.465	59.791	196.026	44.798	47.722	906.371	475.213
2014	294.180	84.380	147.798	189.365	16.242	12.821	458.220	286.566
2015	59.707	86.532	187.674	245.789	2.830	10.790	250.211	343.111
2016	64.864	79.183	228.352	257.935	2.915	13.369	296.131	350.487
2017	54.241	3.998	119.083	288.775	2.502	507	175.826	293.280
2018	7.708	1.571	253.702	357.013	122	256	261.532	358.840
2019	1.930	225	403.564	26.294	90	18	405.584	26.537
2020	4.340	104	183.080	31.127	227	22	187.647	31.253
2021	30	-	2.301	2.766	-	-	2.331	2.766
2022	19	-	-	-	-	-	19	-
Total	1.288.801	880.290	1.585.345	1.664.924	69.726	169.817	2.943.872	2.715.031

Em 31/12/2012, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco totaliza a R\$ 2.004.031 (R\$ 1.512.498 em 31/12/2011).

Em 31/12/2012, o Banco possuía prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 782.172 (R\$ 838.155 em 31/12/2011), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 312.869 (R\$ 335.262 em 31/12/2011), em virtude de não atender todas as condições estabelecidas para o registro do referido crédito.

e) Encargos com imposto de renda e contribuição social

Os encargos com imposto de renda e contribuição social, estão assim demonstrados:

	31/12/2012	31/12/2011
Resultado antes da tributação sobre o lucro de participações de acionistas minoritários	(648.801)	(322.313)
Crédito de imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	259.520	128.925
Efeito das adições (exclusões) no resultado do exercício	963	7.531
Ativação de créditos tributários dos exercícios anteriores	22.381	360.033
Crédito tributário não ativado	(4)	(9)
Outros (*)	(1.939)	57.392
Diferença de alíquota (**)	3.278	(491)
Imposto de renda e contribuição social no exercício	284.199	553.381

(*) Os outros valores em 2011 representam a seguinte composição: fraudes indedutíveis de cartões de crédito no montante de R\$ 3.452; reversão de PDD do fundo de investimento FF Multisegmentos encerrado em 29/06/2011, no montante de R\$ 59.700; e outras adições, exclusões permanentes, no montante de R\$ 1.144.

(**) Diferença de alíquota entre as empresas.

17 RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

Compreendem carteiras de financiamentos imobiliários e recebíveis de aluguéis adquiridas pela Brazilian Securities, que serão utilizadas como lastro para futuras emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

	Vencimento final	Indexador	Juros % a.a.	31/12/2012
Tranches 95 e 96	01/09/2027	TR	8,65	13.523
Cédula de Crédito Imobiliário	20/02/2042	INCC/IGPM ou TR	Até 17,09	141.075
Contratos Imobiliários	25/05/2023		11,39	4.462
Total				159.060

Qualidade do Crédito:

Os contratos dos recebíveis imobiliários têm cláusula de alienação fiduciária do imóvel objeto. A Administração da Companhia entende que essa garantia é suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes da inadimplência dos mutuários, não sendo, portanto, necessária a constituição de provisão complementar.

Os recebíveis imobiliários são considerados ativos de boa qualidade, uma vez que são adquiridos apenas se apresentarem características, garantias e históricos de pagamento que demonstrem sua alta probabilidade de realização, para que sejam passíveis de securitização.

18 BENEFÍCIO RESIDUAL EM OPERAÇÕES SECURITIZADAS

a) Resumo dos saldos contábeis sob regime fiduciário:

	31/12/2012
Disponibilidades	27.866
Aplicações Financeiras	126.087
Recebíveis Imobiliários (1)	8.726.764
Outros Ativos	6.274
Total do Ativo	8.886.991
Certificados de Recebíveis Imobiliários (2)	8.841.490
Outros Passivos	28.173
Total do Passivo	8.869.663
Benefício Residual em Operações Securitizadas (3)	17.328

- (1) Os recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, INCC, IPCA, TR, ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 0,00 % a.a. a 18,44 % a.a. e com vencimento até 28/10/2041;
- (2) Os certificados de recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR, CDI ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 2,00% a.a. a 65,41% a.a. e com vencimento até 20/11/2041; e
- (3) Benefício residual em operações securitizadas corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

b) Ao longo do exercício de 2012, a Companhia adquiriu o montante de R\$ 1.374.458 de recebíveis imobiliários. Adicionalmente foram realizadas operações de retrocessões no montante de R\$ 19.456.

c) Em 31/12/2012, o total de parcelas em atraso há mais de 90 dias dos recebíveis imobiliários vinculados as séries emitidas é de R\$ 19.235, que corresponde a 1,45% do total dos recebíveis imobiliários vinculados as séries.

19 OUTROS ATIVOS

A composição do saldo da rubrica “outros ativos” é a seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011
Valores a receber por cessão de créditos (i)	162.807	109.281
Valores a receber com vendas de direitos creditórios sobre operações de arrendamento mercantil (ii)	-	53.528
Devedores diversos país	19.495	173.865
Impostos de renda a compensar	20.266	87.109
Depósitos judiciais e fiscais	89.649	66.053
Valores a receber de empréstimos consignados (iii)	29.194	15.583
Negociação e intermediação de valores	632	1.194
Despesas antecipadas (iv)	35.132	3.048
Valores específicos (v)	3.778	3.138
Relações interfinanceiras	26.527	9.995
Pagamentos a ressarcir	609	967
Outros	85.548	26.273
Total	473.637	550.034

(i) Referem-se, substancialmente, a valores a receber de créditos cedidos à Caixa Econômica Federal e ao Banco Bradesco.

(ii) Refere-se a valores a receber oriundos da venda de direitos creditórios de operações de arrendamento mercantil.

(iii) Refere-se a valores recebidos e ainda não repassados ao Banco, por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco que constituem provisão integral para perdas e para os repasses em atraso a mais de 180 dias, cujo saldo em 31/12/2012 R\$ 15.193 (31/12/2011 – R\$ 12.685).

(iv) Referem-se substancialmente a despesas antecipadas sobre operações de cartões de crédito não incorridas na originação.

(v) Referem-se substancialmente a valores pendentes de recebimento de cobrança judicial.

20 ATIVO TANGÍVEL

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco também não foi parte de nenhum contrato de arrendamento mercantil para aquisições próprias durante os exercícios findos em 31/12/2012 e 31/12/2011.

a) Composição

Os detalhes, por categoria, dos ativos imobilizados são os seguintes:

	Taxa anual de depreciação - %	31/12/2012			31/12/2011
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	31.749	(4.300)	27.449	4.656
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	20.796	(13.291)	7.505	2.887
Sistema de comunicação	10%	1.834	(1.604)	230	101
Sistema de processamentos de dados	20%	25.041	(20.472)	4.569	3.419
Sistema de transporte	20%	244	(174)	70	162
Imóveis	4%	2.530	(251)	2.279	4.895
Outros		114	-	114	95
Total		82.308	(40.092)	42.216	16.215

b) Variações

As variações na rubrica “ativo tangível” foram as seguintes:

	31/12/2012	31/12/2011
Saldos no início do exercício	16.215	39.206
Saldo de subsidiárias adquiridas	13.019	-
Aquisições	29.044	8.921
Baixas	(16.062)	(31.912)
Saldos no final do exercício	42.216	16.215

21 ATIVO INTANGÍVEL**a) Composição**

A composição do saldo da rubrica “ativo intangível” é a seguinte:

	Taxa anual de amortização - %	31/12/2012			31/12/2011
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Gastos com desenvolvimento logiciais	20%	39.634	(14.418)	25.216	7.826
Outros	10%	22	(19)	3	1.202
Total		39.656	(14.437)	25.219	9.028

b) Variações

As variações na rubrica “ativo intangível” nos balanços patrimoniais consolidados foram as seguintes:

	Gastos com desenvolvimento logiciais	Outros	Total
Saldo em 31/12/2011	7.826	1.202	9.028
Saldo de subsidiárias adquiridas	25.567	-	25.567
Adições/Baixas	(2.335)	(549)	(2.884)
Redução ao valor recuperável	(279)	(468)	(747)
Amortização do exercício	(5.563)	(182)	(5.745)
Saldo em 31/12/2012	25.216	3	25.219

	Gastos com desenvolvimento logiciais	Outros	Total
Saldo em 31/12/2010	5.840	5	5.845
Adições/Baixas	3.936	1.300	5.236
Amortização do exercício	(1.950)	(103)	(2.053)
Saldo em 31/12/2011	7.826	1.202	9.028

22 DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

a) Composição

A composição, por classificação tipo dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	5.230.363	3.237.632
Tipos:		
Obrigações por operações compromissadas	1.079.856	516.428
Depósitos interfinanceiros	4.150.507	2.721.204
Total	5.230.363	3.237.632

b) Abertura por prazo de vencimento

	31/12/2012	31/12/2011
Prazo		
Até 30 dias	2.752.621	1.460.763
De 31 a 60 dias	975.359	560.041
De 61 a 90 dias	752.172	37.509
De 91 a 180 dias	617.033	1.046.134
De 181 a 360 dias	41.735	2.512
Acima de 360 dias	91.443	130.673
Total	5.230.363	3.237.632

A nota 7 – Risco de liquidez - vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado.

23 DEPÓSITOS DE CLIENTES

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “depósitos de clientes” é a seguinte:

a) Composição

	31/12/2012	31/12/2011
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.463.621	2.804.913
Tipos:		
Depósitos à vista	101.560	97.172
Depósitos a prazo	2.362.061	2.403.138
Total	2.463.621	2.500.310

b) Abertura por prazo de vencimento

	31/12/2012	31/12/2011
Prazo		
Sem vencimento	101.560	97.172
Até 30 dias	254.722	97.050
De 31 a 60 dias	116.561	14.445
De 61 a 90 dias	5.352	43.392
De 91 a 180 dias	159.495	197.355
De 181 a 360 dias	416.774	577.097
Acima de 360 dias	1.409.157	1.473.799
Total	2.463.621	2.500.310

A nota 7 – Risco de liquidez- vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado.

24 OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2012
• No País	-	1.181	36.220	100.000	137.401
• No Exterior	14.773	23.590	64.074	205.181	307.618
Total em 31/12/2012	14.773	24.771	100.294	305.181	445.019

25 RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “depósitos de clientes” é a seguinte:

a) Composição

	31/12/2012	31/12/2011
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.952.170	304.603
Tipos:		
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	1.290.074	-
Letras Financeiras - LF	1.225.588	237.891
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	365.499	66.712
Recursos de Debêntures	54.213	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI	16.796	-
Total	2.952.170	304.603

b) Abertura por prazo de vencimento

	31/12/2012	31/12/2011
Prazo		
Até 30 dias	281.458	16.061
De 31 a 60 dias	259.095	15.273
De 61 a 90 dias	238.582	17.925
De 91 a 180 dias	397.415	13.111
De 181 a 360 dias	403.425	4.341
Acima de 360 dias	1.372.195	237.892
Total	2.952.170	304.603

A nota 7 – Risco de liquidez- vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado.

26 OBRIGAÇÕES POR TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO EXTERIOR**a) Composição**

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior” é a seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011
Classificação:		
Outros passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	612.588	924.107
Total	612.588	924.107

A nota 7 – Risco de liquidez - vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento do passivo financeiro ao custo amortizado.

Em 22/02/2006, o Banco lançou um programa de captação de recursos no exterior cujo total foi de US\$ 500.000 mil por meio da emissão de “Euro Medium-Term Notes”, dos quais US\$ 200.000 mil em 26/10/2009 e US\$ 300.000 mil em 04/08/2010.

O Banco cumpriu a obrigação de oferecer aos detentores dessas notas a opção de resgatá-las antecipadamente pelo mesmo valor devido nas datas de vencimento originais (valor de face ou valor ao par). Esta opção pôde ser exercida entre os dias 27/06 e 12/07/2011, e teve a adesão com valor total de principal de US\$ 900 para o vencimento em 2012 e US\$ 11.400 na emissão com vencimento em 2015. A liquidação destes resgates antecipados foi efetuada em 27/07/2011.

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços patrimoniais consolidados:

Tranche US\$ mil	Taxa de juros	Vencimento	31/12/2012	31/12/2011
199.100	7,0% a.a.	26/10/2012	-	378.763
288.638	5,5% a.a.	04/08/2015	612.588	546.586
Total			612.588	925.349
Custos associados à emissão			-	(1.242)
Total			612.588	924.107

b) Variações

As variações na rubrica “obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior” foram as seguintes:

	31/12/2012	31/12/2011
Saldos no início do exercício	924.107	845.574
Juros	53.443	50.797
Variação cambial	78.787	87.264
MTM	6.274	(6.274)
Amortizações / baixas	(451.265)	(55.517)
Custos da emissão	1.242	2.263
Saldos no final do exercício	612.588	924.107

27 RELAÇÕES COM CORRESPONDENTES

Refere-se a recebimentos antecipados de parcelas de contratos cedidos e a bens retomados relativos a contratos cedidos, a serem repassados aos cessionários.

	31/12/2012	31/12/2011
Crédito direto ao consumidor , crédito pessoal, crédito consignado e crédito imobiliário	152.362	312.425
Total	152.362	312.425

28 OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES DE VENDA OU DE TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS

Em 31/12/2012 e 31/12/2011, as responsabilidades por coobrigações referentes a créditos cedidos montam a R\$ 1.157.786 (R\$ 2.082.661 em 31/12/2011), valor presente apurado por meio das taxas dos contratos de cessão de crédito. O valor presente apurado pelas taxas de cessão de crédito e que representa o passivo por coobrigação sobre os créditos cedidos é de R\$ 1.283.008 (R\$ 2.471.998 em 31/12/2011).

	31/12/2012	31/12/2011
Passivo ao custo amortizado - coobrigação em cessão de crédito		
Passivo por coobrigação em crédito cedido	1.283.008	2.471.998
Total	1.283.008	2.471.998

29 DÍVIDAS SUBORDINADAS

a) Composição

Demonstra-se seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da Operação	Remuneração	31/12/2012	31/12/2011
No Exterior (1): 2020	10	US\$ 500.000	Taxa de 8,50% a.a.	1.184.089	961.796
Custos associados à emissão				(11.004)	(12.522)
Subtotal no Exterior				1.173.085	949.274
No País (2): 2018	06	R\$ 10.000	100,0% CDI + 1,35% a.a.	10.540	-
Subtotal no País				10.540	-
Total				1.183.625	949.274

b) Variações

As variações na rubrica “dívidas subordinadas” foram as seguintes:

No Exterior	31/12/2012	31/12/2011
Saldos no início do exercício	949.274	1.051.992
Juros	84.461	48.380
Pagamento de Juros	(83.135)	(291.030)
Variação cambial	83.850	129.355
MTM	137.117	9.058
Custo associado à emissão	1.518	1.519
Saldos no final do exercício	1.173.085	949.274

No País	31/12/2012
Saldos no início do exercício	-
Emissão	10.000
Juros	540
Saldos no final do exercício	10.540

30 PROVISÕES

a) Composição

A composição do saldo da rubrica “provisões” é a seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011
Provisão para riscos fiscais	642.662	545.376
Processos cíveis	113.285	131.802
Processos tributários	20.970	24.627
Processos trabalhistas	17.543	22.916
Provisões técnicas de seguros	143.946	115.722
Total	938.406	840.443

b) Variações

As variações na rubrica “provisões” foram as seguintes:

	31/12/2012					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Fiscais	Técnicas de Seguro	Total
Saldo em 31/12/2011	22.916	131.802	24.627	545.376	115.722	840.443
Saldo de subsidiárias adquiridas	-	447	-	-	-	447
Constituições líquidas de reversões	(5.373)	(18.964)	(3.657)	97.287	28.223	97.516
Saldo em 31/12/2012	17.543	113.285	20.970	642.663	143.945	938.406

	31/12/2011					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Fiscais	Técnicas de Seguro	Total
Saldo em 31/12/2010	7.409	83.383	22.659	420.751	129.471	663.673
Constituições líquidas de reversões e baixas	15.507	48.419	1.968	124.625	(13.749)	176.770
Saldo em 31/12/2011	22.916	131.802	24.627	545.376	115.722	840.443

c) Riscos Fiscais

Referem-se a provisão para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e para o Programa de Integração Social – PIS no montante de R\$ 642.662 (R\$ 545.376 em 31/12/2011), que vem sendo questionadas judicialmente, e encontram-se amparados por sentença favorável de primeira instância. O Banco e suas controladas estão questionando essas contribuições na forma da Lei nº 9.718/98 e, segundo seus assessores jurídicos, as chances de êxito são prováveis.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

	31/12/2012	31/12/2011
COFINS	552.838	469.141
PIS	89.824	76.235
Total	642.662	545.376

d) Riscos de ações trabalhistas, cíveis e tributários

O Banco Panamericano e suas controladas são parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o encerramento da ação, representado por decisões judiciais sobre as quais não caiba mais recursos ou pela sua prescrição.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando a obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral e em especial horas extras – em razão da interpretação do artigo 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Esses processos são geridos individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente de acordo com os critérios mencionados anteriormente. Os valores envolvidos são provisionados integralmente quando no caso dos processos com decisão judicial

desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

Não existem em curso outros processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco ou das empresas controladas.

III – Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:

No 4º trimestre de 2011 a Panamericana de Seguros S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social e imposto de renda retido na fonte relativos ao ano base de 2007, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 15.819.

No 3º trimestre de 2012, a Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.166.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco Panamericano S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.475.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.

e) **Provisões técnicas de seguros**

A composição dos saldos da rubrica “provisões técnicas” é a seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011
Provisão de prêmios não ganhos		
Prestamista	64.656	104
Desemprego/perda de renda	17.641	27.565
Acidentes pessoais coletivos	4.938	29.110
Rendas de eventos aleatórios	1.107	2.201
Vida em grupo	77	574
Seguro Habitacional – Prestamista	67	-
Seguro Habitacional – Demais coberturas	24	-
Total	88.510	59.554
Sinistros a liquidar		
Prestamista	1.430	297
Acidentes pessoais coletivos	2.574	3.559
Desemprego/perda de renda	564	310
Rendas de eventos aleatórios	535	811
Vida em grupo	1.630	1.405
Outros	13	15
Subtotal	6.746	6.397
DPVAT	17.592	19.528
Total	24.338	25.925
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		
Prestamista	6.395	9.593
Acidentes pessoais coletivos	1.051	1.111
Desemprego/perda de renda	524	646
Rendas de eventos aleatórios	524	16
Vida em grupo	5.457	8.210
Resseguros	3	377
Subtotal	13.954	19.953
DPVAT	15.727	9.561
Total	29.681	29.514
Outras provisões		
Prestamista	-	207
Acidentes pessoais coletivos	318	-
Rendas de eventos aleatórios	-	60
Vida em grupo	5	-
Outras provisões técnicas de prev. complementar	380	383
Desemprego/perda de renda	261	-
Subtotal	964	650
DPVAT	453	79
Total	1.417	729
Total das provisões técnicas - Seguros e Resseguros	143.946	115.722

f) Sinistros a liquidar em juízo

Do montante de R\$ 6.745 (R\$ 6.397 em 31/12/2011), o valor de R\$ 3.384 (R\$ 3.235 em 31/12/2011) refere-se a processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, com a seguinte classificação de risco:

Risco	31/12/2012		31/12/2011	
	Quantidade de processos	Valor Provisionado	Quantidade de processos	Valor Provisionado
Perda provável	312	3.384	311	3.235
Total	312	3.384	311	3.235

31 OUTROS PASSIVOS

A composição do saldo da rubrica “outros passivos” é a seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011
Captação de recursos por meio de FIDCs	560.924	1.070.826
Obrigações sociais e estatutárias (*)	4.632	646.472
Valores a pagar a estabelecimentos por compras com cartões de crédito	490.476	445.818
Obrigações fiscais e previdenciárias	19.474	11.536
Parcelamento Refis – Lei nº 11.941/2009 (**)	38.239	41.604
Serviços de terceiros	36.987	34.873
Valores a pagar a lojistas	25.302	24.840
Arrecadação de cobrança	39.807	19.222
Pessoal	43.565	11.924
Valores específicos de consórcio	16.119	8.170
Tributos a recolher	3.703	6.533
Valores a pagar a sociedades ligadas	8.916	5.016
Relações interdependências	7.375	3.809
Negociação e intermediação de valores	169.232	-
Outros	68.088	140.995
TOTAL	1.532.839	2.471.638

(*) Refere-se, principalmente, valores a pagar para acionista.

(**)O Banco e suas empresas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária. Considerando os termos e vantagens oferecidas pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 11.941/09, a administração do Banco reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de aderir ao referido programa. Como consequência, optou-se em 2010 pela desistência de diversos processos movidos pelo Banco e controladas, assumindo débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento. Os principais processos que fazem parte do programa de anistia são: (i) Contribuição Previdenciária parte empresa, sobre pagamentos à pessoa física; (ii) Exclusão indevida de Provisão para Devedores Duvidosos da base de cálculo de IRPJ/CSLL; (iii) IRPJ decorrente de adesão irregular ao Incentivo Fiscal – FINOR; e (iv) Aproveitamento indevido de prejuízo fiscal na base de cálculo IRPJ/CSLL.

Os débitos foram consolidados junto à Receita Federal do Brasil e após apropriação das antecipações efetuadas apresenta a seguinte composição:

	31/12/2012	31/12/2011
Débitos previdenciários	33.058	35.853
Demais débitos	5.181	5.751
Total	38.239	41.604

32 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31/12/2012 é de R\$ 2.867.020 (31/12/2011 - R\$ 1.108.091), e está dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal:

	31/12/2012	31/12/2011
Ordinárias	292.463.400	131.881.028
Preferenciais	242.612.675	112.462.912
Total	535.076.075	244.343.940

Movimentação do capital social em quantidade de ações

	Ordinárias	Preferenciais	Total
Quantidade de ações em circulação em 31/12/2011	131.881.028	112.462.912	244.343.940
Aumento de Capital	160.582.372	130.149.763	290.732.135
Quantidade de ações em circulação em 31/12/2012	292.463.400	242.612.675	535.076.075

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/01/2012, foi aprovado aumento do capital social do Banco Panamericano, acima do limite do capital autorizado, no valor de até R\$ 1.800.000, mediante a emissão, para subscrição privada e na proporção do número de ações ordinárias e preferenciais existentes, de até 297.520.662 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo até 160.582.377 ações ordinárias e até 136.938.285 ações preferenciais.

O preço de emissão foi fixado em R\$ 6,05 por ação ordinária ou preferencial, sem diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia, nos termos do art. 170, §1º, III, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), com base na cotação média de mercado das ações preferenciais de emissão da Companhia nos 180 (cento e oitenta) pregões de negociação da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") compreendidos entre 11/04/2011, inclusive, e 27/12/2011, inclusive, sem ágio ou deságio.

Após o prazo para exercício do direito de preferência e dos dois rateios de sobras realizados, foram subscritas um total de 160.582.372 ações ordinárias e 130.149.763 ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$ 6,05 por ação ordinária ou preferencial, totalizando o montante de R\$ 1.758.929. Tendo em vista que o aumento de capital superou o valor de Subscrição Mínima, conforme definido no Aviso aos Acionistas datado de 18/01/2012, as sobras não subscritas foram canceladas. O processo foi aprovado pelo BACEN em 08/06/2012. Os novos recursos recebidos substituíram o montante de R\$ 620.000 efetuados em 09/11/2011, classificados em "Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias, nos termos da Resolução CMN nº 4.019/11.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio:

Em reunião realizada em 27/12/2011, o Conselho de Administração do Banco aprovou, por unanimidade, o cancelamento de distribuição dos juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2010 no valor bruto de R\$ 6.000 que seriam pagos até 30/04/2011.

O cancelamento da distribuição do JCP se justifica tendo em vista que: (i) foram verificadas, conforme divulgado no Fato Relevante publicado em 09/11/2010, que as Demonstrações Financeiras até então publicadas, incluindo as Demonstrações Financeiras de 30/06/2010, base da deliberação dos JCP, estavam definitivamente comprometidas em sua missão de prestar informações de qualidade e fidedignidade consoante aos princípios contábeis e, portanto, não refletiam a real situação patrimonial do Banco à época, tendo inclusive sido identificadas posteriormente perdas que somadas chegam à ordem de aproximadamente R\$ 4.300.000; e (ii) as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas referentes a 31/12/2010 e 30/11/2010,

únicas Demonstrações Financeiras fidedignas da Companhia, apontam a inexistência de lucro líquido, o que impossibilita o pagamento de JCP, de acordo com a legislação em vigor.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 30% do lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei 11.638/07. Esse dividendo será majorado para 35% a partir da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social de 2013, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/01/2012.

Em reunião do Conselho de Administração de 10/02/2012, aprovou-se o pagamento de juros sobre o capital próprio relativos ao exercício de 2011, referendados na Assembleia Geral Ordinária de 25/04/2012, no valor bruto de R\$ 16.831, sendo R\$ 0,068882412 brutos por ação (R\$ 0,058550050 líquido de imposto de renda na fonte de 15%), cujo pagamento foi efetuado em 30/04/2012.

c) Reserva de lucros:

Reserva legal – Nos termos do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Nos termos do estatuto social, o saldo remanescente de lucros acumulados deve ser destinado a reserva para integridade do Patrimônio Líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido do Banco, podendo ser convertida em capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido, não podendo ultrapassar o valor do capital social do Banco.

No exercício de 2012, os saldos da reserva legal, reserva para integridade do Patrimônio Líquido e de reserva de capital foram utilizados integralmente para a absorção do prejuízo do exercício.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

Os saldos da rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” incluem os valores, líquidos do efeito tributário correspondente, dos ajustes de valor justo dos ativos classificados como ativos financeiros disponíveis para a venda e são reconhecidos temporariamente no patrimônio e apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado consolidada.

e) Depósito de acionistas

Em 31/01/2011, mediante operação financeira complementar, que contou com o conhecimento do BACEN e com o apoio financeiro do FGC – Fundo Garantidor de Crédito, o então acionista controlador (Grupo Silvio Santos) aportou o valor de R\$ 1.300.000 no Banco Panamericano S.A. para assumir os prejuízos decorrentes das irregularidades contábeis adicionais, divulgados nas Demonstrações Financeiras de 31/12/2010 do Banco. O objetivo deste aporte foi reforçar o equilíbrio patrimonial e a liquidez operacional do Banco.

f) Participação dos acionistas não controladores

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo no início do exercício	32	1.702
Participação no prejuízo do exercício	(10)	3
Aumento/Redução de participação de acionistas não controladores (*)	2	(1.673)
Saldo no final do exercício	24	32

(*) Em 2011, refere-se à aquisição em 27/05/2011 de 67.259 ações ordinárias e 24.712 ações preferenciais da Panamericana Seguros S.A. pelo Banco.

g) Lucro básico e diluído por ação

O prejuízo/lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, demonstrado a seguir:

Lucro Básico e Diluído por Ação	31/12/2012	31/12/2011
Prejuízo/Lucro Líquido atribuível aos acionistas da Companhia	(364.592)	231.065
(-) Juros sobre o Capital Próprio relativo às ações preferenciais	-	(7.747)
Prejuízo/Lucro Líquido atribuível aos acionistas ordinários da Companhia (1)	(364.592)	223.318
Número Médio Ponderado de ações ordinárias em circulação (mil) (2)	279.082	131.881
Prejuízo/Lucro Líquido por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Companhia (1/2)	(1,31)	1,69

O prejuízo/lucro por ação diluído não difere do prejuízo/lucro básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

33 RECEITA LÍQUIDA COM JUROS

A Receita Líquida com juros é calculada pela diferença das Receitas com juros e as despesas com juros no exercício.

As Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os ativos financeiros calculados aplicando-se o método dos juros efetivos.

As despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os passivos financeiros, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos.

	31/12/2012	31/12/2011
Receitas com juros e similares		
Títulos e valores mobiliários	373.028	829.498
Títulos emprestados a operações compromissadas	103.534	135.768
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.773.013	2.315.816
Lucro nas cessões de crédito	650.852	972.232
Variações cambiais	1.096.869	657.422
Outras	54.557	299.370
Total de receitas com juros	5.051.853	5.210.106
Despesas com juros e similares		
Depósitos de clientes	(328.392)	(484.421)
Despesas de títulos e valores mobiliários	(813.702)	(714.681)
Recurso de emissão de títulos	(87.040)	(11.104)
Depósitos de instituições financeiras	(239.713)	(125.256)
Dívidas subordinadas	(895.506)	(490.508)
Variações cambiais	(133.825)	(4.989)
Operações de arrendamento mercantil	(363.770)	(450.759)
Títulos tomados em empréstimos e operações compromissadas	(101.481)	(723.815)
Outras	(62.449)	(28.980)
Total de despesas com juros	(3.025.878)	(3.034.513)
Total	2.025.975	2.175.593

34 RECEITAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A composição dos saldos da rubrica “receitas de tarifas e comissões” é a seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011
Rendas de cartões	82.395	114.786
Taxa de administração de consórcios	21.773	13.300
Intermediação de Seguros	901	5.694
Rendas de estruturação de operações / fundos	12.639	-
Rendas de administração de fundos	3.697	-
Rendas de comissão / intermediação	493	-
Rendas sobre convênio – arrecadação	11.128	5.079
Tarifas sobre financiamentos	480	2.765
Rendas de cobrança	243	50
Outras rendas de tarifas	5.152	1.889
Total	138.901	143.563

35 DESPESAS COM PESSOAL

A composição dos saldos da rubrica “despesas com pessoal” é a seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011
Proventos	(181.327)	(62.231)
Honorários	(16.918)	(9.030)
Encargos sociais	(55.304)	(23.715)
Benefícios	(36.296)	(10.569)
Treinamento	(1.498)	(554)
Total	(291.343)	(106.099)

36 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A composição dos saldos da rubrica “despesas tributárias” é a seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011
Contribuição à Cofins	(88.302)	(85.246)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(31.286)	(13.349)
Contribuição ao PIS	(15.188)	(23.559)
Impostos e taxas (i)	(5.176)	(26.955)
Total	(139.952)	(149.109)

(i) Refere-se substancialmente aos tributos municipais e federais e taxa de fiscalização

37 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A composição dos saldos da rubrica “outras despesas administrativas” é a seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011
Comissões pagas a lojistas e promotoras	(497.788)	(759.060)
Serviços de terceiros	(220.987)	(177.012)
Serviços do sistema financeiro	(78.074)	(66.540)
Processamento de dados	(53.327)	(84.712)
Comunicações	(45.701)	(41.209)
Taxas e emolumentos	(45.089)	(6.359)
Aluguéis	(28.314)	(15.361)
Despesas com busca e apreensão de bens	(27.878)	(50.460)
Propaganda, promoções e publicidade	(9.621)	(10.255)
Transporte	(6.477)	(6.817)
Manutenção e conservação de bens	(7.178)	(3.166)
Viagens	(3.273)	(1.811)
Materiais de consumo	(1.432)	(1.250)
Acordos judiciais	(19)	(34.034)
Outras	(71.006)	(76.994)
Total	(1.096.164)	(1.335.040)

38 GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda, são compostos por títulos públicos federais e os seus ganhos e perdas são resultantes da venda desses instrumentos financeiros.

39 PROVISÕES (LÍQUIDAS)

A composição dos valores da rubrica “provisões (líquidas)” é a seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011
Riscos tributários	3.639	(654)
Riscos cíveis	(60.498)	(78.741)
Riscos trabalhistas	3.379	(13.210)
Outras	-	(657)
Total	(53.480)	(93.262)

40 RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES DE SEGUROS

A composição dos saldos da rubrica “resultado líquido das operações de seguros” é a seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011 (*)
Prêmios de seguros		
Prestamista	18.168	5.189
Acidentes pessoais	30.507	70.864
Desemprego/perda de renda	8.346	4.800
Rendas de eventos aleatórios	1.154	1.921
Vida em grupo	27	6.580
Reversão provisão	(296)	7.407
Seguro habitacional – Prestamista	(63)	-
Seguro habitacional – Demais coberturas	(22)	-
Subtotal	57.821	96.761
DPVAT	33.897	33.434
Total	91.718	130.195
Receitas (despesas) de sinistros e movimentação dos passivos de seguros		
Prestamista	1.182	(14.550)
Acidentes pessoais	(697)	2.000
Desemprego/perda de renda	(1.775)	(1.253)
Rendas de eventos aleatórios	(1.865)	(2.042)
Vida em grupo	1.335	(16.078)
Assistência	(69)	-
Resseguros	(3)	-
Subtotal	(1.892)	(31.923)
DPVAT	(29.802)	(29.096)
Total	(31.694)	(61.019)
Resultado líquido das operações de seguros	60.024	69.176

(*) Em 2011 foram realocadas as operações de resseguros por ramo.

41 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

A composição dos saldos da rubrica “outras receitas (despesas) operacionais” é a seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011
Taxa de registro cartório	30.420	16.697
Rendas sobre aluguel	30	559
Serviços de cobrança (*)	-	27.292
Recuperação de encargos e despesas	97.152	42.294
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	138.751	85.266
Reversão de provisões	110	130.773
Variação monetária ativa	6.256	1.230
Atualização monetária de valores a receber - cessão	1.006	67.343
Restituição de prêmios de seguros	39	34.541
Outras receitas não operacionais (**)	8	144
Despesa de cessão de operações de crédito	(191.391)	(148.065)
Prejuízo com operações de crédito/financiamento	(9.801)	(22.126)
Descontos concedidos	(23.181)	(11.914)
Fraudes dedutíveis/in dedutíveis	(44.838)	(21.341)
Variação monetária passiva	(37.066)	(51.129)
Despesas de comercialização de seguros	2.625	(5.139)
Despesa com veículos apreendidos	-	(29.936)
Gravames (***)	(7.395)	-
Outras receitas / despesas operacionais	(26.770)	(44.698)
Total	(64.045)	71.791

(*) Refere-se basicamente a recuperação de valores que foram pagos para as acessórias de cobrança.

(**) Refere-se basicamente a venda e perda por impairment bens não de uso mantidos para a venda.

(***) Despesa anteriormente classificada em Outras Despesas Administrativas – Processamento de Dados.

42 PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas do Banco incluem partes com controle conjunto sobre a entidade, empreendimentos em conjunto e aqueles em que o Banco é um investidor e planos de benefícios pós-emprego para o benefício dos empregados de uma entidade ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada do Banco.

a) Saldos com partes relacionadas

A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

		31/12/2012		31/12/2011	
		Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas) (o)
Aplicação interfinanceira de liquidez (a)					
BTG Pactual S.A.	Controlador	6.000	53.270	639.461	29.656
Caixa Econômica Federal	Controlador	-	5.257	-	16.490
Total		6.000	58.527	639.461	46.146
Títulos e Valores Mobiliários (b)					
BTG Pactual S.A.	Controlador	100.811	95.871	10.432	-
Total		100.811	95.871	10.432	-
Cessão de crédito (c)					
Caixa Econômica Federal	Controlador	116.271	-	41.973	-
Total		116.271	-	41.973	-
Outros Créditos (d)					
Caixa Econômica Federal	Controlador	2.596	-	-	-
Total		2.596	-	-	-
Depósitos à vista (e)					
Pessoal chave da administração		(3)	-	(4)	-
Total		(3)	-	(4)	-
Depósitos interfinanceiros (f)					
BTG Pactual S.A.	Controlador	(1.203.256)	(25.184)	(500.504)	(2.128)
Caixa Econômica Federal	Controlador	(2.789.541)	(173.202)	(2.063.958)	(63.958)
Panamericano DTVM S.A.	Ligada	-	-	-	(246)
Total		(3.992.797)	(198.386)	(2.564.462)	(66.332)
Depósitos a prazo (g)					
Pessoal chave da administração	Ligada	-	-	-	(139)
Perícia A. C. Seg. Previdência Privada Ltda.	Ligada	-	-	-	(293)
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	Ligada	-	-	-	-
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	Ligada	-	-	-	(126)
BF Utilidades Domesticas Ltda.	Ligada	-	-	-	(37)
Vimave Vila Maria Veículos Ltda.	Ligada	-	-	-	(49)
Vimave Pacaembu Veículos Ltda.	Ligada	-	-	-	(10)
SSF Fomento Comercial Ltda.	Ligada	-	-	-	(9)
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	Ligada	-	-	-	(417)
Braspag Tecnologia Pagamento Ltda.	Ligada	-	-	-	(46)
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	Ligada	-	-	-	(1.712)
Total		-	-	-	(2.838)
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CDC					

Veículos ("Caixa CDC FIDC") (h)					
Silvio Santos Participações Ltda.	Ligada	-	-	-	(32)
Pessoal chave da administração		-	-	-	(2.803)
Total		-	-	-	(2.835)
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master CDC Veículos ("Caixa Master CDC FIDC") (h)					
Pessoal chave da administração		-	-	-	(150)
Total		-	-	-	(150)
Obrigações por operações compromissadas (i)					
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	-	(11.204)	-	(1.714)
Caixa Econômica Federal	Controlador	(499.992)	(606)	(300.037)	(789)
Total		(499.992)	(11.810)	(300.037)	(2.503)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (j)					
Pessoal chave da administração		(929)	(100)	-	-
Total		(929)	(100)	-	-
Outras obrigações (k)					
Caixa Econômica Federal	Controlador	(39.117)	-	(23.482)	-
Total		(39.117)	-	(23.482)	-
Outras despesas administrativas (l)					
Caixa Econômica Federal	Controlador	-	(1.513)	-	-
BTG Pactual Corretora	Ligada	-	(213)	-	-
Tecban S.A	Ligada	-	(97)	-	-
Caixa Participações S.A	Ligada	-	(531)	-	-
BF Par Utilidades Domésticas Ltda	Ligada	-	(1)	-	(1.103)
BF Utilidades Domésticas Ltda	Ligada	-	-	-	(1.187)
Braspag Tecnologia Pagamento Ltda	Ligada	-	-	-	(76)
GSS Centro de Serviços Compartilhados Ltda	Ligada	-	-	-	(753)
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	Ligada	-	-	-	(36.323)
Panamericano Com. Prod. e Serv. Ltda	Ligada	-	-	-	(1.217)
Panamericano DTVM S.A.	Ligada	-	-	-	(4.283)
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	Ligada	-	-	-	(66.741)
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	Ligada	-	-	-	(1.118)
Promolider Promotora Vendas Ltda.	Ligada	-	-	-	(40)
Silvio Santos Participações Ltda.	Ligada	-	-	-	(17)
SS Comércio de Cosméticos e Prod. de Higiene Pessoal Ltda.	Ligada	-	-	-	(5)
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	Ligada	-	-	-	(8)
Total		-	(2.355)	-	(112.871)
Outras despesas operacionais (m)					
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	-	(5.327)	-	-
Total		-	(5.327)	-	-
Resultado obtido na cessão de crédito (n)					
Caixa Econômica Federal	Controlador	-	650.852	-	403.100
Total		-	650.852	-	403.100

(a) Referem-se a aplicações do Banco com taxas equivalentes às do CDI;

(b) Referem-se a aplicações em cotas subordinadas no caso dos FIDCs e aplicações em derivativos no caso do Banco BTG Pactual S.A.;

(c) Refere-se à cessão de crédito a receber sem coobrigação;

(d) Referem-se a valores de cobrança a receber arrecadados a serem repassados e juros sobre capital próprio;

(e) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco;

(f) Refere-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

- (g) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco;
- (h) Referem-se à captação por meio de cotas do FIDC
- (i) Referem-se a operações compromissadas com ligadas;
- (j) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 94% do CDI;
- (k) Referem-se a liquidação de parcelas antecipadas de cessão de crédito;
- (l) Referem-se a outras despesas administrativas de serviços prestados por empresas ligadas;
- (m) Refere-se a atualização monetária do depósito de acionista;
- (n) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito sem coobrigação; e
- (o) Exceto pelas informações da Caixa Econômica Federal, Banco BTG Pactual S.A. e Pessoal Chave da Administração, as demais informações de receitas e despesas referem-se à transações com empresas consideradas como partes relacionadas até 27/05/2011, data da troca do controle acionário do Banco Panamericano.

b) Remuneração dos administradores

No Banco Panamericano, foi definido em Assembleia Geral Ordinária de 25/04/2012, o valor máximo de remuneração dos administradores para o ano de 2012 no montante de R\$ 12.590 (despesas de honorários).

Benefícios de curto prazo a administradores

	31/12/2012	31/12/2011
Despesas de honorários (*)	14.126	8.206
Gratificações/Bônus (*)	2.792	824
Contribuição ao INSS	3.654	1.984
Total	20.572	11.014

(*) Registrados na rubrica de "despesas com pessoal".

O Banco não possui planos de benefício pós-emprego, para os quais seja requerida a constituição de passivo atuarial, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

43 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco e suas controladas contribuem mensalmente para a Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão, com um percentual sobre a folha de pagamento dos participantes, com o objetivo de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, sendo esta a única responsabilidade do Banco e de suas controladas como patrocinadores. No exercício findo em 31/12/2012, o montante dessa contribuição foi de R\$ 795 (R\$ 1.057 no exercício findo em 31/12/2011).

Além desse benefício, o Banco Panamericano oferece aos seus funcionários e administradores outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento. O montante dessas despesas totalizou no exercício findo em 31/12/2012 R\$ 36.642 (R\$ 10.610 no exercício findo em 31/12/2011).

44 ATIVOS OFERECIDOS EM GARANTIA

	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros oferecidos em garantia:		
Instrumentos de dívida	958.125	565.205
Total	958.125	565.205

45 GARANTIAS PRESTADAS E COMPROMISSOS CONTRATUAIS

O “máximo valor potencial de pagamentos futuros” representa os valores de principal (notional) que poderiam ficar perdidos se houvesse inadimplência total das partes avalizadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. De fato, o “Máximo valor potencial de pagamentos futuros” excede significativamente as perdas inerentes.

	31/12/2012	31/12/2011
Garantias e outras fianças:		
Garantias financeiras	(30.689)	(23.484)
Depositários de valores em custódia	(183.205)	(296.835)
Total de garantias prestadas	(213.894)	(320.319)

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro. Portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham nenhum impacto em sua liquidez.

Em 31/12/2012, o Banco detinha cheques de terceiros sob custódia no valor total de R\$ 183.205 (R\$ 296.835 em 2011).

46 SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com as normas contábeis internacionais, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho; e
- Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócio como sendo os seus segmentos operacionais:

- Financeiro;
- Seguros;
- Consórcios;
- Securitização;
- Promotora de Vendas; e
- Outros.

O segmento Financeiro corresponde as operações bancárias em geral e operações de arrendamento mercantil.

O segmento de Seguros tem como objetivo a exploração de seguros dos ramos de acidente pessoal coletivo, rendas de eventos aleatórios (seguro-desemprego), de vida em grupo e danos pessoais.

O segmento Consórcio tem como objetivo administração de grupos de consórcio de bens, principalmente de automóveis, utilitários, motocicletas, eletroeletrônicos e imóveis, por meio de autofinanciamento.

O segmento de Securitização tem como objetivo a aquisição e securitização de créditos hipotecários e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação das respectivas garantias em créditos hipotecários e imobiliários; a emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs, podendo emitir outros títulos de créditos; e a prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e créditos imobiliários.

O segmento de Promotora de Vendas constitui a atuação como correspondente bancário do Banco.

As operações dos segmentos Banco, Seguros e Consórcio estão inseridas em um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, utilizando-se da estrutura administrativa e operacional de empresas pertencentes ao Banco.

Todas as receitas e despesas demonstradas no quadro de segmentação foram geradas junto a clientes externos. Não foram geradas no exercício findo em 31/12/2011 resultado entre os segmentos Banco, Seguro, Consórcio e Outros.

As demonstrações de resultado condensadas e outros dados significativos estão relacionados a seguir:

	31/12/2012								31/12/2011
	Financeiro	Seguros	Consórcios	Securitização	Promotora de Vendas	Outros	Eliminações	Total	Total
Receitas com juros e similares	4.983.632	18.830	1.841	37.933	7.584	9.764	(7.731)	5.051.853	5.210.103
Despesas com juros e similares	(3.009.704)	(4.595)	-	(14.583)	(1)	(4.726)	7.731	(3.025.878)	(3.034.510)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	1.973.928	14.235	1.841	23.350	7.583	5.038	-	2.025.975	2.175.593
Perdas por redução ao valor recuperável com ativos financeiros (líquidas)	(1.451.078)	-	-	-	-	-	-	(1.451.078)	(1.168.626)
RECEITAS LÍQUIDAS DE JUROS APÓS PERDAS POR REDUÇÃO NO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS FINANCEIROS	522.850	14.235	1.841	23.350	7.583	5.038	-	574.897	1.006.967
Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros	327.942	6.247	-	(6.164)	-	-	-	328.025	163.022
Resultado de instrumentos de patrimônio mantidos para negociação	-	6.247	-	-	-	-	-	6.247	13.257
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	327.942	-	-	(6.164)	-	-	-	321.778	149.765
Ganhos (perdas) líquidas com ativos financeiros disponíveis para venda	9.264	-	-	-	-	-	-	9.264	(20)
Receitas de tarifas e comissões	118.992	-	21.773	1.409	184.461	-	(187.734)	138.901	143.563
Despesas administrativas	(1.480.507)	(25.065)	(15.372)	(16.379)	(167.485)	(7.214)	184.563	(1.527.459)	(1.590.248)
Despesas com pessoal	(163.566)	(3.944)	(1.054)	(7.802)	(112.969)	(2.434)	426	(291.343)	(106.099)
Despesas Tributárias	(101.522)	(5.291)	(2.196)	(2.202)	(26.730)	(2.011)	-	(139.952)	(149.109)
Outras despesas administrativas	(1.215.419)	(15.830)	(12.122)	(6.375)	(27.786)	(2.769)	184.137	(1.096.164)	(1.335.040)
Depreciações e amortizações	(7.347)	(156)	(30)	(24)	(2.107)	(324)	-	(9.988)	(5.372)
Provisões (líquidas)	(54.604)	-	1.389	-	(265)	-	-	(53.480)	(93.262)
Resultado líquido das operações de seguros	-	60.854	-	-	-	-	(830)	60.024	69.176
Outras receitas (despesas) operacionais	3.295	4.924	(408)	5.653	(149)	21.094	(98.454)	(64.045)	71.791
Resultado na alienação de ativo não corrente destinado à venda	(104.950)	-	(1)	-	23	-	(12)	(104.940)	(87.930)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO em 31/12/2012	(665.065)	61.039	9.192	7.845	22.061	18.594	(102.467)	(648.801)	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO em 31/12/2011	(361.614)	60.354	1.396	-	1.680	-	(24.129)	-	(322.313)

	Financeiro	Seguros	Consórcios	Securitização	Promotora de Vendas	Outros	Eliminações	Total
Total em ativos em 31/12/2012	19.297.465	377.273	45.187	603.337	254.123	944.258	(2.061.711)	19.459.932
Total em passivos em 31/12/2012	16.679.667	206.939	26.441	408.198	34.408	53.903	(315.602)	17.093.954
Total em ativos em 31/12/2011	14.942.349	312.264	30.972	-	8.600	-	(27.845)	15.266.340
Total em passivos em 31/12/2011	14.092.776	179.365	18.079	-	5.584	-	(2.058)	14.293.746

São Paulo, 25 de Março de 2013

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Jorge Fontes Hereda

Vice-Presidente

André Santos Esteves

Conselheiros

José Luiz Acar Pedro

Marcos Roberto Vasconcelos

Roberto Balls Sallouti

Marcio Percival Alves Pinto

Fabio Lenza

Antonio Carlos Canto Porto Filho

Roy Martelanc

Marcos Antonio Macedo Cintra

Otto Steiner Junior

Mateus Affonso Bandeira

DIRETORIA

Diretor Presidente

José Luiz Acar Pedro

Diretores

Iuri Rapoport

Eduardo Nogueira Domeque

Leandro de Azambuja Micotti

Paulo Alexandre da Graça Cunha

Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa

Willy Otto Jordan Neto

Carlos Eduardo Pereira Guimarães

CONSELHO FISCAL

Daniela Maluf Pfeiffer

Fábio Franco Barbosa Fernandes

Paulo Roberto Salvador Costa

COMITÊ DE AUDITORIA

Otto Steiner Junior

Antonio Carlos Rovai

Marcos Wagner da Fonseca

Sergio de Jesus

Contador – CRC 1SP198209/O-2